



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

RUTH TAINÁ APARECIDA PIVETA

**O FAZER COMO POTÊNCIA: ANALISANDO A ATUAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**

Londrina

2013

RUTH TAINÁ APARECIDA PIVETA

O FAZER COMO POTÊNCIA: ANALISANDO A ATUAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Monografia apresentada ao
Departamento de Psicologia Social e
Institucional da Universidade Estadual
de Londrina referente à conclusão do
curso de Pós-Graduação *lato sensu*
especialização em Psicologia
Organizacional e do Trabalho.

Orientadora: Dr^a Sonia Regina Vargas Mansano.

Londrina
2013

RUTH TAINÁ APARECIDA PIVETA

O FAZER COMO POTÊNCIA: ANALISANDO A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina referente à conclusão do curso de Pós-Graduação *lato sensu* Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sonia Regina Vargas Mansano

Prof^a. Dr. Alejandra Astrid Leon Cedeño

Prof. Dr. Paulo Roberto de
Carvalho

Dedico esta monografia ao meu avô, Orlando
Piveta (*in memoriam*), por me ensinar o amor pelo saber.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por me lembrar sempre que “quem estuda demais fica louco”.

Aos meus amigos, pelo apoio em todos os momentos, e por fazerem minha existência um tanto quanto mais vivível. Agradeço a todos, pela sua parcela de riso. Cada um de sua maneira, cada qual em sua diferença.

À minha querida orientadora, Sonia Regina Vargas Mansano, por dividir comigo a tarefa de dar corpo às inquietações que motivaram esta pesquisa.

Ao meu grupo de pesquisa da UEL, que a cada encontro me mostra um universo de infinitas possibilidades. Pelas ricas ideias, críticas acertadas e belas conversas de corredor.

Aos colegas entrevistados, pelas belíssimas contribuições para este trabalho.

À companheira de pós-graduação, Aline Mello, pela parceria em todo esse processo.

Ao meu querido Rafael Maximo, por todas as vezes que me ofereceu pouso, café e amizade.

“Nesta aventura encarna-se um sujeito, sempre outro: escrever é traçar um devir. Escrever é esculpir com palavras a matéria-prima do tempo, onde não há separação entre a matéria-prima e a escultura, pois o tempo não existe senão esculpido em um corpo, que neste caso é o da escrita, e o que se escreve não existe senão como verdade do tempo. Uma outra imagem ainda, para tentar dizer a mesma coisa: escrever é fazer letra para a música do tempo; e é esta música, sempre singular, que nos indica a direção da letra, que seleciona as palavras que transmitam o mais exatamente possível seus tons, seus timbres, seus ritmos, suas intensidades”.

Suely Rolnik

PIVETA, R. T.: **O Fazer como potência: analisando a atuação do profissional de psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. 2013. Monografia (Pós-graduação *lato sensu* Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho) – Universidade Estadual de Londrina. P. 103.

RESUMO

Esta pesquisa partiu da necessidade investigar o universo da Política de Assistência Social, com vistas a traçar questionamentos acerca de um campo específico de atuação da psicologia que tem ganhado um pouco mais de consistência recentemente: as políticas públicas. Com isso, buscou-se conhecer o cotidiano de trabalho neste campo, tendo em vista que, apesar do considerável aumento de psicólogos nos órgãos vinculados ao SUAS, ainda há bastante dúvida sobre qual seja o seu papel, as práticas possíveis e os desdobramentos de tais práticas no meio social. A monografia foi sistematizada a partir de dois eixos: um eixo teórico e um eixo empírico. No eixo teórico, buscou-se delinear a problemática, dando visibilidade a uma questão de relevância para esta classe profissional, tendo em vista o aumento de contratações de psicólogos nessa área, bem como de discussões nos campos acadêmicos e nos conselhos de classe. Compreendendo o trabalho do psicólogo enquanto um trabalho eminentemente imaterial e afetivo, fez-se necessário olhar mais de perto para os efeitos dessa atividade relacional na vida dos trabalhadores. Assim, pensar tais práticas e voltar o olhar para esse profissional, tomando em análise suas angústias e afetações, permitiu a construção de “pistas” de intervenção e das possibilidades de construção de uma prática que possa ir além das prescrições já existentes. Além das discussões teóricas, foram realizadas no eixo empírico, duas entrevistas com psicólogos inseridos no campo da Assistência Social, pautadas por um roteiro que envolveu as temáticas da formação, inserção no campo, efeitos do trabalho e ferramentas teórico-metodológicas utilizadas. Buscou-se, nas entrevistas, dar voz a esses profissionais para que relatassem seus afetos, suas produções técnicas e subjetivas, buscando compreender os efeitos dessa modalidade trabalho na vida cotidiana. As entrevistas trouxeram pontos importantes no que diz respeito à inserção dos psicólogos no SUAS. Como conclusão parcial do trabalho, notou-se a presença de alguns efeitos desse tipo de atividade na vida desses trabalhadores que merecem atenção, como, por exemplo, a formação acadêmica deficitária, a violência dos afetos do cotidiano de trabalho e a implicação política que este campo demanda.

Palavras-chave: psicologia, assistência social, trabalho imaterial, afeto

PIVETA, R. T. **The power to do as: analyzing the performance of professional psychology in the Unified Social Assistance (SUAS)**. 2013. Monografia (Pós-graduação *lato sensu* Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho) – Universidade Estadual de Londrina. P. 103.

ABSTRACT

This research has stemmed from the need to investigate the universe of the Policy of Social Work, aiming to indicate questions about a specific professional area of psychology, which has recently gained consistency: the public policies. Therefore, we investigated the daily work in that area, considering that, despite of the considerable increasing in the number of ‘psi’ professionals in the organs linked to the SUAS, there is still a lot of doubts about their role, the possible practices and the deployment of these practices in the social way. This monograph were two-fold organized: a theoretical part and an empirical one. On the theoretical, we have outlined the problematic, giving visibility to a relevant question to this professional area, with a view to the increasing on the hires of psychologists in that area and the discussions in the academic spaces and in the school councils. Understanding the work of the psychologist as eminently immaterial and affective, it were needed a closer view to the effects of this relational activity in the life of the workers. Thus, through the consideration of these practices and looking to this professional, analyzing his distresses and affectations, it were possible the setting of intervention’ “clues”, besides the possibilities of building a practice which goes beyond the prescriptions we already have. Besides the theoretical discussions, it were conducted an empirical test, consisted of two interviews with psychologists inserted in the Social Work area. The interviews followed a script, asking about the formation, insertion in the professional area, work effects and theoretical and methodological tools used by them. We sought to give voice to these professionals so that they could relate their affects, technical and subjective productions, as we intended to understand the effects of this working mode in the quotidian life. The interviews have highlighted important aspects regarded to the insertion of the psychologists in the SUAS. As a partial conclusion of this work, we noted the presence of some effects of this kind of activity in the life of these workers, which deserve attention, like a problematic academic formation, the violence of the affects in work routine and the political implication demanded by this area.

Key-words: psychology, social assistance, immaterial work, affect.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO	23
CAPÍTULO II - PSICOLOGIA: UMA ARTE DO ENCONTRO	34
CAPÍTULO III - A CAIXA DE FERRAMENTAS	45
CAPÍTULO IV - PERCURSO METODOLÓGICO	58
CAPÍTULO V - COM A PALAVRA, OS PSICÓLOGOS	61
ENTREVISTA I	61
ANÁLISE DA ENTREVISTA I	75
ENTREVISTA II	87
ANÁLISE DA ENTREVISTA II	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXO 1	112

INTRODUÇÃO

*“Nunca sei ao certo
se sou um menino de dúvidas
ou um homem de fé*

*certezas o vento leva
só dúvidas continuam de pé”
(Paulo Leminski)*

Escrever um trabalho científico é tarefa que exige, em primeiro lugar, estar aberto a questionar a vida e a si mesmo. É fato que pesquisas científicas surgem a partir de alguma pergunta que se faz; um questionamento com vistas a ensaiar respostas para uma ou outra situação específica da realidade, e que se utiliza de diversas estratégias para chegar a algumas respostas: leituras, supervisões, discussões teóricas, entrevistas, entre tantas outras que se podem enumerar. No entanto, quando aqui se fala em estar aberto a questionar-se, trata-se de dar um passo além da pergunta científica, para fazer também um questionamento que implica colocar em cheque as certezas acadêmicas que se possui de antemão, as pretensões de verdade com as quais tantas vezes se defendem saberes e formas de ver o mundo e a vida, enfim, implica colocar-se em marcha rumo ao universo das interrogações, do inacabado e inconcluso da vida e das disciplinas científicas.

Esta pesquisa partiu do desejo de inserir-se nesse universo problemático da Assistência Social, com vistas a traçar questionamentos acerca de um campo específico de atuação da psicologia, que diz respeito à inserção recente nessa política pública. Questionamentos estes que começaram a surgir quando iniciei um trabalho como psicóloga em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) atendendo crianças e adolescentes vítimas de violência. Meu encontro com o campo da assistência social deu início a um movimento de questionamentos: acerca das possibilidades de ação neste campo, do alcance das intervenções do profissional da psicologia bem como das implicações afetivas desse tipo de trabalho.

A oportunidade de trazer esses questionamentos da minha prática profissional para o campo acadêmico surgiu com a possibilidade de conectar as discussões advindas das aulas da pós-graduação com a análise do trabalho do psicólogo, compreendendo este enquanto trabalhador e categoria profissional que enfrenta dificuldades e impasses no dia-a-dia da sua atuação.

A inserção recente do psicólogo nesse espaço de atuação novo, que está constituído por poucas prescrições e normativas, implica um debruçar-se cotidiano sobre este campo, tendo em vista que, apesar do considerável aumento de profissionais ‘psi’ nos órgãos vinculados aos SUAS, ainda há bastante dúvida, por vezes até um ceticismo, sobre o papel do psicólogo aí inserido, as práticas possíveis e os desdobramentos de tais práticas no meio social. Nesse sentido, este trabalho se propôs a delinear, a traçar cartografias a respeito da problemática, buscando, mais do que a construção de um saber teórico, dar visibilidade a uma questão de relevância para esta classe profissional, tendo em vista o aumento de contratações de psicólogos nessa área, bem como de discussões nos campos acadêmicos e também no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia.

Esta pesquisa se propôs a traçar algumas linhas de questionamentos que coloquem a prática da psicologia contemporânea em foco, com o intuito de produzir saberes que contribuam para novas formas de atuação que possam ser mais contextualizadas às necessidades dos sujeitos que são acolhidos neste contexto. Sendo o trabalho do psicólogo uma prática que se dá nos encontros e que se constrói na singularidade de cada caso (um trabalho eminentemente imaterial e afetivo), há que se olhar mais de perto para os efeitos dessa modalidade de trabalho na vida dos profissionais. Assim, pensar tais práticas e voltar o olhar para esse profissional, tomando em análise suas angústias e afetações, permitiu a construção de “pistas” de intervenção, “norteadores” para o trabalho e para a construção de uma prática que possa ir além das prescrições já existentes.

O trabalho, então, foi dividido em cinco capítulos. O primeiro, intitulado *“Política Pública de Assistência Social e Psicologia: que lugares são esses?”*, teve como objetivo traçar algumas linhas históricas acerca da criação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, situando temporalmente seu surgimento e a inserção da psicologia neste contexto, trazendo em cena alguns impasses experimentados neste campo, que implicam numa necessidade de posicionamento ético-político por parte do psicólogo. Ficou evidente, neste capítulo, o quanto esta política pública ainda é recente e se constitui enquanto campo de atuação em movimento, transformação e criação.

O segundo capítulo, *“A Psicologia: Uma arte do encontro”*, teve como primeiro objetivo realizar uma análise dos documentos de referência para o trabalho da psicologia na assistência social produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia. Além

disso, buscou-se analisar a psicologia enquanto profissão, partindo da compreensão desta enquanto uma modalidade de trabalho imaterial afetivo e traçando alguns possíveis efeitos desse tipo de trabalho para a vida do profissional. Tomar a psicologia como uma arte do encontro coloca em evidência a necessidade de pensá-la enquanto um campo de produção (de saberes, ferramentas teóricas e de estratégias metodológicas) no qual se torna limitado pensar simplesmente em regras, normativas e prescrições. Sustentamos, neste capítulo, que a potência do trabalho do profissional da psicologia está no seu caráter de acolhimento do novo, que permite abrir espaço àquilo que é da ordem do acaso, da diferença, demandando um exercício de criação e questionamento constantes.

No capítulo três, “*A caixa de ferramentas*”, são analisados alguns conceitos da psicologia social e da filosofia que, em nosso entendimento, podem ser utilizados enquanto ferramentas teórico-conceituais para uma análise das situações vivenciadas no cotidiano do trabalho na assistência social. A proposta de se pensar numa caixa de ferramentas, tal como dito por Deleuze em uma conversa com Foucault (FOUCAULT, 1979) faz sentido quando pensamos no caráter dinâmico do campo social, no qual há que se refletir em todo momento acerca dos conceitos e das metodologias utilizadas, correndo o risco, caso se fique muito preso a prescrições, de deixar-se levar por intervenções esvaziadas de sentido.

Após alguns apontamentos metodológicos, feitos no quarto capítulo e que situam este trabalho científico no campo da pesquisa qualitativa, o último capítulo, denominado “*Com a palavra, os psicólogos*” traz duas entrevistas realizadas com psicólogos que atuam na Política de Assistência Social, assinalando uma riqueza de conteúdos no que diz respeito às possibilidades e impasses deste campo de atuação, permitindo também a análise de alguns efeitos dos encontros com as diversas situações limítrofes no corpo e na subjetividade dos entrevistados.

Vale ressaltar que cada trabalho consiste num olhar singular para a realidade, não havendo a pretensão aqui de se edificar uma ‘verdade’ sobre o tema, mas sim compartilhar uma perspectiva teórica, trazer em cena inquietações recentes para a área da psicologia em suas intersecções com novos horizontes de atuação. Nesse sentido, o convite que se faz ao leitor deste trabalho é: permita-se o questionar como um exercício vivo e incômodo. Assim, cada capítulo elaborado teve a intenção primordial de suscitar questionamentos, deixar vir à tona perguntas e ensaios de respostas, sempre parciais e

mutantes. Que este trabalho suscite, acima de tudo, novas interrogações, novos olhares, novas sensibilidades para abordar esta prática do psicólogo que é tão complexa.

CAPÍTULO I

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

O desejo de olhar analiticamente para as relações entre psicologia e políticas públicas de assistência social, bem como para as intervenções e práticas possíveis e os efeitos que ecoam na vida do profissional ‘psi’ aí inserido, convoca o pesquisador a realizar, em primeira instância, um breve passeio pela história que constituiu esse espaço de atuação, pontuando no tempo e no espaço a emergência dessas políticas no Brasil. Elas surgem para regulamentar uma prática que por muito tempo ficou à margem das políticas estatais: a assistência ao necessitado, àquele que fica à margem da subsistência e que, na contemporaneidade, vai ser denominado sujeito em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal e social (BRASIL, 2004). Pode-se afirmar, portanto, de que as políticas públicas de assistência social tratam da regulamentação de ações voltadas para um público marginal.

Percorrer tal caminho histórico exige paciência, atenção aos detalhes e certa disposição a deixar para trás, por vezes, alguns pré-conceitos e permitir que novas construções e variação de olhares ganhem espaço. Cabe ressaltar que tal passeio não pretende ser linear, e menos ainda, deseja-se seguir por caminhos totalmente já mapeados. O desafio envolve uma abertura para ‘colocar a mochila’ das teorias e dos saberes já conhecidos e sair andando em busca de novos caminhos, trilhas e desvios que permitam outros olhares sobre uma mesma paisagem. Caminho singular, portanto, e em nenhum momento pretensioso, no sentido de se propor como verdade única sobre os fatos.

As políticas públicas no Brasil, no que concerne à Seguridade Social, consolidaram-se a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a qual rege as ações estatais do país até os dias atuais, conhecida largamente como “Constituição Cidadã”. Lançada num momento histórico bastante importante para o país, no fim da ditadura do Regime Militar e no bojo das lutas dos diversos movimentos sociais pelo direito à democracia, a Constituição permitiu um grande avanço no que diz respeito à garantia de direitos a todos os cidadãos (TAVARES, 2005).

A partir da Constituição Federal de 1988, portanto, e com a consolidação da Lei 8.080 que regula as ações do Sistema Único de Saúde, em 1990, a Lei 8.313, da Previdência Social, em 1991, e a Lei 8.742, Orgânica da Assistência Social, em 1993, foi constituído o tripé da Seguridade Social, tornando os cidadãos brasileiros assistidos nos diferentes âmbitos da vida, do nascimento à velhice, ao menos em formato de lei e prescrição, pela garantia dos direitos sociais, os quais estão descritos no artigo 6º da constituição brasileira:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2008).

Criam-se, portanto, políticas públicas orientadas para a execução dos direitos acima citados. Mas, o que vem a ser uma política pública? De acordo com Saravia (2006), ela consiste em um

sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 29).

Decisões tais que se destinam à manutenção de um “equilíbrio social”, com vistas a promover reações e modificações no campo social, partindo de uma agenda política e demandando, para sua implementação, três fases principais: a formulação, a implementação e a avaliação (Idem, 2006).

No que se refere especificamente à Política de Assistência Social, suas ações por muito tempo foram campo do assistencialismo, ligadas às práticas de caridade executadas em larga escala pelas instituições religiosas e da sociedade civil mantidas pela filantropia. Assim,

Ao longo dos anos, a assistência social sempre esteve relacionada às práticas de ajuda aos mais pobres como caridade e filantropia. A formação social patrimonialista e a estrutura sócio-econômica concentradora de riqueza estiveram na base de construção da assistência social no Brasil, que acabou por desenvolver-se sob a inspiração de ações de favor aos mais necessitados (BRASIL, 2007, p.8).

Portanto, no Brasil as intervenções no campo da assistência social não foram consideradas de início como campo de atuação do Estado, sendo uma atividade delegada à Igreja Católica (CRUZ; GUARESCHI, 2009) e à mercê da boa vontade de

uma parcela da sociedade. Fato este que possui desdobramentos atuais, sendo que até hoje os ditos usuários da política de Assistência Social se sentem no dever de agradecer a pessoas ou divindades por um direito que de fato lhes é garantido por lei.

Não obstante, neste momento da história (anterior à Constituição de 1988) ainda não se poderia falar de uma política pública, necessariamente, pois as intervenções estatais voltadas para este campo beneficiavam parcelas específicas da sociedade, como os trabalhadores, por exemplo, que tinham alguns direitos garantidos por conta de seu vínculo empregatício, atrelando a questão da garantia dos direitos sociais à produtividade do indivíduo. Ou seja, embora Constituições anteriores já manifestassem certa preocupação com a questão dos direitos dos cidadãos, prevendo algumas ações, como por exemplo, decisões de Getúlio Vargas, em 1937 – que implantou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a qual rege as leis trabalhistas até os dias atuais – muitas dessas intervenções estiveram vinculadas à questão do trabalho formal enquanto condicionalidade para o atendimento à saúde e previdência.

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (1995) farão as seguintes considerações sobre as instituições assistenciais, sejam elas estatais ou privadas, que começaram a se desenvolver no Brasil principalmente a partir de 1930 com o Estado Novo:

A característica principal dessas instituições – até o fim da década todas as principais categorias de trabalhadores assalariados urbanos estarão englobadas pelo sistema previdenciário estatal – será a de propiciar benefícios assistenciais indiretos ao exército ativo de trabalho, assim como manter uma parcela da força de trabalho exaurida ou mutilada no processo de trabalho: aposentados, acidentados, viúvas, etc. sua abrangência crescente (...) permitirá uma atuação ampliada sobre as sequelas da exploração capitalista, mantendo intocadas as condições em que ela se realiza e a situação de carência do proletariado, que apenas é atenuada em seus aspectos mais gritantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p.247).

Além do trabalho enquanto condição para o acesso aos direitos sociais, por um longo período de tempo as ações assistenciais se resumiram mais a intervenções emergenciais, circunstanciais e com foco na problematização e culpabilização do indivíduo e da família, com o intuito específico de garantir um “estado mínimo para o social” (BRASIL, 2007, p.8) do que com uma real política de garantia de direitos.

A atuação dos assistentes sociais nesse período se confundia em larga escala com um papel disciplinador e moralizante a respeito do indivíduo e da família, tomando para si o papel de ‘educador’ e regulador das diferenças, com vistas à manutenção do *status quo*, sendo que

À medida que aprofundam a experimentação empírica dos “problemas sociais”, através das diversas frentes em que se decompõe sua atuação, com maior precisão os Assistentes Sociais vêem a necessidade de intervir na crise de “formação moral, intelectual e social” da família. É necessário reajustá-la através de uma ação educativa de longo alcance, para que obtenha um padrão de vida que lhe possibilite um “mínimo de bem-estar material”, a partir do qual se poderá começar sua reeducação moral (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 212).

Pode-se dizer, portanto, que as pessoas beneficiadas pelas intervenções da assistência social tendiam a ser julgadas moralmente como fracas, incapazes de prover a própria subsistência e dos familiares, não estando inseridas no campo do trabalho e muitas vezes não se encaixando no modelo da família nuclear burguesa (uma vez que construía outras configurações familiares que não aquela formada por pai-mãe-filhos). Assim, esses cidadãos tornavam-se mais um elemento na margem social – junto com os loucos, os criminosos e outros desviantes – que devia ser combatido ou redimido.

Tal julgamento, ainda que velado ou atenuado, permanece nos dias de hoje até mesmo entre profissionais da área que acabam assumindo posições preconceituosas e moralizantes diante dos indivíduos, refugiando-se, muitas vezes, na defesa do discurso da “família estruturada”, baseado em princípios burgueses, e também em valores naturalizados no campo social, como por exemplo, o “trabalho dignifica o homem”, reafirmando o discurso em voga numa sociedade de consumo e acumulação de capital.

Pode-se dizer também que existem ainda inúmeros resquícios de uma função normatizante do indivíduo no discurso da assistência social, quando, por exemplo, na descrição dos usuários da política de Assistência Social fala-se em

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; **estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social** (BRASIL, 2004, p.18-19, grifo nosso).

Tratam-se, sob esse ponto de vista, de situações que necessitam ser remediadas, estratégias de sobrevivência que não se adequam ao consenso social e, por que não dizer, de indivíduos que não se inserem na lógica de produção e precisam ser nela inseridos. Tais intervenções muitas vezes se limitam a reinserção desse indivíduo ou dessa família naquilo que já está estabelecido sem um mínimo de questionamento

acerca dessa organização econômica tantas vezes excludente que demandaria uma intervenção mais crítica. Por conseguinte, individualizam-se os problemas sociais ao invés de problematizar as relações estabelecidas no campo social.

Esta postura poderia, no mínimo, ser revista, principalmente com as mudanças postas em marcha a partir da consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, a qual preconiza que é direito do cidadão e dever do Estado a garantia da proteção, conforme previsto em seu artigo 1º:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Somente com a Constituição de 1988 os direitos sociais adquiriram caráter de universalidade, sendo então direito de todos e não somente daqueles que ‘contribuíam’ socialmente com o Estado. E, a partir dessa mudança imposta pela LOAS, modificação esta que continua em processo, pode-se então falar de uma Política Pública de Assistência Social, que passa, então, a ser direito do cidadão e dever do Estado, culminando com a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) regulamentada em 2004 e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005.

Antes de trazer em cena a PNAS e o SUAS, cabe dizer que um ponto importante a ser levado em consideração – e que tem efeitos para a execução da política em questão – é o extenso intervalo de tempo existente entre o marco legal que foi a criação da LOAS e a implantação da PNAS. Ocorreu um intervalo de 11 anos para a consolidação e efetivação legal de uma política nacional para a assistência social e para a criação de um Sistema Único de Assistência Social que, assim como o SUS (Sistema Único de Saúde), regula as ações da política pública em questão.

Um dos possíveis pontos de análise desse intervalo seria a entrada de uma política neoliberal no governo do nosso país no início da década de 1990, fato este que resultou na “restrição de direitos e redução da presença estatal, além do mero descolamento de responsabilidades entre as esferas de governo” (SILVEIRA, 2011, p. 20), refletindo na organização e implementação das políticas públicas no pós 1988, e que foi modificado, posteriormente, com a entrada, em 2003, de um governo político de esquerda, durante o qual a preocupação com a desigualdade social foi assumida com prioridade pelo Estado. Outro fato de extrema relevância foi a IV Conferência Nacional da Assistência Social, em 2004, cujas deliberações culminaram com a aprovação do

projeto da PNAS que foi então posto em movimento, resultando na criação do SUAS (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

O SUAS envolve um modelo de gestão pública que tem como objetivo estabelecer uma normativa a respeito dos serviços sócio assistenciais em pauta na PNAS, buscando a universalização dos direitos sociais. Guiado pelo princípio da descentralização político-administrativa e da territorialidade das ações, busca trazer para perto dos cidadãos as intervenções e a política pública, antes centralizada, pretendendo ser um modelo participativo (BRASIL, 2009).

As ações implementadas pelo SUAS tem como pressuposto a Proteção Social que, de acordo com os documentos oficiais,

se ocupa do enfrentamento de vulnerabilidades, riscos, vitimizações, fragilidades e contingências ocasionadas a indivíduos e famílias na trajetória de seu ciclo de vida; por decorrência de questões sociais, econômicas, políticas e de ataques à dignidade humana (BRASIL, 2007, p. 19).

Tal dispositivo tem como objetivo funcionar como um meio de integração social daqueles indivíduos que se encontram, pelos mais diversos motivos, excluídos socialmente, com vistas a permitir “a sobrevivência e a integração sob várias formas na vida social” (CRUZ; GUARESCHI, 2009, p.28). Desta forma, busca garantir a segurança de sobrevivência, de convívio e de acolhida (BRASIL, 2004).

O SUAS divide-se em dois eixos de intervenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que se diferenciam pelo grau de complexidade de suas ações e pelo público principal a ser atendido. Em ambos os eixos, há uma intensa preocupação com a criação de projetos locais de intervenção, bem como com a articulação da política de assistência e a rede de serviços disponíveis.

A proteção social básica agrupa as ações de redução e prevenção de riscos sociais. Está inserida nos territórios considerados de maior vulnerabilidade, normalmente abrangendo regiões delimitadas, visando a criação de vínculos mais efetivos e incentivando o desenvolvimento comunitário. Suas ações são realizadas pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) o qual

oferta, por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), serviços para famílias e indivíduos que moram em seu território de abrangência priorizando aí, as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Presta orientações para sua população referenciada, realiza acompanhamento familiar, oferta serviços socioeducativos e de convivência, e providencia, quando necessário, o encaminhamento da população

local para as demais políticas públicas; bem como promove a articulação com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania (BRASIL, 2007, p. 21).

A função primordial da Proteção Social Básica consiste na prevenção de violações de direitos, tendo como base a ação territorial que lhe permite estar mais próxima das famílias e indivíduos que, por inúmeros motivos, possam estar em risco social, e a política de encaminhamentos, funcionando como ponte entre a população atendida e as demais políticas públicas.

A proteção Social Especial, por sua vez, tem como campo de ação aquelas situações nas quais os direitos sócio-assistenciais são violados. São exemplos de direitos violados: violência física/psíquica, maus tratos, negligência, discriminações, situações de ameaça e rompimento de vínculos familiares. Sua principal unidade de atendimento é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – para situações de média complexidade (nos quais o vínculo familiar e comunitário não foi rompido) – e abrigos, casas de passagem, programa família guardiã, casas lares e outros – para situações de alta complexidade (nos quais o vínculo familiar e comunitário foi rompido e em situações de ameaça).

As ações da Proteção Social Especial são mais específicas, lidando com situações nas quais os indivíduos ou famílias encontram-se extremamente fragilizados, demandando da equipe técnica um manejo bastante sensível das situações:

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo (BRASIL, 2004, p.22).

O trabalho nessas unidades, tanto na Proteção Social Básica quanto na Especial, é realizado por equipes interdisciplinares, contando com profissionais diversos como: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, educadores sociais. Em ambos os eixos da Proteção Social as normas técnicas de recursos humanos prevêm a presença do psicólogo e de seu saber técnico, fato este que proporcionou um aumento significativo de contratação desse profissional no campo da Assistência Social desde sua regulamentação. Nota-se que, com a complexificação do trabalho, houve um aumento de profissionais e demanda de novos saberes, novas ferramentas e olhares.

Demanda esta que continua latente, tendo em vista a complexidade e dinamicidade das relações vivenciadas.

Um ponto interessante em relação à inserção do psicólogo nesse espaço de atuação consiste no fato de que no documento que rege as ações de recursos humanos no SUAS – a NOB-RH (Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos)– não há obrigatoriedade da presença do psicólogo nas equipes da Proteção Básica. Sua atuação é mencionada como algo ‘preferencialmente’ presente. Um efeito disso é que apenas nas cidades de maior porte este profissional está inserido de fato. Já na Proteção Social Especial, há paridade entre assistentes sociais e psicólogos (BRASIL, 2009).

Em todos os casos, a hegemonia dos técnicos contratados localiza-se nos assistentes sociais, fato este que se justifica facilmente pela história do Serviço Social, que surge para dar conta das demandas sociais, ainda que de início seu papel tenha sido estritamente normatizante, como já dito anteriormente, sendo a psicologia aí inserida não por uma luta própria, mas pela necessidade e imposição do campo.

Um dos possíveis motivos que poderiam ser elencados para tal disparidade na composição das equipes multidisciplinares é o fato de que a presença da psicologia nesses espaços ainda é bastante recente. Tal inserção recente tem convocado o profissional da psicologia a buscar novas formas de atuação, bem como exige a construção de um espaço legitimado, tendo em vista que a sua presença e suas atividades ainda parecem ser um tanto quanto confusas, povoadas por dúvidas tanto por parte dos gestores, assistentes sociais e população usuária dos serviços quanto dos próprios psicólogos que aí chegam muitas vezes com escassos conhecimentos sobre a área.

Cabe ainda observar que o documento da PNAS coloca como exigência a presença de psicólogos na proteção social especial, diferentemente da proteção social básica. Uma possível explicação seria que talvez nesse *locus* o psicólogo seja considerado de maior importância pelo fato de que aí existe a demanda de ações mais complexas, lidando diretamente com as especificidades dos casos atendidos. No imaginário social, é o psicólogo quem dá conta da fragilidade, do sofrimento, da tristeza e da dor, afetos intensamente vivenciados nos serviços de média e alta complexidade. Por esse motivo, parece ser mais fácil entender o papel do psicólogo nesse espaço especificamente, sendo muitas vezes demandado do profissional ações emergenciais que dêem conta do sofrimento, como se fosse possível suplantá-lo com um único

atendimento. Assim, acaba sendo também papel do psicólogo problematizar também a questão processual da subjetividade humana.

As Políticas Públicas de assistência social têm como prioridade a atenção à família, baseando-se no artigo 226 da Constituição Federal, o qual preconiza que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988), sendo que no parágrafo 8º do artigo acima citado se declara que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Idem, 1988).

Nesse sentido, todo trabalho realizado pelos agentes ligados a tal política pública visará o fortalecimento dos vínculos familiares, a reinserção do indivíduo no seio familiar e o resgate da “função protetiva das famílias”, promovendo o “desenvolvimento de potencialidades” (BRASIL, 2009, p.6), seja por meio de ações de prevenção – nos casos em que se considera que as famílias estejam em risco ou vulneráveis socialmente – ou por meio de ações de orientação e atendimento especial – para os casos em que houve algum tipo de violação dos direitos ou rompimento dos vínculos familiares.

Parte-se do pressuposto de que o grupo familiar, por conta das relações que estabelece com o social, pode não ter a “capacidade” de desempenhar suas funções. Assim, a atuação dos profissionais orienta-se para a promoção de mudanças nessas relações, levando em consideração “sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições” (BRASIL, 2004, p.19-20).

Mais uma vez, retorna-se aqui à questão da individualização dos problemas sociais, ou se poderia dizer de uma ‘familiarização’ destes, tendo em vista que ainda que muitos profissionais admitam as novas configurações familiares como diferenças que podem vir a transformar-se em novas formas de se relacionar com o mundo e com os outros, há um grande contingente que considera que tais mudanças devem ser combatidas e/ou remediadas. O texto da PNAS afirma, sobre as transformações da família na contemporaneidade, que

Essas transformações, que envolvem aspectos positivos e negativos, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. **A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias.** Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela

que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem (BRASIL, 2004, p.26, grifo nosso).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que admite as transformações, coloca os novos arranjos familiares como um dos fatores agravantes das vulnerabilidades. A preocupação em relação a tal afirmativa é que ela pode ser utilizada enquanto uma espécie de julgamento em relação às formas de existir, estabelecendo uma normatização tanto do cidadão quanto da família, tendo em vista que

Por meio de diferentes práticas – psicológica, médica, penitenciária, educativa – uma idéia, um modelo de humanidade tem tomado forma, e essa idéia de homem tem se tornado normativa, evidente e se passa por universal (FOUCAULT, 2004, p.55).

Um modelo de ser humano pautado na produtividade e utilidade ao capital, diga-se de passagem, que impõe aos indivíduos, por meio de inúmeras estratégias, que seja adaptado, docilizado e produtivo. Passando por universal, justifica-se a necessidade de enquadramento daquilo que escapa e utiliza-se dos saberes para estabelecer normas, diretrizes de como se comportar, existir e se relacionar com o outro, resultando num “exército” de pais, educadores, governantes interessados em fórmulas pré-estabelecidas de como intervir no campo social onde se manifesta uma efervescência de diversidades, questionando, assim aos profissionais do campo dos saberes sobre o humano (e aqui se incluem os profissionais ‘psi’). Sobre tais fórmulas, questiona Donzelot (1986):

Tendes algum roteiro, plano, projeto experimental, alguma pequena fórmula de autogestão, uma visão da família de amanhã, enfim, algo a propor? Não hesiteis, o Estado aceita, e os bem-pensantes se interessam. (...) denunciáis a solidão em que se encontram os indivíduos, a miséria de suas vidas afetivas, a insipidez de suas existências? Mas, como vedes, é preciso fazer algo e os conselheiros e os “psi” são justamente aqueles que a isso se dedicam, na medida do possível, e como o máximo de honestidade e neutralidade (DONZELOT, 1986, p. 196-197).

Estes profissionais, por sua vez, encontram-se diante de tal demanda frequente na política de assistência social, numa encruzilhada entre garantir o direito e ao mesmo tempo neutralizar isso que vem mostrar que a sociedade não vai bem – o ‘pobre’, a vítima de violência, o ‘morador de rua’, o adolescente em conflito com a lei, o vulnerável, aquele que está em situação de risco. Ao mesmo tempo em que se garante uma subsistência, uma proteção e um acolhimento, propõe-se uma normativa, de que

seja autônomo (de acordo com a visão de qual autonomia?), que possa garantir sua subsistência por meio de um trabalho digno e socialmente aceito, que tenha autoestima (sendo reservado ao psicólogo esse papel), que tenha seus vínculos familiares fortalecidos e seus direitos garantidos. Aspectos que possuem sua importância na vida e constituição dos indivíduos, sem dúvida, mas que podem ser perigosos ou inócuos quando se dão por imposição ou são apenas promovidos visando a manutenção do equilíbrio social. Corre-se o risco, nesse caminho, de

(...) definir-lhes uma identidade, atribuir-lhes um lugar, direitos, reconhecimento, até mesmo privilégios — mas ao mesmo tempo torná-los inofensivos, esvaziando seu potencial de desterritorialização. Por potencial de desterritorialização entenda-se esse poder secreto e admirável de embaralhar os códigos, subverter as regras do jogo e transpor ou deslocar os limites, sempre de outro modo, (...) e ora assumindo um rosto estranho, ora ameaçador, sacrílego, herege, criminoso ou delirante (PELBART, 1993, p.104).

Encruzilhada, impasse, decisão ética. Tudo isso auxilia a compreender a breve história da assistência social como uma prática permeada por contradições, tensões e, portanto, como campo em movimento a ser problematizado. Campo no qual se convoca a presença da psicologia como um saber que se insere recentemente, mas que começa a dar seus passos para construir uma prática contextualizada e comprometida com os direitos do cidadão e com a criação de novos caminhos.

Deixar-se levar pelos caminhos da normatização, do ‘dever’ e do socialmente correto, é caminho perigoso para o profissional de psicologia, no sentido de que acaba por impedir aquilo que na prática psi é fundamental: a escuta atenta às questões e necessidades singulares de cada sujeito – independentemente do espaço de atuação em que se encontre. Agarrar-se a protocolos e normativas a respeito do que seja a vida e suas produções pode acarretar em intervenções esvaziadas de sentido para os usuários, e, assim, pouco significativas. Cabe, portanto, pensar em caminhos de atuação que possam ir ao encontro das pessoas com olhar curioso e atento, menos diagnosticadores e mais ocupados com a vida aí em jogo.

CAPÍTULO II

PSICOLOGIA: UMA ARTE DO ENCONTRO

*“Cuidado, companheiro”!
A vida é pra valer (...)
A vida não é brincadeira, amigo.
A vida é arte do encontro,
Embora haja tanto desencontro pela vida”.*
(Vinícius de Moraes – Samba da Benção)

Feita a contextualização histórica da criação e efetivação da Política de Assistência Social bem como da inserção da psicologia neste campo de atuação, cabe investigar agora quais caminhos tem sido traçados, enquanto referências de intervenção, a partir de publicações elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Este último é um órgão do CFP que foi criado com fins de “identificar a existência de práticas relevantes, sistematizar e documentar essas práticas e disponibilizá-las para toda a sociedade” (CREPOP, 2008, p.9) no que diz respeito ao trabalho de profissionais da psicologia nas políticas públicas.

Por meio de consultas públicas a profissionais de todo o país e aprofundamentos teórico-metodológicos, o CREPOP assume a tarefa de “oferecer referências para a prática profissional, elaborando diretrizes para os (as) psicólogos (as) do Brasil” (Idem, p.11) no campo das políticas públicas, ampliando o alcance da prática e auxiliando no processo de legitimação da psicologia nesses espaços.

Encontram-se disponíveis na *website* do CREPOP documentos de referências técnicas para o trabalho em distintas áreas da Assistência Social. São eles: “Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS”; “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo” e “Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto”. Outra publicação pode ser encontrada na *website* do CFP, chamada “Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social”, lançado em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social.

Um primeiro ponto que chama atenção é o fato de serem extremamente recentes as publicações nesta área, fato que, mais uma vez, leva à análise sobre a discussão que se instala neste campo. Poder-se-ia dizer tratar-se de um campo em movimento e

transformação, permitindo e demandando a criação de novas ferramentas teórico-metodológicas, e que, ao mesmo tempo, por sua fluidez e por trabalhar com populações que vivenciam um quadro social precário, traz em cena dificuldades e desafios enfrentados pela Psicologia quando em contato direto com campos de intervenção ainda novos para esta disciplina, tendo em vista a formação ainda um tanto quanto ortodoxa priorizada pelas universidades brasileiras.

Os documentos acima citados priorizam o trabalho interdisciplinar como uma das ferramentas mais importantes da atuação do psicólogo nos serviços do SUAS. Há, nesses espaços, uma demanda explícita por saberes compartilhados, articulados, assimilados e construídos por profissionais de diferentes áreas de conhecimento. Assim, mais do que ter um conhecimento sólido acerca das teorias que embasam o fazer da psicologia, há a necessidade de fazer trocas, sair da posição daquele que supostamente detém o conhecimento sobre a “pessoa humana” e assumir um lugar de mais um membro da equipe, sem que isso seja valorado negativamente.

A participação do profissional vinculado à área da psicologia é aqui compreendida como uma soma, ou seja, o acréscimo de mais um olhar que pode cooperar para construção de saberes sobre essa realidade social tão complexa. No campo do SUAS, onde o Serviço Social é hegemônico, o psicólogo é convocado a entrar em cena com seu saber sobre o humano, contribuindo para a construção de uma visão mais ampla e multifacetada das relações sociais e afetivas.

Assim, o psicólogo pode auxiliar numa compreensão mais apurada dos aspectos subjetivos envolvidos nas mais diversas situações com as quais se depara no trabalho com os usuários dessa política pública, participando da construção de caminhos para a análise e intervenção nessas realidades. Essa análise também pode ser encontrada no CREPOP (2008):

Valorizar a experiência subjetiva do indivíduo contribui para fazê-lo reconhecer sua identidade e seu poder pessoal. Operando no campo simbólico e afetivo-emocional da expressividade e da interpretação dialógica, com vistas ao fortalecimento pessoal, pode-se desenvolver condições subjetivas de inserção social (CREPOP, 2008, p.23).

Na referida interdisciplinaridade a ser construída neste campo de atuação é importante também o diálogo com o campo jurídico. É necessário que o psicólogo tenha conhecimento dos marcos legais da Assistência Social, como a LOAS, o documento da PNAS, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), leis como o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso, entre outros, para que possa intervir em consonância com as diretrizes que tais legislações propõem, contribuindo para a consolidação e análise crítica dessa política pública como política social.

Ademais, de acordo com os documentos de referência, é interessante que o profissional tenha sensibilidade para compreender e identificar os inúmeros processos de sofrimento vivenciados e, muitas vezes, naturalizados pelos meios sociais nos quais os usuários estão inseridos. Isso nos leva a pensar que, no trabalho da psicologia nesses campos, interessa romper com formas ortodoxas de atendimento e intervenção, tendo em vista que, mais do que intervir no plano individual, é preciso produzir, a todo instante, intervenções que extrapolem o campo do ‘um’, do indivíduo isolado, para criar intervenções que alcancem o grupo social, o município, a população em questão. Assim,

a ação da Psicologia pautada por esses preceitos não coaduna com uma intervenção classicamente psicoterápica, (...) antes fala da necessidade de operar com ele nas malhas do social pelo qual ele circula. Menos ainda, endossa uma terapia familiar clássica, visto que a família é aqui coadjuvante de um processo (...) Portanto, as estratégias de intervenção envolvem uma escuta que pode ocorrer em uma perspectiva individual, grupal, coletiva, mas que necessariamente terá que construir uma compreensão do modo de ser e de viver (...) entrelaçado com os acontecimentos do mundo, de sua classe social, de seus grupos de pertencimento (CFP, 2012, p.62-63).

Nos espaços da Assistência Social é importante, também, repensar a questão do *setting* terapêutico tradicional, limitado pelas quatro paredes do consultório, com suas regras próprias e pautado na dicotomia terapeuta-paciente, tendo em vista que a intervenção do psicólogo pode se dar em inúmeros locais. Fala-se, portanto, de “momentos terapêuticos” (CFP, 2009, p. 53), os quais não necessariamente estão vinculados a um atendimento realizado em um espaço “asséptico” e livre de qualquer interferência, como uma sala de atendimento, por exemplo; mas também a outros momentos importantes na construção do processo de atenção integral à pessoa, como numa visita domiciliar, num lanche compartilhado ou uma caminhada pelas ruas do bairro. O mais importante nessa relação “é a formação de vínculos, a possibilidade de interagir com o sujeito, acessar a sua subjetividade, estabelecer relação” (Idem, p.53).

Há uma demanda no documento por “criatividade e ousadia” (CFP, 2012, p.41) como características a serem assumidas pelos psicólogos, no sentido de construir metodologias e saberes que subsidiem novas práticas, que coadunem com a realidade ímpar e singular de cada território, de cada população atendida e de cada caso.

Entendemos que a criatividade e a ousadia não são dimensões separadas da preocupação com as bases científicas e conceituais do trabalho do psicólogo. Elas colaboram para abrir espaço a novas construções e experimentações nas práticas desta área. É preciso que se trace um caminho sério e não ingênuo, na construção de novas práticas, tendo em vista que cada escolha; seja ela teórica, metodológica e/ou prática no trabalho, representa uma posição política assumida que, por sua vez, produz efeitos diversos no campo social.

Além disso, talvez a questão não seja tanto da ordem de “possuir” criatividade e ousadia, palavras que podem acarretar numa armadilha pela busca desenfreada por novas técnicas esvaziadas de sentido, mas um abrir-se sensível para as situações, no sentido de dar atenção àquilo que é demandado pelo encontro. Nesse sentido, criar e usar são estratégias para dar passagem àquilo que se vivencia no cotidiano do trabalho.

Os documentos ressaltam ainda a necessidade de que os profissionais de psicologia tenham uma visão ampla dos fenômenos quando inseridos nas políticas públicas, indo além das explicações individualizantes e dando atenção aos aspectos sociais, econômicos e históricos das situações analisadas. É necessário atentar ao contexto no qual a pessoa e a família atendida estão inseridas, buscando uma intervenção mais efetiva, contextualizada e menos voltada para culpabilização do sujeito. Há que se ter

cautela para não contaminar as novas práticas profissionais com modelos assistencialistas, tutelares e adaptacionistas, centrados em uma ação individualizada, que desconectam o sujeito da sua realidade e contribuem para a legitimação de modos maquiados de exclusão social. Isso não significa que devemos desconsiderar a singularidade e a experiência subjetiva de cada indivíduo, especialmente daqueles que apresentam sofrimento psíquico, mas nosso olhar deve fazer a leitura da realidade sempre de forma contextualizada (CFP, 2009, p. 32).

Por exemplo, uma mãe de uma criança com síndrome de Down, vítima de violência sexual, que se utiliza da situação vivenciada pela filha como forma de conseguir benefícios. Ao invés de entrar na lógica de demanda que tal mãe impunha, durante a intervenção fez-se uma escolha primeira por compreender, na construção de sua história, como tal forma de lidar com as adversidades se produziu, ao mesmo tempo em que, por meio de intervenções com essa mãe, desconstruir, aos poucos, a arraigada e cristalizada visão de vítima com a qual se referia à filha. Um trabalho, portanto, de

construir novos significados para sua própria história e da filha, num caminho de buscar junto quais as possibilidades e potencialidades que poderiam ser desenvolvidas.

Dessa forma, o psicólogo tem a possibilidade de contribuir na análise, construção e transformação da realidade social por meio da construção de novas ferramentas teórico-metodológicas, em detrimento de práticas que somente adaptem os sujeitos a uma condição tida como “normal”.

Os documentos trazem a questão de que ações de prevenção de situações de risco social e promoção de direitos são bastante valorizadas no campo da Assistência Social, tendo em vista que nesse eixo atua-se no sentido de desnaturalizar situações de violação de direitos, auxiliando as pessoas a se colocarem diante das políticas públicas como sujeitos de direitos e não como pessoas necessitadas.

A questão é promover encontros, novas composições, que possam ressignificar experiências, desconstruir e construir outras formas de olhar para o sujeito em questão, ultrapassando a visão de uma simples intervenção numa realidade, atentando então, para a postura política do trabalho.

Há, portanto, uma dimensão de implicação a ser tomada em consideração pela psicologia. Uma escolha de não ser mais um profissional que endossa o rol daqueles que contribuem para a manutenção da realidade social naquilo que ela tem de excludente e injusta, por meio de modos de atuação desvinculados de uma leitura crítica da realidade que acabam por classificar, diagnosticar e julgar, sem uma análise política dos efeitos dessas ações nesse campo de atuação.

Essa breve análise documental traz alguns elementos que merecem ser discutidos em relação ao psicólogo enquanto trabalhador. Os documentos em nenhum momento falam do “como fazer”, mas trazem alguns elementos que o profissional pode adotar: ser criativo e inovador, ter postura política, saber contextualizar os fenômenos, entre outros. As referências são bastante otimistas, poderia se dizer, em relação ao trabalho possível a ser realizado pelos psicólogos no campo da Assistência Social. No entanto, pouco ou nada falam acerca das inúmeras dificuldades e impasses singulares de um campo de trabalho que, além de ser extremamente recente para a psicologia, tem a particularidade de lidar com situações em sua maioria desafiadoras e limítrofes.

Trabalhar com a questão da pobreza, da miséria, de situações em que a vida, em qualquer de seus aspectos, está ameaçada pela fome, pela violência, pela falta de perspectivas, pela negligência do Estado, pelo encontro tantas vezes mortífero no uso

abusivo de drogas, pela escolha pelo crime, pela incapacidade de cuidar-se sozinho, no caso de idosos e deficientes, entre tantas outras situações vivenciadas no dia-a-dia dos CRAS e dos CREAS, como em qualquer área da psicologia, demandam um envolvimento afetivo que não é mencionado ou citado nas referências citadas nos documentos.

Impossível lidar com tantas situações limítrofes sem que isso acarrete em algum tipo de sensação, afetação. Questão de extrema importância para uma ciência ainda dividida entre a neutralidade imparcial do laboratório e a diversidade afetiva gerada pelos encontros. Daí a importância de dar visibilidade, escuta e atenção à questão daquilo que os encontros com tantas situações delicadas provocam no corpo e na subjetividade dos profissionais que atendem tal população.

Além dessa dimensão afetiva, o fato de as atribuições no campo da assistência social ainda estarem em vias de construção convoca do psicólogo aí inserido, portanto, uma postura ético-política, tendo em vista que se está sempre na “corda bamba” entre a manutenção do que está cristalizado a respeito da pobreza e da violência, por exemplo, e a criação de novas formas de compreensão do que sejam essas dimensões da vida humana, bem como a criação de novas formas de relação com a diferença que o outro nos impõe. Por criação aqui se entende os “outros” possíveis que se fazem nos encontros, tendo em vista que cada vez que dois corpos entram em relação, um estranhamento pode se produzir, possibilitando novas composições. Assim, “cada vez que encarnamos uma diferença - nos tornamos outros” (ROLNIK, 1992, p. 4).

Nesse sentido, multiplicam-se possíveis a todo instante. Resta encontrar formas de dar passagem a esses possíveis, assumindo as diferenças produzidas pelos encontros e dando corpo a elas a partir de intervenções que se preocupem com a expansão da vida enquanto potência, ainda que diante de realidades nas quais aparentemente haja pouco que se possa fazer.

É assim, que em nosso entendimento uma análise sobre o trabalho do psicólogo nessas políticas públicas está muito próxima do que Negri e Hardt descrevem como sendo “trabalho imaterial”. De acordo com tais autores, as mudanças postas em marcha a partir do século XX pelos processos de globalização e avanços da tecnologia fizeram com que houvesse a expansão de trabalhos que não mais exigiam tanto a força física do trabalhador, mas outros atributos, como a cognição, os sentimentos e a história de vida.

Ademais, observa-se o aumento de atividades que não estão relacionadas à produção de bens materiais, mas com a produção de um “bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento e comunicação” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 311), atividades tais que compõem o trabalho imaterial. E mesmo as atividades fabris atualmente envolvem a manipulação de tecnologias e a resolução de problemas que vão para além da simples execução de uma tarefa manual. Nesse sentido,

os empregos são em sua maioria altamente movediços, e envolvem flexibilidade de aptidões. Mais importante, são caracterizados em geral pelo papel central desempenhado por conhecimento, informação, afeto e comunicação (HARDT; NEGRI, 2005, p.306).

A psicologia, como profissão que trabalha eminentemente com relações humanas, é um tipo de trabalho imaterial, mais especificamente, trabalho imaterial afetivo, no qual a ‘matéria prima’ primordial consiste na abertura para estabelecer relações sociais e afetivas com o outro, sendo que estas são construídas e inventadas a cada novo encontro, produzindo efeitos como, por exemplo, “um sentimento de tranqüilidade, bem estar, satisfação, excitação, paixão – ou até mesmo a sensação de estar simplesmente conectado ou de pertencer a uma comunidade” (PELBART, 2000, p. 36).

Não obstante, trata-se de uma profissão que se ocupa eminentemente com a produção de subjetividades, voltando-se para a criação e análise de “maneiras de ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morar e de vestir, ou seja, *formas de vida*” (Idem, p.36). Além disso, é uma forma de trabalho que demanda intenso envolvimento psíquico, tendo em vista que “pressupõe o acolhimento da presença viva do outro, que comparece na relação profissional expondo suas diferenças, expectativas, limites e potencialidades” (MANSANO, 2012, p.6).

Como qualquer trabalhador, o profissional de psicologia sofre as marcas dos efeitos dos encontros vividos em seu trabalho. A dificuldade de mensurar resultados, tendo em vista que lida com situações impalpáveis, que dificulta a sistematização do trabalho realizado, por exemplo, pode gerar intensos questionamentos acerca do real alcance das intervenções realizadas, bem como intensa insegurança. Há, por vezes, a impressão de que se lida com as situações como num jogo de dados, uma aposta. Os efeitos ecoam, reverberam e, na maioria das vezes, não estão ao alcance de serem facilmente reconhecidos e avaliados. Estas são as características de um trabalho

imaterial. Como mensurar um trabalho que é feito unicamente de relações, produto não palpável e não passível de controle?

Também o esgotamento físico e psíquico advindo do intenso envolvimento com o trabalho é um dos efeitos que pode ser citado nesta área de atuação, tendo em vista que é necessário ter empatia, envolver-se para alcançar, compreender e analisar o sofrimento do outro, material primordial do trabalho 'psi'. Talvez por tal necessidade de envolvimento, esta dimensão possa gerar uma dificuldade de separar ambiente de trabalho e vida pessoal, tendo em vista que em muitos momentos as situações vivenciadas no cotidiano de trabalho demandam, além dos pressupostos teóricos, as experiências pessoais – característica comum no trabalho imaterial, diga-se de passagem. Além disso, muitas situações afetam de tal forma o trabalhador que os efeitos perduram para além das portas da instituição. Ao mesmo tempo, é impossível pensar numa neutralidade afetiva, sendo que, como já dito anteriormente, é parte fundamental do trabalho a abertura para as sensações. Impasses tais que podem gerar intensos sofrimentos no trabalhador.

Além disso, existem situações vivenciadas pelo psicólogo no campo da Assistência Social que o jogam no redemoinho das situações mais limítrofes e precárias, com as quais, muitas vezes, ele não sabe nem ao certo como lidar, pois não são passíveis de prescrição. Isso pode ser exemplificado no caso de ser ameaçado pelo pai de uma criança que é vítima de violência física e chorar durante o atendimento. Trata-se de um encontro radical que marca de forma singular o profissional, evocando questões. Como lidar com a situação que coloca no limite da possibilidade, na violência do encontro? Sendo que “o que constringe aqui é a pressão da violência das marcas que se fazem em nosso corpo ao acaso das composições que vão se tecendo” (ROLNIK, 1993, p. 5).

É possível notar, a este ponto, o quanto composições e também decomposições se fazem presentes na atuação dos psicólogos em trabalhos sociais. A questão é que não existem prescrições que dêem conta do inesperado dos encontros. Assim,

o modo de realizar as tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente o operador pode produzir ao “se dar” à sua tarefa. As qualidades impossíveis de demandar, e que dele são esperadas, são o discernimento, a capacidade de enfrentar o imprevisto, de identificar e de resolver os problemas (GORZ, 2005, p.18).

Nesse ínterim, insere-se a segunda discussão, qual seja, da psicologia enquanto campo de atuação vinculado às relações humanas. Para este profissional é extremamente complicado pensar em protocolos de atuação, tendo em vista que atua eminentemente com casos únicos e singulares, fato este que demanda uma sensibilidade por parte do profissional para que esteja atento à singularidade e aos movimentos do desejo dos usuários que atende. Neste sentido, cada atendimento, cada uma das avaliações e intervenções estão situadas no contexto do encontro que se produz a partir da relação com o sujeito em questão.

Assim, apesar das teorias científicas que embasam o trabalho, das posições ontológicas e epistemológicas assumidas, há que se deixar um espaço para aquilo que transborda o prescrito, o já classificado e teorizado, possibilitando que ‘isso que não sei o que ainda’ tenha espaço de manifestação e produção. Trata-se da construção de uma *práxis*, ou seja, da produção de intervenções que aliem teoria e prática, sendo que ambas estão sempre em construção e transformação conjuntas, pois “(...) toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado” (MACHADO, 2007 p. XI).

Por conseguinte, essa não especificidade do trabalho é aqui vista como a potência da atuação do psicólogo, que poderia ser chamado de “profissional do encontro” (FIGUEIREDO, 1993, p.90), no sentido de que toda e qualquer intervenção ‘psi’ se dá na relação com o outro. Assim, é importante permitir o encontro, acima de todas as outras intenções teóricas e/ou conceituais que se tenha com o trabalho a ser realizado.

Estar aberto ao não-saber de antemão, àquilo que chega, afeta e muitas vezes até mesmo assusta não é fácil. Temos aí uma *práxis* que demanda, além de abertura ao sensível, uma disposição a sair do lugar imaginário tantas vezes assumido pela psicologia de quem tem a verdade sobre o sujeito e abrir-se, assim, à multiplicidade de formas de ser. Abrir-se à questão, ao incômodo; livrar-se da ingenuidade de colocar a vida no enquadre. Portar-se, talvez no sentido

contrário de um plagiador, mas também o contrário de um mestre ou de um modelo. Uma preparação bem longa, mas nada de método nem de regras ou receitas. Núpcias, e não casais nem conjugalidade. (...) Achar, encontrar, roubar, ao invés de regular, reconhecer e julgar, pois reconhecer é o contrário do encontro (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 16).

Deixar, portanto, que mais do que impressões (que transitam pelo julgamento) se produzam estranhamentos, dando ‘ouvidos’ às diferenças, aos incômodos produzidos pelos encontros, assumindo a postura política de apreender as pessoas enquanto combinações, composições sempre em movimento. Combinam e descombinam, formando sempre novas formas, nunca permanentes, sempre provisórias.

É o que faz apreender as pessoas como combinações e chances únicas que determinada combinação tenha sido feita. É um lance de dados necessariamente vencedor, pois afirma suficientemente o acaso, ao invés de recortar, de tornar provável ou de mutilar o acaso. Por isso, através de cada combinação frágil é uma potência de vida que se afirma, com uma força, uma obstinação, uma perseverança ímpar no ser (Idem, p.13).

Postura que de forma alguma é fácil de assumir, sendo que muitas vezes corre-se o risco de, por cansaço, insegurança, pretensão de uma verdade ou insensibilidade, deixar-se levar pela agilidade das formas e das normas, na contramão da problematização sobre as minúcias do existir. A questão é que, ainda que nos deixemos arrastar pela armadilha dos protocolos, estes jamais darão conta da vida e seus inumeráveis desdobramentos. E aí reside a potência da prática da psicologia: em estar atenta à multiplicidade, ao que escapa, fazendo exatamente disso seu ‘material’ de trabalho.

E nesse sentido, portanto, propõe-se fazer da psicologia uma arte do encontro. Fazer da existência, vida. Trabalhar e produzir intervenções que favoreçam, acima de qualquer outra intenção, encontros que possibilitem novas formas de olhar a vida e principalmente as pessoas. Trabalhar como um inventor, no sentido de criar, possibilitar o surgimento de novos modos de existência, partindo de um pressuposto ético e estético, de criação, como numa obra de arte.

Não se trata mais de formas determinadas, como no saber, nem de regras coercitivas, como no poder: trata-se de *regras facultativas* que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida (DELEUZE, 1992, p. 123).

Produzir, portanto, encontros que caminhem no sentido de uma não naturalização ou cristalização dos modos de subjetivação, de abrir portas de invenção. Por isso pode-se falar de regras facultativas, como diz Deleuze. Pois não há receita, fórmula que garanta o encontro. Ele se dá (ou não) no instante, é da ordem do acontecimento. Fazer dos encontros (e dos desencontros, por que não?) possibilidades de criação, eis a arte em questão.

Defende-se, portanto, a possibilidade de uma prática nas quais as relações possam se constituir enquanto novas saídas, como possibilidades, a partir do exercício de um fazer que se aventure no não-saber, para além dos muros científicos, se aventure no desafio de potencializar a vida num contexto em que esta é capturada, engolida pelas forças de produção vigentes, pela desigualdade social e pela violência.

Sob este ponto de vista, todo trabalho da psicologia implica numa postura de construção. De trabalho a favor do encontro e da composição. Do encontro com tudo aquilo que faz viver. Trabalhar pela premissa “Fazei tudo para que o outro, em sua diferença, ainda que diante do incômodo, do inesperado, viva”. Um posicionamento ético e estético, que passa pelo reconhecimento da diferença como constitutiva, assumindo que é no desencontro, no hiato que se instaura a partir inusitado que é possível a construção de algo – seja pensamento, ação, postura profissional, conceitos e encontros. Seria então possível brincar com o termo composição e propor um psicólogo compositor? Aproveitando-se dos acordes, das harmonias e das dissonâncias, das diferenças e ‘fazer arte’ com a vida, fazer da vida arte.

CAPÍTULO III

A CAIXA DE FERRAMENTAS

É com um corpo que nos encontramos no estudo: um corpo que traz encarnada em conceitos uma série de marcas que ao nos afetarem podem provocar em nós o aparecimento de uma ou várias marcas inusitadas ou também reavivar alguma marca que já estava ali a nos desassossegar, sem que pudéssemos ouvi-la e/ou responder à sua exigência (Rolnik, 1993).

As ideias sempre voltam a servir, porque sempre serviram, mas de modos atuais os mais diferentes (Deleuze, 1997).

Defendendo a proposta da psicologia enquanto uma área de conhecimento dedicada à compreensão da arte do encontro, e levando em consideração que o encontro não se dá apenas com seres humanos, mas com tudo aquilo que afeta e produz efeitos nos corpos, modificando e construindo os sujeitos, incluindo aí os encontros com teorias, conceitos e propostas epistemológicas, “movimentos, ideias, acontecimentos, entidades” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.14), justifica-se aqui uma análise de algumas ferramentas teórico-metodológicas que podem auxiliar na produção das práticas do profissional psi inserido nos espaços da Assistência Social.

Uma aposta na possibilidade de produção de pistas para uma clínica do social que, sustentada por conceitos da psicologia social, possa emergir enquanto uma nova modalidade de intervenção, menos preocupada com a produção de normativas a respeito das questões sociais e mais ocupada com a produção de possibilidades de invenção e expansão da vida.

Parte-se aqui de um pressuposto ético-político que compreende as teorias enquanto “caixa de ferramentas” a serem utilizadas nos campos de atuação e, portanto, que necessitam passar pelo crivo da contextualização, da proximidade com o campo o qual se deseja pensar a partir de tal ou qual teoria. Nesse sentido,

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... é preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas (DELEUZE, In: FOUCAULT, 1979, p. 71).

Portanto, qualquer ferramenta teórico-metodológica necessita ser utilizada levando em consideração sua transitoriedade e “ação local”. Sendo assim, pode-se lançar mão de alguns conceitos que auxiliem na construção de uma *práxis*, porém, sem pensar numa universalização ou uniformização das práticas, até porque os conceitos aqui discutidos não se propõem a funcionar enquanto um método fechado, muito menos um ‘como fazer’ meramente aplicativo. Apresentam-se mais como pistas, caminhos que podem nortear intervenções, sendo o rigor aqui, para efeitos de normas científicas, mais voltado para as dimensões “ética/estética/política” (ROLNIK, 1993, p.6).

Rigor ético que, num caminho de pesquisa e intervenção, preocupa-se primordialmente com a escuta das diferenças que cada situação impõe, bem como uma atenção às marcas que elas produzem. Rigor estético que, a partir das marcas produzidas no corpo e na subjetividade, ocupa-se com a criação de campos de experimentação que possam dar espaço para a vivência e produção de modos de vida. Por fim, rigor político, no sentido de participar de maneira direta numa luta contra tudo aquilo que, de algum modo, pode impedir os movimentos de transformação e mudança, sendo, portanto, partidário na construção de intervenções e saberes preocupados em dar espaço para tais movimentos.

Ademais, partindo dos pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa, nenhuma escolha conceitual ou prática possui a pretensão de uma neutralidade científica. Toda escolha passa, invariavelmente, pelo corpo e subjetividade de quem a utiliza, sendo construída a partir das marcas que os diversos encontros promovem também no corpo do profissional. Nesse sentido, respeitando as posições filosóficas envolvidas, coube-nos selecionar aqui alguns conceitos teóricos e trazê-los a campo, dar-lhes vida, contexto e substancialidade. Importa-nos pensar o uso que se faz dele, “é como a situação de um pintor que compra suas tintas na mesma loja. O que interessa é o que vai fazer com elas” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 53).

Serão aqui analisados os seguintes conceitos: Relações de Poder, Devir, Afeto, Experiência e Cartografia, escolhidos não de forma aleatória, mas advindos das experiências de trabalho na área, na familiaridade com os mesmos e das intensas reflexões e incômodos que culminaram no estudo de tais conceitos com vistas a produzir uma intervenção que fizesse sentido no campo da assistência social. Cabe pontuar que as análises aqui realizadas não têm a pretensão de serem demasiado

aprofundadas, tendo em vista que cada conceito aqui exposto demandaria um estudo pormenorizado caso os objetivos da pesquisa fossem esmiuçá-los. Será feito, portanto, um passeio, um “andar de mãos dadas” por entre eles, buscando elementos de ressonância com o campo da Assistência Social.

Primeiramente, as *relações de poder*. Conceito que dificilmente pode ser deixado de lado quando se deseja compreender as relações que se estabelecem em qualquer campo, e tampouco na Assistência Social, tanto entre usuários e técnicos quanto entre técnicos e chefia. As relações de poder tornam-se ferramentas conceituais importantes uma vez que a Assistência Social se dá em um campo institucionalizado, onde as relações são bastante hierarquizadas e cristalizadas entre os diversos atores sociais. Faz-se necessário, portanto, compreender como se dão essas relações e quais possibilidades de utilizá-las na compreensão deste cenário.

Primeira observação: o poder não é algo objetivável, que pode ser concentrado nas mãos de certa classe social, ou de uma ou outra pessoa. Ele só existe em ato, exercido por todas as pessoas, não tem nome nem rosto, é feito na relação entre as diferenças. Assim, “não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2007, p. X). Sendo prática social, se exerce por todos os lados, não apenas verticalmente, mas muito mais, horizontalmente, como fluxos que atravessam as relações cotidianas e corriqueiras, em simples gestos e até mesmo olhares que nos colocam numa relação de hierarquia em relação a outrem. Por isso, enfatiza-se o caráter relacional do poder,

como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder, o que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. (...) Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (Idem, p. XIV).

Há que se compreender, portanto, que o poder não é um objeto natural - ele emerge do social, das relações sociais, do próprio corpo social, inscrevendo-se nos corpos individuais e construindo-se historicamente. Sendo relação, é impalpável e pouco passível de ser isolado. O poder acontece na vida, nas relações, nas profissões. E mais, não somente subjuga, impõe ou aliena, mas produz subjetividades e formas de existir no mundo. Não obstante,

é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador (...) ‘De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade’, (...) tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (Idem, p. XVI).

Segunda observação: a questão do poder está intimamente atrelada o ao exercício e surgimento dos saberes. Há que se compreender que dos distintos planos e níveis, das teias que se estabelecem das e nas relações de poder, saberes são construídos a todo o momento, sendo que “saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (Idem, p. XX).

Em nossa sociedade, essa produção de saberes, de discursos, assume uma função controladora, normatizante, a respeito do campo social. Contrapõem-se ao saber comum, do cotidiano, muitas vezes invalidando-o, hierarquizando as formas de se chegar ao conhecimento, colocando o saber experimental e científico em primeiro plano, em detrimento do saber que se adquire/constrói a partir das experiências de vida, das trocas, da vivência dos afetos.

A psicologia, enquanto um campo de saberes sobre o homem, não está excluída dessa função normatizante ligada às estratégias de saber-poder. No projeto dos inúmeros saberes que surgem, historicamente, para dar conta de compreender o homem em seus múltiplos ângulos, os saberes ‘psi’ despontam como mais um exercício/dispositivo do poder, por meio de um discurso normativo e diagnóstico acerca das maneiras de ser e existir no mundo. Assim, se inscreve enquanto mais um dispositivo que molda sujeitos. Ainda que seu percurso histórico seja recente, não se pode negar a importância de tais saberes na formação do tipo de humano que responde às exigências de seu tempo.

Nesse sentido, a psicologia também exerce, indubitável e inevitavelmente, um poder sobre a população e produz subjetividades, formas de ser. Diante desse exercício de poder, fica uma pergunta, um incômodo: Qual a possibilidade de pensar uma ética diante desse exercício de poder, que parece ser intrínseco ao campo do saber?

Terceira observação (que se relaciona à questão acima evocada): a relação entre poder e resistência. A característica relacional do poder exige que a resistência se exerça também em suas teias, tendo em vista que nunca se está fora das relações de poder. Assim, poder e resistência são dois componentes que caminham sempre juntos. O exercício da resistência é inerente ao exercício do poder, ou seja, diante de toda relação de poder é possível resistir, fazer diferente, criar novas relações. Assim, “a partir do

momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação” (FOUCAULT, 1979, p. 241).

Seja na questão do controle e domesticação que as relações de poder colocam em curso, com fins de produção, seja na questão do saber-poder que controla os indivíduos por meio da intelectualização e cientificação da vida, há possibilidades de mudança, nichos de resistência, protagonizados pelas pessoas nas mais diversas situações, sendo que a luta contra o poder se apoia naquilo sobre o que ele investe, ou seja, na vida e no homem enquanto ser vivo. E o que é reclamado, reivindicado é a vida, entendida em suas necessidades fundamentais, sua potencialidades, na sua realidade concreta; dimensões tantas vezes aviltadas pela face mais dominadora das relações de poder.

Diante dessas observações, das produções do poder, do saber como poder e das possibilidades de resistência, é possível pensar a psicologia enquanto um *lócus* de resistência quando, em sua atuação, toma em consideração a análise dessa díade existente entre a face do poder que domina, despotencializa, oprime e sufoca bem como a que resiste, que implica parar, olhar com cuidado e analisar o que é possível fazer junto.

Estar atento às possibilidades do ‘fazer junto’, nesse sentido, é um caminho possível quando a proposta consiste em trabalhar a partir de uma ética compreendida como produção conjunta que não cessa e que acolhe como bem vinda a diferença fundamental e constituinte dos sujeitos. Possibilidade que se apresenta, então, como uma escolha. Pode-se falar então da opção por estratégias de acolhimento e construção coletiva, em detrimento àquelas atitudes mais voltadas ao julgamento e exclusão, o que implica em ‘estar ao lado’, buscando desverticalizar relações e desmitificar o lugar de poder-saber no qual os usuários (e, por vezes, os demais profissionais) costumemente colocam os psicólogos dos serviços da Assistência Social. Nessa proposta, faz mais sentido uma postura de construir saberes junto ao usuário, sempre atentos ao “fascista em nós”, que invariavelmente busca a norma como regra, sufocando a vida em sua potência de singularização.

Passemos agora ao segundo conceito, o *devoir*. Este se relaciona, acima de tudo, à visão de ser humano com a qual se apropria esta proposta de uma psicologia que parte do ponto de vista de que as pessoas existem em meio a relações de força, num processo

ininterrupto de transformação, em detrimento a visões que compreendem o sujeito a partir de paradigmas estruturalistas, serialistas ou adaptacionistas que “ora graduam características segundo suas semelhanças, ora as ordenam segundo suas diferenças” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.20). Pode-se compreender o devir, nessa proposta, enquanto movimento constante de produção das formas de ser, pois “não nos interessamos pelas características; interessamo-nos pelos modos de expansão, de propagação, de ocupação, de contágio, de povoamento” (Idem, p.20).

Nesse sentido, enquanto movimento constante, o devir não se ocupa necessariamente com o resultado final, ou seja, em saber “o que vai resultar” de tal ou qual processo, mas o foco está no processo em si, principalmente pelo fato de que nunca se chega a um resultado final, não há paradeiro nesse caminho. Pode-se dizer, portanto, de um sujeito se faz no ‘entre’, no interstício inominado do processo, e que, justamente por não ter nome nem forma prévia e/ou perene, pode tornar-se algo/alguém na ligação com os elementos que dispõe em um dado momento. Não imitação ou identificação, mas captura. Assim,

Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. A questão "o que você está se tornando?" é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos (DELEUZE; PARNET, 1998, p.10).

Assim, o conceito de devir implica conceber o ser humano enquanto multiplicidade, movimento. Compreender o indivíduo em relação com as velocidades que o compõem, as intensidades que tais composições produzem em sua existência, os encontros que transformam, criam e recriam outros ‘eus’.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.64).

Pode-se dizer que, nesta perspectiva teórica, estamos distantes de um ‘eu’ unificado, nucleante, ordenado. Rompe-se com a noção de essência, e, portanto, de um núcleo intocável de personalidade, uma individualidade inalienável e, por tal motivo, impossibilitada de mudança. Compreende-se, assim, que “cada indivíduo é uma

multiplicidade infinita” (Idem, p.39) e, portanto, os humanos são como multiplicidades não ordenadas, fluxos que passam, ou não passam, “não segundo uma ordem lógica, mas segundo compatibilidades ou consistências alógicas” (Idem, p.34).

Pensando no campo da Assistência Social, o conceito de Devir pode auxiliar no sentido de olhar as inúmeras transformações existentes em cada sujeito atendido captando as consistências e buscando, nesse processo de olhar, não uma analítica estruturante dos modos de vida, mas acompanhar os fluxos desejanter ou fluxos mortíferos, intervindo em tudo aquilo que impede os fluxos de vida e as multiplicidades de encontrar passagens, espaço de atualização, lançando mão de critérios “que se exerçam quando necessário, no momento certo, suficientes para nos guiar por entre os perigos” (Idem, p.35).

Cabe pontuar que o devir, em momento algum, se confunde com evolução, no sentido de promover mudanças e/ou transformações em direção a uma suposta progressão. Ele é a-histórico, no sentido de um passado, um presente e um futuro a ser alcançado; e também involutivo, no sentido de que o que se torna e o que se forma nos movimentos do devir não se confundem com uma finalidade estabelecida *a priori*. Funciona, como já dito, no ‘entre’, no redemoinho das velocidades que atravessam o sujeito, buscando passagem. A questão é, portanto, deixar-se encontrar pelas velocidades, viajar por elas.

A velocidade é ser tomado em um devir, que não é um desenvolvimento ou uma evolução. Seria preciso ser como um táxi, linha de espera, linha de fuga, engarrafamento, afunilamentos, sinais verdes e vermelhos, ligeira paranóia, relações difíceis com a polícia. Ser uma linha abstrata e quebrada, um ziguezague que desliza "entre" (DELEUZE; PARNET, 1998, p.42).

Portanto, não sendo redutível à noção de desenvolvimento ou de evolução, mas envolvendo um desenhar modos de viver, o conceito de devir envolve a ação política de desviar da mera imposição moral que pretende tornar os indivíduos “melhores”, mais “dignos” (socialmente falando), inseridos de maneira formatada na dinâmica social estabelecida. A preocupação primordial consiste em viabilizar espaços/momentos de experimentação da vida enquanto movimento, atenuando ou livrando das cristalizações, seja por meio de um grupo no qual as experiências de vida possam ser trocadas, seja por meio de um atendimento no qual se possa traçar linhas por meio das quais o usuário possa, a partir dos elementos da sua história, pensar na produção de novas formas de existência, ou de uma reinvenção das marcas que o acaso lhe impôs. Nesse caso, o

profissional 'psi' atua como alguém que o acompanha nesse processo de compreensão, estranhamento e produção, sendo que é a partir das marcas produzidas pelos inúmeros encontros que se pode criar possibilidades de vida.

Em outras palavras, o sujeito engendra-se no devir: não é ele quem conduz, mas sim as marcas. O que o sujeito pode, é deixar-se estranhar pelas marcas que se fazem em seu corpo, é tentar criar sentido que permita sua existencialização - e quanto mais consegue fazê-lo, provavelmente maior é o grau de potência com que a vida se afirma em sua existência (ROLNIK, 1993, p.3).

Portanto, tem-se com este conceito uma implicação política por uma não cristalização das realidades e por uma não cristalização das formas de existência. Apostar no devir, ou seja, apostar na possibilidade de transformação de cada usuário, levando em consideração sua história, suas marcas, suas possibilidades para avançar e retroceder nesse processo de encontro com a multiplicidade, tendo sempre em vista que os casos são únicos, e, portanto, as multiplicidades que compõem cada indivíduo também o são.

Um terceiro conceito a ser aqui considerado como uma ferramenta é o Afeto que aqui será abordado juntamente com Espinosa e Deleuze. No trabalho da psicologia, que está voltado para os encontros, o profissional está em contato a todo o momento com variações, composições e decomposições que acarretam em modificações no sujeito, marcando-o afetivamente, produzindo, por sua vez, outros corpos, tendo em vista que a partir do momento em que uma marca se faz já não se é mais o mesmo sujeito: alguma outra coisa se reconfigura (e chamamos aqui de "alguma" justamente por ser um movimento indeterminado *a priori*). Nesse sentido, uma análise daquilo que aumenta ou diminui a potência de vida faz-se frequentemente necessário. Tal análise, por sua vez, está intimamente relacionada à questão dos afetos.

No tocante ao ser humano, mais do que um corpo biológico, pode-se falar também de um corpo afetivo, sendo que "o corpo humano pode ser afetado por muitas maneiras que crescem ou diminuem seu poder de agir e também por muitas outras que não tornam seu poder de agir nem maior, nem menor" (SPINOZA, 1960, p.139). O afeto, portanto, diz respeito a tudo aquilo que implica na variação de potência de um corpo, sendo possível conceber e compreender a vida enquanto uma "linha melódica de variação contínua" (DELEUZE, 1978, s/p). É como uma música que é feita pela mudança de uma nota a outra, formando uma cadência de sons que é facilmente

percebida em sua melodia e singularidade. Da mesma forma, tomar os indivíduos enquanto variação permite compreendê-los em sua singularidade afetiva, sendo que

De um estado a outro, de uma imagem ou idéia a outra, há portanto transições, passagens vivenciadas, durações mediante as quais passamos para uma perfeição maior ou menor. Ainda mais, esses estados, essas afecções, imagens ou ideias, não são separáveis da duração que as relaciona ao estado precedente e as induzem ao estado seguinte. Essas durações ou variações contínuas de perfeição são chamadas “afetos” ou sentimentos (*affectus*) (DELEUZE, 2002, p.55).

Deste modo, não há como conceber a vida enquanto algo estático ou como uma homeostasia. Levando em consideração a parcela afetiva da existência, é impossível compreender as pessoas sob a prerrogativa de um retorno a um suposto equilíbrio, tendo em vista que ele é inexistente.

Como já dito, o conceito de afeto está relacionado a uma variação de potência, a qual se dá a partir do encontro com um outro corpo. Tal encontro pode aumentar ou diminuir as forças de vida, compor ou decompor formando, nesse processo, outras composições, outros corpos, modificados pela relação ali vivenciada – sendo que “cada corpo se constitui na imanência dos encontros, variando de acordo com as relações em jogo em cada situação” (AZEVEDO, 2011, p.2). Assim, cada vez que um encontro ocorre, há a possibilidade de que este, em alguma medida, gere oscilações nos modos de existência.

O afeto, portanto, consiste na “variação contínua da força de existir de alguém, na medida em que essa variação é determinada pelas idéias que ele tem” (DELEUZE, 1978, s/p), ideias advindas das inúmeras relações e encontros vivenciados, sendo eles bons (composição) ou maus (decomposição) encontros. Tal variação afetiva pode acontecer com uma música, uma pessoa, enfim, qualquer elemento que, naquele momento, gere uma mudança, uma “uma mistura de corpos” (Idem, s/p).

Nessa perspectiva, concebe-se o indivíduo a partir dos afetos que é capaz, sendo que

Cada indivíduo é um conjunto de composições singulares; (...). Neste processo de composições são os encontros que decidem quando há conveniência ou inconveniência entre os corpos. Por se tratar de uma experimentação contínua da vida, vamos perceber que há uma variação de afetos, de que um indivíduo é capaz de acordo com seu modo singular de existir (AZEVEDO, 2011, p.3).

Premissa que implica, por sua vez, uma atenção aos movimentos de composição e variação afetiva dos usuários atendidos pelo psicólogo que se utiliza do conceito de

afeto em sua prática, mapeando-os e possibilitando espaços de experimentação e análise. Num campo permeado por inúmeros encontros que, de antemão talvez julgasse-se como nocivos e diminuidores da potência de vida, cabe investigar quais os bons encontros que favorecem a expansão da vida no cotidiano do usuário, e quais os maus encontros, que paralisam e tornam a existência inócua e vazia de sentido. Ademais, cabe levar em consideração que as intervenções propostas podem levar a produção de novas composições, oriundas de novos encontros, que podem partir dos atendimentos com o psicólogo em si, de um grupo de discussões, da participação em uma associação de bairro, entre tantas outras possibilidades, sendo que

A questão não é a da organização, mas da composição; não do desenvolvimento ou da diferenciação, mas do movimento e do repouso, da velocidade e da lentidão (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.41).

É assim que chegamos ao conceito-ferramenta: *experiência*, que aqui assume o estatuto de experimentação. Consiste numa posição de não ter, de antemão, as respostas para as questões dos usuários, sendo que as ‘respostas’ vão sendo inventadas no processo de intervenção. Assim, não se trata de “uma perspectiva pautada na díade sujeito-objeto, mas diferente disso, trata-se de uma atenção ao jogo das relações que constitui a ambos na experiência” (AZEVEDO, 2011, p.1).

A ênfase do trabalho na assistência pode ser no processo, nos detalhes, nas minúcias que cada situação apresenta. Ainda que cheguem a esse tipo de atendimento por situações muito parecidas, quando se olha de perto, com cuidado, percebe-se que há uma infinidade de questões diferentes que estão relacionadas, imbricadas, e que de forma alguma podem ser generalizadas, principalmente no tocante às intervenções, que demandam escuta atenta e sensibilidade para detectar as multiplicidades em cena.

Faz-se necessário uma abertura para o inesperado, acolher como bem vindo o acaso, tendo em mente que é ele, por sua parcela de surpresa, que permite alcançar as variações afetivas em curso no corpo do indivíduo. Estar aberto ao inesperado demanda abrir-se às diferenças, engendradas no devir, advindas dos acontecimentos, postas em marcha pelos afetos. Nesse sentido, não há como prever quais encontros e experimentações serão possíveis num atendimento, e menos ainda quais os resultados que serão alcançados. Parece fazer mais sentido, nesse caminho, acolher o acaso, o inesperado, como fonte de invenção e criação, suportando os momentos de tensão e ansiedade que dele advém. Diz Pelbart:

Trata-se de não burocratizar o Acaso com causalidades secretas ou cálculos de probabilidade, mas fazer do Acaso um campo de invenção e imprevisibilidade; de não recortar o Desconhecido com o bisturi da racionalidade explicativa; de não fazer da Ruína um momento de uma superação dialética, mas uma linha de fuga micropolítica. (...) Isso tudo implica, naturalmente, inventar uma nova relação entre corpo e linguagem, entre a subjetividade e a exterioridade, entre os devires e o social, entre o humano e o inumano, entre a percepção e o invisível, entre o desejo e o pensar (PELBART, 1993, 107-108).

A invenção dessa nova relação envolve um abrir-se às experimentações, ao invés de apegar-se pura e simplesmente a um protocolo de atendimentos. A atitude política, nesse caso, poderia ser: experimente. O que pode ser feito em relação à miséria de uma família? Conceder benefícios assistenciais? Essa é função do serviço social. Então, o que cabe à Psicologia? Não sabemos de antemão. Cabe experimentar intervenções. Como agir com uma criança vítima de violência? Sem conhecê-la? Não sabemos, experimentemos formas de criar laços.

Trata-se de tornar esse “não saber de antemão” a potência de uma atuação preocupada eminentemente com os usuários, as singularidades e os sofrimentos, postura ético-política de acolhimento da diferença, ao invés de seu enquadramento em classificações nosológicas e diagnósticas, numa proposta de rompimento com formas de atenção hierarquizadas e normatizantes – partindo de um lugar de saber e poder estabelecidos, no qual existe aquele que atende e detêm o saber sobre o usuário e aquele que é atendido, merecendo instrução e orientação, por exemplo, sendo o psicólogo aquele que, “ortopedicamente” recolocaria o usuário na norma social.

Não existem respostas prontas para as questões de cada usuário que procura um CRAS ou um CREAS. Tampouco respostas rápidas. Não nega-se aqui a necessidade que sempre acontece de ter que agir rapidamente em relação a um caso, com vistas a evitar novas violências e agravos, no entanto, as ações emergenciais não são o fim, mas o início do processo de atendimento. A partir dessas primeiras ações, que já carregam em si uma grande parcela de experimentação, é dado o primeiro passo nessa engrenagem que vai se movimentando a cada vez, a cada atendimento.

Portanto, conceber os atendimentos sob a ótica da experiência possibilita pensá-los para além das regras (im)postas pelas prescrições, sendo que, acima de tudo, importa promover encontros. Tais encontros não se dão apenas no corpo dos usuários, mas também do profissional, sendo as experiências, enfim, campo de experimentação ininterrupta.

Por fim, a Cartografia. Conceito que auxilia a compreender e acompanhar a dimensão de transitoriedade da vida, bem como seu caráter de mobilidade e transformação constante. Rolnik (1989), a respeito da cartografia enquanto conceito derivado da geografia, diz que:

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa, representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem (ROLNIK, 1989, p.15).

Nesse sentido, uma cartografia dos aspectos psicossociais se desenha num movimento de ‘acompanhar a paisagem’, as transformações da existência que se fazem a partir dos inúmeros encontros vivenciados por cada sujeito, os quais, por sua vez, produzem e experimentam as variações afetivas, galgando novos e inéditos caminhos para o indivíduo. Caberia ao cartógrafo-psi, nesse caminho de mudanças constantes, acompanhar os movimentos, os passos, as barreiras e possibilidades, enfim, as nuances do processo de produção do sujeito-usuário, que o procura ou é encaminhado por uma rede de serviços, sem esquecer-se de que tais processos de produção acontecem nos inúmeros contextos que os indivíduos vivenciam e, muitas vezes, reverberam nos atendimentos, sendo este último mais um dos contextos em que a produção de si pode acontecer.

No caso de trabalhos que se ocupam de questões sociais, acompanhar os movimentos da paisagem social se torna ferramenta bastante útil, preocupando-se com os elementos que se combinaram e descombinam nas mais diversas situações encontradas. A cartografia, pela sua característica de seguir e traçar linhas provisórias dos modos de viver permite uma compreensão menos determinante do que seja o sujeito e mais aberta à diferença, tendo em vista que “‘entender’, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar (...) o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia” (Idem, p.67).

E tal mergulho implica em não ter *a priori* julgamentos morais a respeito das realidades, mas inserir-se – física e/ou afetivamente – no contexto a ser cartografado, sendo impossível uma neutralidade e distanciamento. Faz-se necessária a implicação do cartógrafo-psi para que se possam produzir mapas afetivos, sempre tendo em vista que mapear não se confunde com reduzir ou cristalizar, tendo em vista que “o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de

receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.30). A questão crucial para o cartógrafo

não é o [problema] do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo. **O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade.** Implicitamente, é óbvio que, pelo menos em seus momentos mais felizes, ele não teme o movimento. Deixa seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para a *existencialização* (ROLNIK, 1989, 67-68).

Assim, no compasso das discussões conceituais feitas até agora, a cartografia enquanto “método” pode auxiliar o profissional de psicologia implicado na construção de caminhos possíveis para conjugar o verbo viver, principalmente em campos nos quais a vida, enquanto potência, tantas vezes se encontra barrada, encurralada e desprovida de forças para sua expansão.

Feito esse breve passeio conceitual, cabe ressaltar que, em larga medida, os conceitos escolhidos e tomados aqui em análise se complementam e se atravessam, como se um, invariavelmente, levasse ao outro. Assim, quando falamos de Cartografia, por exemplo, é impossível não relacioná-la com o Afeto, ou com Experiência. Fato que nos leva à discussão de que a imersão num campo teórico-conceitual permite uma melhor integração dos conceitos a serem utilizados na prática.

Não obstante, esta imersão conceitual nos leva a pensar que, independente da linha teórica seguida pelo profissional que atua nesta área, é extremamente importante ter em mente que a prática do psicólogo não é feita ingenuamente ou guiada por intuições e “achismos”, mas envolve, de maneira política e ética, uma escolha teórico-metodológica que guia suas ações e intervenções, ainda que haja espaço para o questionamento e seja possível transitar entre alguns referenciais teóricos distintos.

É precisamente esses caminhos de intervenção que seguiremos no decorrer deste trabalho, no qual serão apresentados dois depoimentos de psicólogos inseridos no campo do SUAS. Nestes depoimentos, são apresentados também elementos acerca do trabalho e seus efeitos na vida e na subjetividade, bem como discussões acerca da formação profissional.

CAPÍTULO IV PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa, sendo construída a partir de estudos teóricos e da realização de entrevistas com psicólogos que atuam no campo do SUAS. Na pesquisa qualitativa, parte-se do pressuposto primeiro de que a realidade a ser pesquisada não é distinta da realidade do pesquisador, mas implica um campo no qual também ele se envolve e se deixa afetar. Assim, não há uma separação clara entre o sujeito investigado e o investigador, uma vez que ambos estão envolvidos no processo de compreensão e modificação da realidade problematizada. Como afirma Chizzotti:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência vida entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro: está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1998, p.79).

Nessa perspectiva, os resultados obtidos encontram-se num campo tênue, entre construção de conhecimento científico e construção de saberes coletivos, que se engendram no processo de colocar-se no caminho de compreender, esmiuçar e traçar possíveis respostas a um problema científico, a uma questão que se impõe ao pesquisador e que não pode ser respondida individualmente. As respostas, ou até mesmo futuras questões, são produzidas no *socius*, tendo em vista que, mesmo que seja no encontro com um texto de um autor, ainda assim se constrói um saber ‘a dois’, ou entre vários. A partir deste ponto de vista toda pesquisa, portanto, é social, sendo que o “resultado converge para um conjunto de microdecisões sistematizadas para validar um conhecimento coletivamente criado, a fim de se eleger as estratégias de ação mais adequada à solução dos problemas” (Idem, p. 105).

Nesse sentido, não há aqui uma pretensão ingênua de neutralidade, de separação entre aquele que pesquisa/intervém e seu objeto de pesquisa e intervenção. Ambos estão implicados nesse processo, como numa construção coletiva na qual há a intenção de horizontalidade, ou ao menos uma diminuição na verticalidade das relações científicas.

Para melhor aproveitamento do tempo e melhor organização dos conteúdos, dividiu-se a pesquisa em cinco fases, sendo que em cada uma foi detalhado um aspecto relevante para a construção do argumento teórico. Na primeira fase, realizou-se um breve histórico da Política de Assistência Social no Brasil, bem como da inserção da psicologia nesse espaço de atuação, buscando analisar tal caminho histórico a partir da leitura de documentos como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e outros que versam sobre o Sistema Único de Assistência Social, utilizando-se ainda de teóricos institucionalistas como Phillippe Ariés, Erving Goffman e Jacques Donzelot, entre outros.

No segundo momento da parte teórica da pesquisa foi realizada uma investigação acerca do que tem sido feito pelos psicólogos nesse espaço de atuação, utilizando-se referências técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo CREPOP. Além disso, discutiu-se a psicologia enquanto modalidade de trabalho imaterial afetivo, campo de atuação na qual é extremamente complicado pensar em protocolos de atuação, tendo em vista que lida com casos únicos e singulares. Nesse sentido, concebe-se que o trabalho é construído e inventado a cada encontro, trazendo a questão da não especificidade do trabalho enquanto a potência da atuação. Para tanto, foram utilizados como referências teóricas autores como André Gorz, Antonio Negri, Michael Hardt, Peter Pál-Pelbart e Suely Rolnik.

A fase final da parte teórica, analisou algumas ferramentas teórico-metodológicas da psicologia social que podem ser utilizadas no campo do SUAS, pensando em conceitos como relações de poder, cartografias, afetos, pontuando que tais conceitos abrem possibilidades para uma clínica do social. Parte-se aqui do pressuposto ético-político que compreende as teorias enquanto caixa de ferramentas a serem utilizadas nos campos de atuação, conceito proposto por Foucault e que foi também explorado nessa fase da pesquisa. Autores utilizados: Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault.

Finalizada a parte teórica, foi possível elaborar um instrumento de coleta de dados (anexo 1) que serviu como base para realização de duas entrevistas com psicólogos trabalhadores do SUAS, pautadas por um eixo condutor de temáticas (formação, inserção no campo, efeitos do trabalho, ferramentas teórico-metodológicas utilizadas), com vistas a dar voz a esse profissional, a seus afetos e à suas produções técnicas e subjetivas, buscando compreender os efeitos dessa modalidade trabalho na

vida dos sujeitos. Vale ressaltar que o roteiro funcionou como um norteador para a condução das entrevistas e, por isso, não contemplou perguntas fechadas ou estruturadas de antemão, deixando espaço para que a própria dinâmica de cada entrevista conduzisse cada assunto a ser contemplado. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, com o consentimento dos entrevistados.

A análise das entrevistas deu-se por eixos analíticos definidos a partir das discussões teóricas realizadas nas fases anteriores da pesquisa e que foram assim nomeados: formação, dimensão afetiva do trabalho, efeitos do trabalho na vida, dimensão ético-política do trabalho social. Vale ressaltar que tais eixos se configuraram mais como filtros para uma leitura analítica das entrevistas do que como estruturas fixas de análise. Nesse sentido, as análises não seguiram necessariamente uma ordem preestabelecida, tendo como prioridade respeitar as singularidades de cada entrevista e os conteúdos trazidos pelos sujeitos. No capítulo que se segue, serão apresentadas as entrevistas na íntegra com suas respectivas análises.

CAPÍTULO V

COM A PALAVRA, OS PSICÓLOGOS

Neste último capítulo, seguem duas entrevistas realizadas com psicólogos inseridos no campo da Assistência Social. Como explícito no título acima, a proposta foi de dar a palavra ao profissional atuante no campo, buscando, por meio disso, trazer em cena algumas questões para posterior análise.

ENTREVISTA I

Esta primeira entrevista foi realizada com uma psicóloga de 29 anos, brasileira, residente na cidade de Londrina, no interior do Paraná. Será aqui denominada Júlia. Iniciou-se a conversa a partir de um questionamento acerca da sua formação acadêmica, bem como da sua inserção no SUAS, buscando compreender as questões relativas ao seu trabalho no CREAS.

- Para começar, você poderia falar um pouco da sua formação acadêmica, como foi sua formação dentro da universidade?

- Tá. Começando, eu me formei no final de 2008. Me formei na UNESP de Bauru e lá a minha formação, a maior parte, assim, metade dela era em comportamental; mas boa parte dela era na perspectiva sócio-histórica. Apesar de eu estudar psicanálise. Mas, eu tive bastante base pra sócio-histórica. Assim, não tive nada de política pública na faculdade. Acho que vocês também não tiveram aqui na UEL; ainda é muito novo, mas tinha professores interessados em fazer projetos de extensão. Aí, de lá eu me formei; ainda não sabia que área que eu queria e fui fazer aprimoramento em Psicologia Hospitalar, em Pediatria, lá na USP de São Paulo, no Instituto da Criança. E fiquei um ano lá no hospital, trabalhando lá dentro do Hospital das Clínicas de São Paulo, na faculdade de medicina da USP e fiquei um ano como aprimoranda lá. E lá eu comecei a me interessar pelo trabalho do psicólogo que não era necessariamente clínico, apesar de ainda ser muito voltado pra clínica, mas era dentro de um hospital, você tinha que se relacionar com uma equipe multidisciplinar. E... Na área da saúde, entender o que era SUS, lá eu tive uma formação muito grande em SUS, eu tinha aula lá, além da carga horária de aprendizado, era 40 horas semanais, né, que eu tinha que cumprir. Era um trabalho, como um estágio, era vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, que banca uma bolsa de aprimoramento, pra estudar lá. E aí, além dos atendimentos, de atender pacientes nas várias clínicas, UTI, voltado para criança e adolescente - porque o aprimoramento era de psicologia hospitalar em pediatria -, eu tinha aulas de políticas públicas também, e daí lá eu tive aula, eu tive um professor muito bom de SUS, que me ensinou o SUS lá, aí eu comecei a me interessar e achei que fosse me formar e continuar na área da saúde. Vim pra Londrina por questões pessoais

e comecei a procurar emprego, onde tinha, né. Nisso eu fazia também uma pós, eu tava terminando uma pós, porque junto com a faculdade eu comecei uma pós-graduação em terapia familiar e aí eu tava concluindo a pós em terapia familiar e concluindo a pós em pediatria. E aí juntei as duas coisas e quando eu cheguei aqui me falaram de um emprego na EPESMEL, que era pra trabalhar com famílias, eu só sabia isso: Que 'ah, é pra trabalhar com família pobre'; então tá bom, trabalhar com família pobre eu acho que eu gosto. E daí, eu levei o meu currículo tudo e fui chamada. Quando eu descobri que eu tinha passado, só no dia que eu fui começar a trabalhar que eu soube que na verdade eu era contratada pela EPESMEL, mas pra trabalhar em CRAS. Eu não fazia a mínima ideia do que era CRAS. O que era política de Assistência Social eu sabia porque minha mãe é assistente social. Aí então eu era vinculada à EPESMEL e fiquei no CRAS durante um ano e meio, eu acho, deu um pouquinho mais, quase dois anos. E lá que eu aprendi de verdade o que era política pública. É... Quando eu comecei a trabalhar no CRAS, eu me vinculei a um pessoal que era do programa Atitude, que também tava com dificuldades com o psicólogo, como trabalhar em política pública e a gente formou a comissão de Política Pública do CRP. Então, a gente começou num grupinho pequeno, começamos a pensar; nas primeiras reuniões já, começou encabeçado pelo pessoal do programa Atitude, mas eu participei desde a primeira reunião também, fui pensando junto, fui convidada pra participar e aí no começo era só o pessoal da Assistência Social, lá no grupo. E começamos a pensar assim: que política pública também não era só assistência social, e aí acho que eu via ali uma possibilidade de juntar o que eu sabia na saúde, o que eu sabia da assistência, o que eu aprendi na saúde eu vi aplicando muito na assistência. É... O SUS e o SUAS eu via muita semelhança, eu nunca tinha ouvido falar de SUAS, só de SUS, mas como eu já tinha conhecido muito bem o SUS, muito bem na teoria, né, na aprendizagem. Eu percebi assim a necessidade de trabalhar ali. Daí no CRAS eu era a única psicóloga desse CRAS; mas a gente tinha nos outros CRAS vários psicólogos; daí eu e o Herbert, um amigo também psicólogo, a gente começou a "Ah, você sabe o que tá fazendo? A gente sabe? Não." Foram contratados 18 psicólogos, a gente era em 18 psicólogos no CRAS, é... Vamos juntar todo mundo e ver como é que tá todo mundo trabalhando. Então, foi nos dois sentidos que eu fui aprendendo né. Na prática, na comissão de políticas públicas e no pensar do psicólogo nesse grupo de psicólogos que trabalhava em CRAS. A gente começou a pensar e pensar muito, a estudar muito, estudar muito o SUAS, as diretrizes, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a atribuição do psicólogo, de como trabalha; e aí a gente vê que na prática o modelo clínico ainda prevalece muito, ou um modelo de psicólogo se transformar em assistente social. Então, era uma via ou outra né, a gente via psicólogo indo de par de vaso com o assistente social em visita e indo com ele só, né, sem trabalhar com um outro olhar; a gente foi aprendendo na prática. Daí eu saí do CRAS, pedi demissão e fiquei um ano trabalhando com acompanhamento terapêutico de uma criança com diagnóstico de autismo. Ia na escola, tudo. Por opção eu queria sair um pouco da área. E aí fui trabalhar em escola né, apesar de ser uma escola particular, mas daí eu fui aprender também a política de educação, o que o psicólogo fazia ali, numa perspectiva um pouco menos de política pública, mas ainda vendo uma terceira política né. E aí depois eu tava terminando um ano acompanhando esta criança e eu fui chamada no concurso que eu tinha feito por acaso e voltei pra política de assistência social. Passei no concurso aqui da prefeitura e voltei agora em novembro de 2011; faz então um ano e dois meses mais ou menos que eu voltei. Daí eu fui chamada, dia primeiro de novembro de 2011 e daí eu já entrei pra trabalhar no CREAS, né, no CREAS III aqui de Londrina, que atende crianças e adolescentes em situação de violência. Então, é violência sexual,

violência física e psicológica e negligência intrafamiliar grave. E aí a gente atende em dupla também; a equipe é interdisciplinar, assistente social e psicólogo. Olhei o outro lado então. Quando eu tava no CRAS, eu percebi que quando eu entrei no CREAS eu deixei de... Eu percebi os dois lados, eu queria que o CREAS atendesse casos que eu encaminhava e hoje eu vejo que não são de CREAS segundo as documentações que embasam. Porque por mais que a gente tente, eu percebo que a gente ainda não trabalha numa rede fortalecida, CRAS, CREAS, é muito, CRAS, CREAS, saúde-educação, educação-assistência. É uma questão de recursos, né, como cada um tem o seu recurso, o recurso não é de todos; então cada um briga pelo seu, então até na básica e na especial, o que é de um e o que é de outro; tudo vem da mesma assistência, existe uma briga do que é meu, do que é seu. É uma competição de quem faz o que, enfim De política pra política então, né, nem conta. É cada um no seu quadrado mesmo. Assim, então, a gente tenta. E eu percebo que a rede funciona muito mais à medida das relações pessoais, o que não deveria ser, né. É o quanto eu conheço a psicóloga ou a assistente social que trabalha no outro serviço, ou então, conheci ela a partir da rede, mas daí ela gostou da minha intervenção num primeiro momento e daí a gente passa a respeitar o trabalho uma da outra e daí, uma facilita o trabalho da outra. Ao mesmo tempo que eu encontro com alguém da rede que por alguma razão aquele caso, aquela intervenção não foi legal trabalhar em rede, você percebe que você fecha uma porta com aquela pessoa, o que é muito difícil né, porque fica muito nas relações pessoais pro negocio funcionar,. Então, 'ah, é daquele CRAS pode deixar que naquele CRAS lá eu tenho uma fulana que vai facilitar as coisas ou que vai trabalhar em conjunto porque ela, a gente se conhece'. Então, ainda é muito limitado à redes pessoais, né, quando na verdade deveria ser uma rede de serviços.

- Você falou que no dia em que você entrou no trabalho lá na EPESMEL, você ficou sabendo que seria no CRAS. Então, você nem sabia direito. Como é que foi isso? Seu primeiro mês de trabalho lá, o que você fez quando você chegou no CRAS?

- Meu primeiro mês, eu soube que ia trabalhar no CRAS assim, eu cheguei, me apresentei no primeiro dia na EPESMEL e eles falaram "Então vamos?" Aí, pegaram o carro e me levaram até o CRAS (risos). Eu assustei primeiro com a estrutura física, um posto de saúde abandonado, transformado num CRAS, né, então, algo muito diferente até do hospital que eu trabalhava, de outras realidades que eu conhecia. E daí eu liguei pra minha mãe, que é assistente social que trabalhou na FEBEM quase 30 anos: 'Mãe o que que é CRAS, o que que é isso?' Enfim, liguei à noite, no primeiro dia conheci muito ali, e fiquei. Na verdade, o primeiro mês, eu gosto muito de estudar, eu não gosto de entrar em lugar nenhum 'ah, então tá bom deixa eu chegar fazendo e tal'. Então, no primeiro mês eu fiquei mesmo assim, como eu era a única psicóloga, até então não tinha psicóloga, já tinha tido algumas experiências, mas mais em parceria com o Viva Vida. Agora de CRAS não tinha, estavam esperando por esse processo seletivo. Então, cheguei, me inteirei, conversei com as assistentes sociais, perguntei um pouquinho do que que eles esperavam do psicólogo lá dentro. É... Tive assistentes sociais muito boas trabalhando comigo, que o tempo todo me sinalizaram que ali não era clínica, né, que eles não esperavam; que aliás é o contrário de muitos lugares que eu conheço de outros colegas que tiveram né, que assim "O que vocês esperam do psicólogo?" "Ah, a gente espera que você atenda as famílias que estão com transtorno mental isso, aquilo, né". Então, me orientaram muito, eu tive assistentes sociais que trabalharam muito em parceria de mostrar assim até isso, o que é rede, assim, o que é CAPS, o que é trabalho com a escola. E eu lembro que no primeiro mês eu fiquei lendo, lendo, lendo, lendo assim toda a tipificação, todo o SUAS, tudo assim que era, muito

artigo; tive uma coordenação que me deixou muito à vontade também, que disse 'olha, o tempo que você precisar'; e fui me inteirando das famílias, assim, é, na verdade no segundo dia que eu tava lá, eu recebi uma mãe desesperada pedindo ajuda de um psicólogo, chorando. E então assim, apesar de estar ali não marcando nada, não fazendo visita, fui fazer algumas visitas pra conhecer o bairro mas, já tive uma experiência de abuso sexual, de uma mãe pedindo ajuda, no segundo dia de trabalho. Preciso de um psicólogo, já temos um psicólogo (risos) vem cá, entra aí. E fiz o que eu sei fazer em psicologia: ouvir, escutar, deixar o tempo dela, pra depois aí entender sim a rede, o que tinha de rede. Aí fui conhecer já de imediato o que era o CREAS, né. Pra onde que encaminha. Acho que trabalhar em CRAS, mesmo pra psicólogo ou pra qualquer profissão, é muito você entender que o CRAS é um ambiente aonde você conecta todas as outras redes de serviço que atendem aquela comunidade. Então, o primeiro mês foi muito pra eu conhecer mesmo, o que é a ALIA, que eu nunca ouvi falar, o que é isso, o que é serviço de habilitação e reabilitação de pessoa com deficiência, quem que atende idoso, então, entender tudo isso assim, né. Na verdade, eu fiquei muito nisso no primeiro momento, aí fui catalogando as famílias. Ia fazer visita com a assistente social pra conhecer a rede mesmo, entender um pouco da família e aí, depois, acho que foi passando os meses e eu fui vendo quais eram os problemas, quais eram os riscos de eu me tornar mais uma assistente social, quais eram os riscos de eu fazer clínica, quais eram os riscos de não fazer nada pela família, né, de só escutar. Porque também a gente entende que ali também não é um espaço só de escutar né, não é uma clínica de psicologia que a pessoa vai, te procura, ela precisa falar. Mas, ali são muitas vulnerabilidades de famílias que inclusive não conseguem... Tem um histórico todo de vulnerabilidade que muitas vezes não consegue buscar seus próprios direitos ou nem conhecem seus próprios direitos. Então, o que que era ficar nesse meio termo de ter que também responder, encaminhar, encaminhar pra um projeto socioeducativo uma criança; porque se ela não estiver em casa com uma mãe alcoólatra vai diminuir a vulnerabilidade dela. Quer dizer, isso também é papel da psicologia né? Não é só serviço de assistente social; até hoje eu me debato com isso, né, de psicólogos que acham assim, que o que é papel é do assistente social, tudo que for papel, que for pra ligar, pra encaminhar uma criança pra um projeto socioeducativo é do assistente social, colocando o assistente social muito no lugar de auxiliar administrativo do psicólogo. O psicólogo avalia o que precisa e o assistente social corre atrás e a gente só fica com a família. Mas, eu tive assistentes sociais muito bons pra trabalhar também. E a minha mãe é muito boa, a minha sogra é muito boa, é assistente social também, então, a minha sogra é assistente social do judiciário. Então eu fui aprendendo, assim, no dia a dia. E por curiosidade, eu leio muito. Assim eu li muita experiência já escrita em artigo e tal.

- Quando você entrou, em 2009, ainda estava começando as publicações.

- *É, tava começando. E, na verdade, igual a minha mãe fala que ela viu o nascimento do ECA e eu tô vendo o nascimento do SUAS, então a gente tá em momentos, é... Vendo a política acontecer, na verdade, então, eu me interessei mais nessa parte da política. Tem psicólogo fazendo o extremo da clínica quanto tem psicólogo fazendo o extremo, tudo é política pública, tudo é comunidade. Que nem no CREAS, eu vejo a necessidade que tem de você acolher uma criança que acabou de sofrer um abuso sexual. Não é que ela vai ficar ali individualmente como terapia, como atendimento clínico pro resto da vida, né, ou nos moldes de uma instituição particular, sei lá, de uma clínica mesmo de psicologia, semanalmente. Mas, precisa desse atendimento clínico, clínico mesmo que o psicólogo sabe fazer. E o quanto hoje você tem uma*

vertente da PNAS, da Política Nacional da Assistência Social, principalmente assistentes sociais, rechaçando totalmente a psicologia clínica, nas próprias diretrizes que a gente tem, colocando muito claramente que não podemos fazer clínica. Isso pra mim é clínica. Mesmo uma escuta, numa visita domiciliar, uma escuta de um psicólogo, independente de como ela for, aquilo é clínico, então, não dá dizer que não é clínica não é clínica dentro de um setting terapêutico, bonitinho, quadradinho, e às vezes precisa do setting terapêutico bonitinho, quadradinho, numa primeira intervenção. Um abuso sexual é tão, tão particular, tão da privacidade daquela criança que foi violada que ela também precisa ser escutada numa privacidade, pensando em grupo também, pensando em trabalhar junto depois, mas numa primeira acolhida precisa ser ouvida essa criança. Então, eu gosto assim de ver até os extremos sabe, que acho que a gente tá num outro extremo, no extremo de, por exemplo, hoje eu acho que a gente tá no extremo de tudo é direitos humanos né, tudo, tudo. Acho que a gente tá num momento da política, não só do ECA, por exemplo, da Constituição, que em tudo a gente briga por isso, daqui a pouquinho a gente vai chegar no meio termo de, opa, será que é legal um adolescente que já matou três, quatro, passar seis meses no CENSE? Passar no máximo três anos, no CENSE? Eu também não sei a resposta. Assim, acho que a gente tá num extremo de brigar por isso de uma forma bem quadradinha, daqui a pouquinho eu acho que, aos pouquinhos, com a construção da política, a gente vai chegando a ver que existe um meio termo.

- É, a gente tá num momento de construção, e fazendo parte disso.

- Isso eu acho que é o mais complicado. Eu fico triste com um psicólogo que acha que não tem nada a ver com política, com a construção da política pública, porque ele vai sempre se angustiar, que nada dá certo. Então assim, fica brigando, por exemplo, assim, o CREAS, o ideal é ter 50, eu não sei se é 40 ou 50, eu sempre me confundo, é... 50 casos para cada dupla psicossocial dentro de um CREAS; isso segundo o Guia CREAS 2011, ou seja, no ano passado. É ter 40, 50 crianças, adolescentes, sendo atendidas por cada dupla. Hoje eu tenho, por exemplo, 230 casos, pra mim e pra minha dupla, e tá chegando sem parar né. Só vai crescer. O bairro tem 2.700 famílias colocadas de uma vez num lugar que não tem a oferecer nada a elas, nada de política pública, nenhuma escola, nenhuma creche, nenhum posto de saúde; aquilo pra violência é um prato cheio. Então, só vai crescer. E eu vejo que os psicólogos, ao invés de se questionar, é isso, a briga política que se tem pra isso, porque não questionar os moradores do bairro, por exemplo, o quanto eles tem o direito de procurar o Ministério Público com ações coletivas, procurar os vereadores, dizer o que eles estão sofrendo, dizer que é direito deles ter escola próxima de casa e que se não tem, o prefeito tem sim que pagar, a prefeitura tem sim que bancar ônibus, de 5ª a 8ª série, porque hoje só bancam de 1ª a 4ª série. Só bancam ônibus pra crianças que estudam de 1ª a 4ª série, da 5ª a 8ª série pra frente cada família que se vire. Então, muita criança sem estudar. Eu acho que isso é papel do psicólogo lá dentro também e eu vejo psicólogo só questionando o número: Ai, mas se tem 200 casos pra cada, então a gente deveria ter quatro vezes mais, vamos brigar para ter mais assistentes sociais. “Vamos brigar para diminuir esse número de 200 para 50 casos”. Eu falo que ainda é uma política burra, então, assim, se hoje você brigar para tirar de 200 deixar só os 50 mais graves gravíssimos, não pensa que vão falar: “olha que legal, ela chegou no ideal”, vão tirar de outra região que também tem 50, outra psicóloga e outra assistente social e deixar você atendendo 100. Porque enquanto você trabalhar com política pública, você tem que entender que a demanda sempre vai ser maior do que o número de profissionais, sempre, qualquer lugar, na educação, na saúde, onde você for querer trabalhar com

política pública você vai ter que lidar com esse excesso de demanda. Ninguém vai contratar o número que tá escrito ali, bonitinho, na lei. Nunca não, mas pelo menos vai demorar muito, e então, eu acho importante entender esse contexto e fico chateada de ver que os psicólogos acham que a parte deles é ir lá questionar porque tá escrito na lei e não tem o número suficiente que está escrito. Porque eu acho interessante ver, até isso, ver o quanto sofre em abrigo, o quanto sofre em CRAS, por não saber o que fazer, porque a gente tá num momento que acabou de ser aprovado o SUAS, então como que nós vamos saber fazer, a gente só vai saber quando a gente começar a ver as experiências que estão dando certo, a experiência que vale, o que não vale. Como psicólogo será que levar uma palestra de reaproveitamento de alimentos pra aquela comunidade não é meu papel de psicólogo? A gente nunca teve isso na faculdade, e acho que a gente nunca aprendeu isso. Ninguém aprendeu a trabalhar em grupo que não seja em forma de terapia comunitária. Mas às vezes não é isso que precisa. Quer dizer, é só pra 10 famílias. Será que não dá pra você chamar todas as famílias e fazer um trabalho como psicólogo? Que também não seja só de orientação, palestrinha, sexualidade, e tal. A gente tá descobrindo, acho que todo mundo. Não tem nenhum lugar que eu vejo psicólogo tranquilo, tá todo mundo sofrendo em CRAS, em CREAS, e a educação vem aí. Daqui uns dois anos aprova aí a lei do psicólogo na educação. Também vão se debater com isso, com o que fazer. Muitos psicólogos certamente vão ser chamados na educação pra poder atender hiperatividade, atender casos, caso a caso ali dentro; ou pior, virar policial de criança dentro da escola. E muitos vão ter que se questionar sobre o que fazer, o que o psicólogo escolar pode fazer que não é só clínica.

Eu acho que o CRP tem o papel de cobrar que as universidades tenham em seus currículos política pública, tem uma faculdade particular aqui que é a única que eu conheço que tem uma disciplina que chama psicologia e políticas públicas. Eu fui lá um dia, me chamaram pra ir lá e falar um pouquinho. E foi o que eu falei pra eles, que também não é porque é uma faculdade muito avançada ou são muito bonzinhos, como a faculdade é muito nova, entrou na grade curricular; as mais antigas não tinham e até mudar um projeto curricular todo demora. Então, já entrou. E não entrou porque é bonzinho, entrou porque eles viram que vocês se formando com esse entendimento vocês vão achar vaga muito mais fácil em creche, em abrigo, em CRAS. Então, vamos colocar a disciplina pro mercado de trabalho absorver vocês, só por isso. Mas, existe, e existe uma preocupação. Deveria se brigar muito mais, inclusive pra que universidades públicas principalmente tivessem essa diretriz.

- E de conceito teórico, o que você usa na sua prática, o que te ajuda a fazer uma leitura, tem alguma coisa?

- *Então, eu já estudei bastante psicologia social, acho que eu, ao longo da minha faculdade incorporei um pouquinho. Mas eu gosto mesmo de psicanálise, descobri a psicanálise lacaniana no fim da faculdade e pra mim também é outro desafio. Eu faço grupo de estudo em psicanálise, quer dizer, psicanálise e instituição; a gente tem, tinha um grupo até o ano passado, um grupo de estudos de psicanálise lacaniana em instituição. Que que o psicanalista pode fazer inserido numa instituição, numa política pública? Aqui em Londrina eu tinha esse grupo, com um grupo bem pequeno, e em São Paulo eu tenho faz dois anos que eu vou pra lá, lá tem um grupo bem grande de psicanalistas pensando e cada um em áreas das mais diferentes. É muito louco, tipo, o que eu faço como psicanalista para trabalhar em radioterapia, sabe? Desde isso até escola, em autismo, em CRAS, tem em todos os lugares, e me ajuda a pensar. Em termos teóricos, eu gosto muito é do psicanalista entender uma das coisas que eu vi,*

particularmente, quando eu fui trabalhar no CRAS; eu era a única psicóloga com um monte de assistente social - não é uma crítica direta assim ao serviço social, mas eu discuti, inclusive com elas, isso. Por exemplo, existe na perspectiva do Serviço Social muito arraigado a questão da religião e do voluntariado; se você perguntar pra cada assistente social porque que pensou em ser assistente social: 'ah, porque eu ajudava na minha igreja, porque desde sempre eu fazia trabalho voluntário'. Quer dizer, eu gosto de ajudar as pessoas, portanto eu faço serviço social. E a política de Assistência Social foi construída maciçamente por assistentes sociais, então eu percebo na prática, com psicólogos hoje eu também vejo, mas quando eu entrei no CRAS, que eu era a única psicóloga e era só assistente social eu via uma necessidade das assistentes sociais de, diante de uma angústia pessoal que é ver uma criança pedindo pelo amor de deus uma bolacha recheada e não ter uma bolacha recheada, é... Levar a tal bolacha recheada. Porque o que me custa? Vai me custar um real, dois reais no bolso, e pra aquela criança significa muito. Não é uma crítica a isso, mas eu percebo que a psicanálise me ajudou muito a ver o que é angústia minha e o que que é essa demanda o tempo todo insistente nas comunidades mais vulneráveis. Em abrigo eu acho isso muito claro, você vê aquelas crianças que já tem até um olhar pra cada visitante que chega e diz: 'o que que eu vou fazer pra te agradar, pra você me dar alguma coisa'. Não sei se eu tô sendo muito pejorativa, mas uma demanda o tempo todo, uma insistência, uma demanda de amor que o Lacan fala, que é: se você me ama, se você gosta de mim, então me prove, eu preciso de um cupom, olha só a minha situação. A gente sabe que existe o real, de passar fome mesmo, mas que muitas vezes também é comprado pelo profissional sem observar a própria angústia. Então, são coisas bem pequenininhas na prática, que eu vou falar. É... Não sair com a tal da pastinha da assistente social; que assim, eu vou fazer visita já vou levar pasta, já vou levar o encaminhamento com o meu carimbo e não sei o que, porque vai que eu tenho que encaminhar ele pra algum lugar? Vai que eu tenho que encaminhar a criança pra um projeto socioeducativo, depois a mãe tem que vir até aqui buscar. Então, eu já vou levar o passe, já vou levar isso, já vou levar aquilo. Eu falava que era a pastinha do assistente social, e pra mim isso já era um olhar meu, psicanalítico, de dizer: olha, vamos ver o desejo dela implicado nisso. Claro que tem famílias que você vai uma, duas, três vezes e que não vai nunca atrás; mas também acho significativo pra mim dizer, olha, então você quer que seu filho vá pro projeto? Quer que eu encaminho você lá? Então tá bom, eu te espero, você passa lá que vai estar feito o encaminhamento pra você. É um trabalho a mais, mas era de avaliar; será que essa mãe tá implicada nisso? Para as coisas não virem tão de graça. Aguentar o pedido insistente de algumas famílias; de você fazer grupo com as famílias e uma mãe falar insistentemente: se você gosta de mim, você vai me privilegiar no grupo; e você não acatar isso, não atender isso, entendendo que aquilo é um pedido, que só vai surgir o desejo depois que a demanda não for atendida, de uma forma psicanalítica mesmo. Isso me ajudou muito. Na própria psicanálise, entender as relações de violência, como elas são produzidas. Eu gosto muito assim, do Edson Passeti, que escreveu Crianças Violentadas. Ele faz uma análise bem crítica da situação das crianças e ele fala que o tempo todo a perspectiva que é colocada nos estudos é sempre a da criança vítima ou do adolescente vítima ou do adolescente agressor. É a vítima ou o agressor. Então, se existe uma vítima é porque existe... Coitada daquela mãe, coitada dessa criança tem aquela mãe. Quando você faz encontro com educadores você vê bastante, você ouve muito assim: ou eles vão pra uma perspectiva do educador que tá ali o dia inteiro com a criança numa oficina, de eu tô aqui só pra trabalhar, eu não vou me envolver com todo esse sofrimento dessas crianças ou o extremo oposto, um paternalismo, essa coisa de eu quero ajudar tudo que eu posso; uma dedicação que muitas vezes recai no não

ajudar a criança. Então, a criança é pega batendo num colega e conta tudo que ela sofre. Ela é espancada em casa, ela reproduz. Mas ninguém vira pra criança e fala 'olha, mas o fato de você apanhar em casa não justifica que você bata no seu colega, você é tão responsável quanto seus pais de te agredirem'. É lógico que numa proporção menor porque é criança, mas existe uma responsabilidade que ele tem que aprender quando ele é criança. De não reproduzir. Se você tem todo o conhecimento que você sofre tudo isso com a sua família você tem o dever de não reproduzir. Parece cruel, mas pontuar isso pra criança. E aí ele [Edson Passeti] chama de crianças violentadas, porque ele fala que uma vez violentada ela é potencialmente uma violentadora. Então, tira a perspectiva de criança vítima; ela não é só vítima, ela faz parte desse contexto, ela também produz aquilo. E daí você vai entendendo a dinâmica familiar e vai vendo que muitas vezes a criança participa ativamente da situação de violência em que ela está, por exemplo. Não que ela deva ser culpabilizada por isso, mas ela também faz parte desse contexto, então eu gosto muito disso. Eu fiz pós-graduação em terapia familiar, quando a minha mãe foi fazer, mas em terapia sistêmica, eu não gosto, mas me ajuda a pensar algumas coisas também. Eu não gosto de fazer misturera de análises, mas é lógico, essa análise transgeracional da violência, você entender ali naquela família ou naquela comunidade que faz aliança com quem, quem é ali o protagonista que está ali colocado como o problema daquela família. Você vê às vezes que é um adolescente, mas se você pudesse tirar aquele adolescente daquela família tudo se desestruturaria mais ainda. Então, entender que assim, não é ele o problema, então vamos lá, vamos trabalhar o irmão que é alcoólatra porque o restante da família tá tudo bem desde que não tenha esse irmão alcoólatra. E você entender que se esse irmão alcoólatra sai, todo o restante da dinâmica familiar pode se desestruturar também, se tirar ele sem trabalhar o restante da família. Então, mesmo lá, no CREAS, entender que não dá pra trabalhar só a criança. É clínico, mas não é clínico, quer dizer, não adianta trabalhar só a criança que sofreu abuso sexual, o irmãozinho dela que tava ali naquela dinâmica, que não sofreu abuso, ele também é uma parte importante. A mãe que tava ali, que o tempo todo não percebeu, não foi conivente deliberadamente, mas o que faz essa mãe não observar mudanças significativas no comportamento da criança ao longo de tantos anos? Ou desconfiar do companheiro? Então, entender que existe algo além. Pra essa criança ter sido abusada não é só o agressor que agrediu e a criança que é vítima, coitada, que a gente tem que envolver, tem uma mãe no meio que muitas vezes ela não é nem sensível aos sinais que os filhos trazem pra ela, de mudança. De teoria, teoria SUAS (risos), leis. Estar muito bem embasado no que que é, no que você pode, o que você não pode fazer, ter muito claro. Eu fui em um Congresso no Rio de Janeiro, no Seminário Internacional de Direitos Humanos, agora em novembro, encontrei toneladas de pessoas de outros CREAS, todo mundo de CRAS e CREAS, pra você ver como é que a angústia tá tomando o pessoal ali, de direitos humanos. Tinha muita ONG, mas tinha um ou outro gato pingado que era assim, do direito, de não sei o quê, mas o resto era tudo Assistência Social. Era Seminário Internacional de Direitos Humanos, violência e pobreza, esse era o nome, e todo mundo que tava ali era da Política de Assistência Social. Então assim, é muito significativo como tudo que está sendo feito em termos das famílias vulneráveis, de trabalhar mesmo na perspectiva comunitária está partindo daí. E acho que a fundamentação teórica é você entender muito bem a Política que você tá, entender que a violência, ela não pode ser só de uma política, de um setor. Tem uma política aqui em Londrina que o tempo todo diz, 'ah, você sofreu uma violência, então o CREAS vai resolver'. Mas existe violência na escola, existe uma criança que sofreu violência em casa mas reproduz na escola; a saúde tem que dar conta da violência, não tem ninguém

que não tem que dar conta de crianças vítimas de violência. Então, quando você entende isso, entende que a gente não faz perícia pro judiciário pra dizer se houve ou não houve violência sexual, porque o Guia CREAS diz muito claramente quer não podemos preencher lacunas. Hoje não existe um judiciário em âmbito nacional que dê conta, que tenha um corpo psicossocial fortalecido; um psicólogo, quando muito tem um psicólogo, um assistente social, que jamais vai dar conta de fazer um acompanhamento efetivo, e eles estão demandando de quem? Da Política de Assistência Social. E aí, quando você entende que o Guia diz muito bem que a Política de Assistência Social não serve para preencher lacunas porque o serviço não tem, você também consegue se embasar muito na sua prática. No CREAS hoje, uma criança que sofreu abuso você pode ter certeza que tem toda uma dinâmica familiar por trás, de um abuso, de uma violência física materna gravíssima. Você pode ter certeza de que se você for ouvir essa mãe também sofreu violência, também aprendeu assim, também aprendeu apanhando. É... Tem outras vulnerabilidades, muitas. E a gente hoje no CREAS atende a criança com alguns critérios: desde que a criança esteja protegida do agressor, desde que as principais questões relacionadas àquela violência foram trabalhadas. Se for ficar a vida inteira com aquela criança, até sanar todas as vulnerabilidades e violências dela você não tem CREAS que dê conta, né. E aí vem as outras políticas 'não, mas você tá desligando a criança, mas ela ainda tá com dificuldade na escola, ela briga com os coleguinhas na escola, ela sofre bullying na escola, não dá pra você desligar porque ela ainda tem, ela tem um irmão envolvido no tráfico, ainda tem um monte de vulnerabilidades', e aí você entende que a limitação da política te diz isso e você também se angustia menos. Olha, falta, mas eu não sou super-herói de uma ou duas famílias. Eu tenho essa política, e precisa faltar, a gente sabe que na política pública precisa faltar pra alguém criar um serviço. A mobilização hoje em Londrina é pra que realmente saúde comece a dar conta de políticas mais voltadas para o atendimento da comunidade, como é o NASF, por exemplo. Outras políticas, a Educação, que a Educação hoje tem se remexido aqui em Londrina pra saber como dar conta de algumas demandas que eles têm pra encaminhar pra gente e foram as portas, aos poucos, não fechadas porque é um trabalho em parceria, mas assim, ó, a gente dá conta até a página 2, o restante é com vocês. Existem recursos diferentes também pra cada política. Então isso é um problema também, entender isso. Que existem recursos; entender até o quanto influencia uma política mesmo, de política partidária. Eu nunca tinha tido essa dimensão. Em 2009 quando eu fui trabalhar no CRAS eu peguei o início da gestão anterior, com uma secretária de assistência social que ficou até agora, quase no final, até o prefeito ser exonerado. E a partir de agora, janeiro, quer dizer, um mês, a gente tem outra secretária. E aí você entender como um prefeito influencia qual vão ser as suas secretárias, daí a secretária de assistência social influencia em quem vão ser as diretorias, que influencia quem vai ser a gerência, quem vai ser sua coordenação e qual o direcionamento que vai dar praquela política. Hoje, hoje eu quero dizer hoje mesmo, 1º de fevereiro, a nossa diretora da política de proteção especial tá assumindo hoje, 1º de fevereiro, por exemplo. Claro que a gente já teve umas pré-conversas com ela a partir dessa mudança de gestão. A secretária escolheu uma diretora que entende muitíssimo de Política Nacional de Assistência Social, que assim, ajudou a construir, que era do MDS, participou do MDS junto com a Márcia Lopes; você vê que ela vai dando outra cara, inclusive para os seus subordinados. Pra gerente, pra coordenação, pra nós, do que que é nosso, do que que a gente tem que cobrar da educação, do que a gente tem que cobrar do judiciário, do que a gente tem que cobrar da saúde, o que a gente tem que fazer parceria, o que a gente tem que ceder, o que é o trabalho em rede. Existe limitação lá, existe limitação aqui. Na psicanálise me ajuda muito inclusive

entender também a dinâmica - não sei se é só a psicanálise, é o olhar do psicólogo - a dinâmica das equipes interdisciplinares; um dos exemplos que eu dou é o estudo de caso. O estudo de caso pra mim, se eu fosse dar sinônimo pra ele, estudo de caso é quando todos os profissionais da rede falharam com aquela família, tá todo mundo impotente e todo mundo tentando achar um culpado para aquilo ter dado errado. Então nunca falte em um estudo de caso, porque se o Conselho Tutelar faltar, o culpado é o Conselho Tutelar, se você, enquanto CREAS, faltar, você é o responsável porque não fez sua parte. E se todo mundo fala a mesma língua, o culpado é a família. Aí vem um e fala assim 'eu tentei isso, eu tentei aquilo, fiz visita, fiz até', chega nesse ponto, 'eu fiz até, levei ele até o cartório pra você ter uma ideia, e ela não aderiu'. Aí vem outro e fala 'Ah, e eu também tentei isso, eu também tentei aquilo, e não aderiu' então, em última instância ou você acha que tem alguém ali que tá deixando de fazer a sua parte, ou é a família a culpada mesmo, porque todo mundo já tentou de tudo. Você como psicólogo conseguir sair dessa dinâmica e dizer 'gente, a gente não tá aqui pra achar culpados'. Porque toda vez que eu vou pra estudo de caso eu pareço advogada da família, que eu acho que assim, se tá todo mundo falando mal de alguém, então eu penso que tem que ter algum advogado ali pra falar o outro lado, por mais que eu também concorde com algumas coisas que são colocadas, mas tem que ter um advogado do diabo ali no meio, pra contestar, senão vira uma verdade incontestável. E aí eu sempre coloco 'mas será, que a família é isso?' Aí parece que eu tô sempre em defesa da família, mas que é importante você sair disso. Quer dizer, não adianta só culpar o CAPS, porque ele tá um lixo. Pior do que a política de Assistência Social foi a política de saúde, a forma como ela tá implementada, como os CAPS foram implementados; tudo a toque de caixa, como tudo em política pública. Então, entender hoje que não é o profissional que tá ali que 'ah, tá vendo, não tá nem aí, mal atende meu telefone'. Eu também não atendo, porque só tem uma linha lá no primeiro andar, eu fico no terceiro. Então, entender que existe limitação, que ninguém vai dar conta e que às vezes você tá preocupado com seus 230 casos, mas você conseguiu se preocupar com 50, daí o profissional do CAPS liga pra você querendo saber do 51, que você ainda não conseguiu ver, e você não demonstra a mesma preocupação por aquela família que ele demonstrou e vice-versa. Mas por quê? Porque ele também fica preocupado com os 50 que não deu pra você se preocupar, se ocupar. E a gente fica muito nisso; eu percebo que na rede um grande problema é que você sempre tem que achar que o outro serviço tá trabalhando menos que você. É uma impotência que a gente tem assim, que se a gente não dá conta, se é tão angustiante, a gente tem que chegar achando que alguém tá deixando de fazer a sua parte. Porque pra ter tanta coisa nas minhas costas só pode alguém estar folgando em mim. E não é. Se tem alguém, é o recurso da política, sabe? Não falo nem os vereadores, mas a gente podia dizer assim, que tem gente que tá ali pra mandar e que o tempo todo não pensa na política, na necessidade de ter mais profissionais; mas não é o profissional que tá ali também ralando junto com você. Seja em qual política for.

- E dos casos do seu trabalho, teve alguma coisa que te afetou, que te marcou?

- Teve tudo! (risos) Ah, na verdade, eu pego alguns casos que me marcaram muito sempre, e parece que sempre se repete. Então, acho que tem alguma coisa em mim, também, ali. Mas tem alguns casos que eu percebo que foram mais, que me marcam mais pelo tanto que na verdade eu aprendi com a família. Por exemplo, no Hospital, eu lembro até hoje de uma situação... Tem caso hoje que eu atendo no CREAS que se eu pudesse voltar no CRAS, olhando com outro olho eu tinha feito outras coisas pela família. E quando eu tava no CRAS eu achava que no hospital eu tinha que ter feito

outras coisas. E no hospital, eu não conhecia o que era a política e eu lembro que vinha um menino, ele tinha uma doença raríssima, raríssima, e era o único do hospital inteiro. Era uma doença raríssima, um em um milhão e ele era, assim, um estudo de caso lá dentro, ele era o estudo dos médicos; e ele inclusive foi o tema, foi um dos temas da minha monografia, um dos exemplos que eu usei na minha monografia de conclusão do aprimoramento. Porque eu acho muito interessante assim, porque ele vinha se queixando muito da pobreza, e falo que só hoje, tendo trabalhado em CRAS, que eu entendo realmente a pobreza que ele tava me dizendo. Assim, 'ah, não tem geladeira em casa, então eu tenho diabetes' - ele tinha diabetes associada a sua doença - 'eu tenho diabetes e preciso de um medicamento que tem que ficar em geladeira, mas eu não uso porque fica na minha vizinha que é muito longe de casa'. Ele morava em favela, como é que fala, em baixada e ele tinha que subir e descer muito, e aí ele tinha os ossos muito frágeis e então ficava muito longe pra ele ir buscar porque não tinha geladeira. Eu falava 'gente, mas que mãe negligente, como não tem uma geladeira? Uma geladeira, pra um caso que precisa muito'. E minha mãe é assistente social, eu sempre fui com ela nas casas. Minha mãe era assistente social na época do assistencialismo, então, ela saía do trabalho e não tinha com quem deixar os filhos e ainda levava os filhos no carro e ia fazer umas visitas domiciliares. E levava a gente junto. Enquanto a gente brincava com as crianças da casa ela podia conversar com os adultos, sabe? Então, não é uma realidade distante pra mim, mas era uma coisa que só hoje no CRAS eu consigo entender o que ele falava. Mas ele era interessante porque assim, ele nunca aderiu a nada, ele nunca levou a sério o tratamento que ele precisava levar e ele corre risco. Se já não morreu ele corria sérios riscos. Ele ia definhando e ia morrer muito jovem. Você lia o prontuário dele e ele estava lá desde os cinco anos, e os médicos ameaçavam desligá-lo, assim, porque 'ah, ele não vem no ambulatório, como deve vir pra gente acompanhar a doença'. 'Ah não, é porque eu não tenho condição' aí se mexia pra conseguir passe pra ele. Aí conseguia o passe e 'não, mas eu não venho porque só conseguir passe, tem que levar três horas até aqui daí eu chego aqui e não tenho comida e vou passar o dia inteiro no hospital' o que realmente era muito longe. Conseguiram uma ambulância pra se deslocar até a casa dele, pegar ele pra ele vir; conseguiram comida pra ele almoçar no hospital, que também não tinha. Aí conseguiram pra mãe dele, a comida. Aí vinha, 'ah não, mas é que eu não consigo estudar porque eu tenho dor nos braços. Eu não consigo ir pra escola porque eu tenho muita dor no braço pra escrever e eu vou ficar só olhando a lousa, vou ficar com vontade de escrever e então eu não vou na escola'. Enfim, era um menino muito engraçado. E aí eu lembro, você vai trabalhando isso que é a demanda, e que eu via a equipe médica, a equipe interdisciplinar respondendo muito. Assim, 'ah, então se é esse o problema a gente resolve'. Aí resolvia, conseguia ambulância, não sei o que, e lá vai ele de novo que não vinha. Até que um dia ele viu o empoderamento que ele tinha e falou assim: 'eles ameaçam me desligar, mas não vai desligar. Eles não vão me desligar não, sabe por quê? Porque eu sou estudo de caso, só tem eu com essa doença. Então eles precisam me pesquisar'. E realmente os médicos não iam desligar porque precisavam ver a evolução da doença, precisavam ver um monte de coisa. Então, isso da demanda que eu falei antes me marcou muito; o quanto que não adiantava acolher demandas e demandas e demandas e demandas, e, aliás, o quanto mais acolhia as demandas você via que o sujeito ali não aparecia. No primeiro momento dos atendimentos ele vinha com o discurso prontinho, do que ele tinha feito, do que ele não tinha feito, quer dizer, ele já se preparava. Como ele se preparava para ir no endócrino e dizer: 'ó, eu não cumpri a dieta que eu tinha que fazer por causa disso e disso', ele vinha preparado pro psicólogo. E depois, aos poucos, foi muito interessante como ele

foi desconstruindo isso, dando espaço pra falar, pra ele poder ser ouvido sem cobrar. E ele foi mandado justamente pra isso, precisa de psicólogo porque não adere ao tratamento. Só pode ser psicológico o problema né? E daí ele veio trazendo um monte de sofrimento dele em relação à morte de irmão, em relação a um monte de coisas e aí ele apareceu. Mas teve um monte. No CRAS mesmo, o quanto me surpreende... Eu fazia grupo no CRAS com família; com as mães, e foi um aprendizado duro. Eu não tenho habilidade pra trabalhar em grupo, eu sei que é necessário e eu até percebo os resultados, mas é um dia de desgaste, acaba com você. Um monte de demanda de todos os lados, e você tendo que controlar tudo. Seria mais fácil o modelinho palestra; vai lá, explica como é que educa filho e tal. Eu não gostava; eu gostava de grupo livre, pra todo mundo poder falar e debater, nunca chegar: 'então vocês entenderam que não se pode bater em criança'. Quer dizer, eu não gostava disso, deixava mesmo sem resposta. Mas era aquele caos, e eu sempre achava que não funcionava, uma mãe vinha e daí só vinha daqui três encontros, daí a outra vinha, então nunca encontrava. E aí no final do grupo, que eu tava me despedindo do CRAS, a gente fez amigo secreto (coisa que elas nunca tinham feito) e pessoas que participaram de dois encontros, ou participavam com uma cara de quem 'quando que vai acabar logo isso?', vindo dizer o quanto tinha sido bom pra elas uma coisa que você falou. Outra que me marcou muito dizendo assim: 'ah, é sempre assim, quando a gente pega amor em vocês, vocês saem. É assim mesmo, vocês vem aqui, aprendem o que precisa aprender e depois vai trabalhar em coisa melhor'. E é verdade. Não é o meu caso, eu gosto muito de política pública, mas a gente sabe que a área de política pública, de trabalhar com pobre, é trampolim pra muito psicólogo. 'Eu quero ter minha clínica, mas por enquanto não dá, então eu trabalho'. Não que não está fazendo com dedicação e tudo, mas é uma aprendizagem. Pra mim uma das coisas que me marcam muito até hoje no CRAS e no CREAS é tentar entender até onde vai o direito da mãe e até onde vai o direito da criança. Eu percebo principalmente do judiciário, do conselho tutelar – que são órgãos muito fiscalizadores – e que vai e diz assim: 'olha, se você continuar fazendo isso com seu filho a gente vai tirar de você, o conselho tutelar vai vir aqui'. Isso eu posso dizer que eu nunca fiz. Assim, de ficar na perspectiva ameaçadora, de 'eu tenho o poder de tirar seu filho de você'. Mas é sempre uma coisa que me intrigou, porque eu via mães extremamente que tinham vínculo, que tinham afeto com o seu filho, mas que não conseguiam dar conta de uma vírgula de civilidade das crianças. Tem afeto, mas não consegue dar limite, zero, zero, zero. E que realmente quando você vê na perspectiva da criança; gente, essa criança vai crescer num ambiente trash desses, precisa de alguma coisa, e essa mãe não dá conta. Quer dizer, tem que esperar a mãe, tem que esperar o tempo da mãe de aprender a ser mãe, mas enquanto isso, essa criança tá crescendo. Ao mesmo tempo eu vejo que, pelo menos da forma como é a maior parte dos abrigos, ali não é melhor, ou mesmo se fosse melhor vai ficar dois anos e vai ser devolvido. Às vezes não no tempo que a mãe precisa, ou sem uma rede pra acompanhar essa mãe. É uma coisa que eu sempre me pego, é uma coisa que eu sempre me pergunto muito, o tempo todo. Até onde vai o direito da criança? Mas esse direito da criança também vai ser atendido tirando ela da mãe. Em várias situações eu via que eu chegava no limite de dizer: 'não, essa tem que ser abrigada', e me arrependia depois. Quando você via o caos que provocou naquela criança, quando você via que aquela criança dependia daquela desorganização toda da mãe, e a mãe só conseguia minimamente ou se organizar ou deixar de usar muita droga porque ela tinha o filho, e que afundava de vez. Não foi nem um nem dois casos, foram muitos casos que eu olhava – eu acho que eu não errei sozinha. Ou o contrário. Casos que eu vejo hoje, muito trash, que até hoje eu fico assim: 'gente, eu peguei essa menina quatro anos atrás, ela não devia ter ido pra um

abrigo?’ *Que a gente apostou que ainda dava pra ficar e hoje a gente vê o resultado. Quatro anos depois... Tem um monte de caso! Tem caso que eu fico chateada, tem caso que eu acho legal, tem caso que três anos depois, agora você tá vendo resultado. Dá pra contar nos dedos o número de casos que você fala assim: ‘esse eu tenho certeza que foi fruto da minha intervenção, posso dizer que eu consegui mesmo’. Pouco, muito pouco.*

- E como é lidar com essa incerteza? De intervir aqui, mas sem saber até que ponto isso vai funcionar ou não?

- *Aí é terapia, eu vou pra minha terapia! (risos) Eu trago, discuto com o meu namorado, pergunto se tô fazendo certo. Tem uma psicóloga colega lá do CREAS que sempre fala assim: ‘olha, a gente tem que entender que no CREAS, especificamente, se a gente acertar um caso a gente tem que comemorar, porque ali tudo, tudo, tudo, tudo, converge pro erro. Desde o que você disser num relatório até a intervenção que você faz com o abrigo, a intervenção que você faz com a promotora, o caso que você deixa, que você recusa no atendimento, que você diz essa demanda não é para o CREAS; ou então você atende numa única triagem e fala: ‘não é grave o suficiente pra estar aqui, pelo numero de demanda que a gente tem, a gente só atende grave’. Daí daqui a pouco, daqui um mês ela voltou totalmente espancada, roxa. É muito mais erros. Acho que, entrando na psicanálise, ficar se culpabilizando por isso é uma masturbação. Você tá ali, pra tentar acertar, né? Paciência, assim, se você fez. Eu fico mais mal naqueles casos que eu fiz do jeito que deu e ponto final, muitas vezes a gente faz isso. Mas não é uma coisa que eu fico... Já fiquei mal, já. Um monte de adolescente já morreu, que eu atendi no CRAS, que eu acompanhei. Ali no bairro onde eu trabalho, principalmente, tinha muita questão de tráfico, ali se deveu você morre mesmo. Tem um educador muito próximo de mim, o V., um cara brilhante. Mas ele é uma das pessoas que sempre fala assim, que sofre com cada caso e toma como responsabilidade dele. O que eu acho que não colabora. Assim, acho que cada um tem... Eu não tenho muito isso de...Fico mal, sempre fico pensando no que fazer. E tem situações que eu uso de um caso pra falar: ‘opa, nesse caso aqui...’ De aprender mesmo. Se naquele caso não deu certo, nesse caso vai dar? Daquela vez foi assim, acho que eu deveria tomar um outro posicionamento dessa vez. Tem casos de família, são famílias muito parecidas nas vulnerabilidades, então tem caso que eu acho que... Tem um monte de caso que eu acho que deveria ser de outro jeito, mas acho que isso tudo é muito frágil. Que a cada dez escolhas a única certeza que você tem é que você escolheu uma; nove, você deixou pra trás. O que poderia ter sido as nove, se era melhor ou pior, paciência. E acho que o psicólogo tem essa função. A gente não tem que atender a equipe, mas a gente tem esse olhar, do quanto as nossas questões pessoais ficam envolvidas em qualquer trabalho que você for fazer, em qualquer relacionamento que você vai ter. Então, é muito de você olhar de fora e falar: ‘opa, perai! Até onde estou sendo eu, passional? Até onde a gente tá avaliando de uma forma adequada?’ Eu paro pra pensar até em casos que saem na mídia, que comove. Não, perai!, a televisão quer que comova. Claro que uma criança estuprada e violentada das formas mais bizarras do mundo e que passam na televisão todo mundo fica mexido, mas até que ponto eu tô dando corda pra isso porque tá na mídia e eu como profissional vou ter que mostrar meu brilhantismo? E casos, por exemplo, que a criança só, entre aspas, o padrasto mexeu, lambeu. Mas foram dois, três anos, não teve nenhuma violência física gravíssima. Só que muito mais a longo prazo e tomado pela criança como carinho, e vai ser muito mais difícil pra ela entender que aquilo é algo que provocou dor, que é incômodo, que ela não gosta, e que o que ela entende como carinho, lá na adolescência ela vai entender que aquilo era uma carícia*

sexual. O prognóstico é muito mais complicado do que um caso que um estranho pegou na rua estuprou, tal. Então, você entender isso também, o quanto não tem de mim; vão me cobrar isso aqui, a mídia vai vir, vai perguntar, você tem que ir lá na audiência no dia. No CREAS a gente pega muito caso que vai pra mídia, mídia local mas é mídia. Nossa, eu tenho que ir na audiência responder como profissional; e daí você vai ficando tomada por casos que é muito mais simples do que outros que a gente tem. E de pobreza, que é outra coisa. O quanto que a gente não tá avaliando a pobreza pelo olhar de porque é pobre. É uma coisa que eu sempre questiono. Eu vejo mães hoje no CREAS... No CRAS eu atendia muita família paupérrima, no CREAS a gente tem família classe média. E família classe média e daquelas que vai, cobra mais que a gente faça e quando a gente vê a gente tá respondendo a isso. O outro que não sabe seu direito não tá sendo tão respondido assim. É... E às vezes a vulnerabilidade da pessoa que sabe dos seus direitos é muito menor. No CRAS a gente atendeu uma mulher que carregava lixo, e ela tinha três filhinhos pequeninhos, de cinco anos, seis anos e um aninho. Só que ela fez no carrinho dela, de madeira, todo um acolchoadinho pra na hora que os filhos querem sentar, ficar ali naquele acolchoadinho. Tomando sol, lógico, numa condição inadequada. E as crianças não queriam ficar só dentro do carrinho. Queriam pegar latinha e iam ajudando a mãe, não iam ficar andando à toa. E essa mãe fazia isso pra não deixar sozinho em casa, porque ela sabia que o conselho tutelar ia na casa dela se ela deixasse em casa. E aí foi questionado muito se tirava a guarda dessa mãe por negligência, porque isso é trabalho infantil, porque não sei o quê. Talvez devesse pensar com ela porque não colocar um guarda-chuva ali, fazer uma cobertura no carrinho de luxo dela, não sei. Mas assim, essa perspectiva da pobreza, tem muitos dias que eu me preocupo com isso; até que ponto eu tô olhando porque é pobre? Sempre me questiono muito isso. Eu tinha uma vizinha que espancava o filho, que eu ouvia toda noite. E cheguei a fazer denúncia pro conselho tutelar, e eles não vinham. Veio, chegou a olhar, viu um prédio de classe média e falou aí eu tenho que ter mais elemento pra poder entrar, só uma denúncia anônima eu não vou entrar. Lá não, lá se um vizinho ligar e falar qualquer coisa entra escancarando a porta, dando de dedo, não só dando de dedo, sabe, mas o quanto muda a perspectiva.

Quanto filhinho de papai amigo meu não foram pegos com maconha e foram liberados? Não hoje, hoje é usuário só. Na época da minha adolescência. E a molecada que eu vejo lá pegando CREAS II, Murialdo só por causa de nada de droga, por tráfico. Então assim, não muda o viés por ser pobre ou por ser rico? Né? Isso também é uma coisa que eu me preocupo muito assim, na perspectiva do psicólogo.

ANÁLISE DA ENTREVISTA I

A entrevista de Júlia permite-nos perceber seu intenso envolvimento profissional com as políticas públicas, sendo que ela apresenta um profundo entendimento legislativo e histórico das políticas públicas no Brasil, que compreende este campo como espaço de garantia de direitos que é permeado por contradições que lhe são próprias.

Durante toda a entrevista, era recorrente em sua fala a questão da emergência da Política de Assistência Social, seja enquanto política pública consolidada no país ou enquanto campo de atuação da psicologia. Júlia afirma *“igual a minha mãe fala que ela viu o nascimento do ECA e eu tô vendo o nascimento do SUAS né, então a gente tá em momentos, é... Vendo a política acontecer, na verdade”*. Portanto, ela se sente participante de um campo em construção, campo que vem sendo formulado, visto e revisto, aprimorado desde sua formulação e normatização em 2005 com a criação do SUAS. Tal emergência traz ressonâncias importantes no que diz respeito à formação dos profissionais de psicologia. Tanto que diante disso, Júlia relata que não teve nenhum tipo de contato com políticas públicas durante sua graduação. Ainda que alguns professores tivessem projetos voltados à extensão universitária, tudo isso ficava à margem das disciplinas ofertadas. Panorama este que coaduna com a breve discussão realizada nos capítulos teóricos deste trabalho, que traz em cena a questão da visão e formação eminentemente clínica, que foi assumida pela psicologia, em detrimento a outras áreas de atuação, as quais, muitas vezes, eram vistas como inferiores numa escala hierarquizante e, conseqüentemente, deixadas em segundo plano nos bancos acadêmicos. A entrevistada diz: *“não tive nada de política pública na faculdade, (...) ainda é muito novo, mas tinha professores interessados em fazer projetos de extensão. Aí, de lá eu me formei; ainda não sabia que área que eu queria e fui fazer aprimoramento em Psicologia Hospitalar, em Pediatria (...). E lá eu comecei a me interessar pelo trabalho do psicólogo que não era necessariamente clínico”*. Podemos perceber que no quesito políticas públicas sua formação de graduação é sentida como insuficiente/inexistente, sendo que ela se torna mais sensível à questão de outras formas de trabalho da psicologia a partir do encontro com o campo, nas aulas do Aprimoramento.

Outra questão interessante que aparece na entrevista é o que poderíamos chamar de fator ‘empregabilidade’ no campo. Como já analisado teoricamente, a partir de 2005, com a consolidação da PNAS e do SUAS, bem como a posterior publicação das Normas Operacionais Básicas (NOB/RH- SUAS) em 2009, que tornou necessária a presença da psicologia nos CRAS e CREAS, o número de vagas para psicólogos nessa área aumentou consideravelmente, abrindo campos de trabalho antes quase que inexistentes. Fator importante de análise, pois, ao mesmo tempo em que houve essa conquista do campo para atuação, havia poucos elementos teórico-metodológicos para subsidiar o trabalho. Nota-se que ainda hoje toda essa discussão ainda é extremamente recente, demandando a criação de referências teóricas e técnicas que amparem o profissional no trabalho junto ao SUAS. Júlia relata que quando foi contratada não tinha conhecimento acerca do que seria a Política de Assistência Social e que aprendeu do que se tratava seu trabalho no cotidiano: *“Eu não fazia a mínima ideia do que era CRAS. O que era política de Assistência Social eu sabia, porque minha mãe é assistente social. Aí então eu era vinculada à ESPESMEL e fiquei no CRAS durante um ano e meio, eu acho, deu um pouquinho mais, quase dois anos. E lá que eu aprendi de verdade o que era política pública”*.

Em relação à formação acadêmica, Júlia afirma que seria papel do CRP cobrar das universidades que contemplassem em suas matrizes curriculares discussões sobre políticas públicas, até por uma questão de formação para o mercado de trabalho e isso principalmente nas universidades públicas, pois as faculdades privadas já começaram a se atentar ao fato.

Em contraste com a formação acadêmica científica regulamentada, coloca a questão de um aprendizado que se dá no encontro, na prática, com a surpresa de cada situação que demanda uma intervenção. Ressalta também a importância do encontro com outros psicólogos que vivenciam as mesmas questões de inserção num campo novo de atuação. Ela afirma: *“Então, foi nos dois sentidos que eu fui aprendendo né. Na prática, na comissão de políticas públicas e no pensar do psicólogo nesse grupo de psicólogos que trabalhava em CRAS. A gente começou a pensar e pensar muito, a estudar muito, (...) a gente foi aprendendo na prática”*.

Assim, pode-se falar de uma aprendizagem que se dá no cotidiano e no coletivo, nas trocas feitas com as teorias, os colegas de profissão e os usuários. Desafio que implica em ir a campo, tendo em vista que não existem respostas prontas ou receitas

para o trabalho a ser realizado. Tudo depende, nesse caminho, de uma espécie de “coragem”, apostando que as respostas vão se dar nesse caminho. Processo este que a entrevistada coloca como inerente a esse tipo de prática: *“porque a gente tá num momento que acabou de ser aprovado o SUAS, então como que nós vamos saber fazer, a gente só vai saber quando a gente começar a ver as experiências que estão dando certo, a experiência que vale, o que não vale”*.

Sobre a questão do trabalho no SUAS, Júlia teve a experiência tanto de trabalhar no CRAS quanto no CREAS, fato este que lhe trouxe um olhar mais completo acerca da Política de Assistência e o papel do psicólogo nesse espaço, tendo em vista que trabalhou tanto na proteção social básica quanto na especial. Tanto no CRAS quanto no CREAS a característica principal do trabalho é a interdisciplinaridade, geralmente composta por uma dupla: assistente social e psicólogo. Em larga medida, a função do psicólogo na Assistência Social é prescrita pelos assistentes sociais, os pioneiros do trabalho social. Estes sinalizam qual o lugar do psicólogo, sua função e o que não devem fazer. Júlia nos diz: *“Tive assistentes sociais muito boas trabalhando comigo, que o tempo todo me sinalizaram que ali não era clínica, né, que eles não esperavam; que aliás é o contrário de muitos lugares que eu conheço de outros colegas que tiveram né, que assim “O que vocês esperam do psicólogo?”. “Ah, a gente espera que você atenda as famílias que estão com transtorno mental isso, aquilo, né”. Então, me orientaram muito, eu tive assistentes sociais que trabalharam muito em parceria de mostrar assim até isso, o que é rede, assim, o que é CAPS, o que é trabalho com a escola”*. Fato este que se justifica principalmente pela entrada recente dos psicólogos na área social, ao menos em formato de legislação. No que diz respeito à gestão da política de assistência, esta ainda se concentra eminentemente nas mãos dos assistentes sociais, que formulam as diretrizes a serem seguidas no trabalho.

Além da interdisciplinaridade, Júlia aponta para a importância do trabalho em rede, que consiste principalmente na interligação entre os serviços das diversas políticas públicas que o município oferece. Sendo um dos papéis do profissional atuar como alguém que *“conecta todas as outras redes de serviço que atendem aquela comunidade”*.

Há também a questão da entrada recente do psicólogo no campo da assistência social. Júlia relata que quando entrou, pouco ou nada sabia a respeito do que seria aquele espaço de trabalho, tampouco do que seria a função de um profissional de

psicologia nesse espaço e, por isso, optou em iniciar seu processo de trabalho estudando, perguntando, inserindo-se aos poucos na problemática de trabalho. Questão que nem sempre possível aos profissionais que se inserem nesse campo, pois há uma grande demanda, uma necessidade por ações imediatas. Uma necessidade por ‘estar pronto’ para o trabalho, ter “cartas na manga”, ter respostas e impressões sobre o caso. No próprio caso de Júlia, isso pode ser percebido quando relata seu primeiro atendimento realizado no CRAS: *“na verdade no segundo dia que eu tava lá, eu recebi uma mãe desesperada pedindo ajuda de um psicólogo, chorando. E então assim, apesar de estar ali não marcando nada, não fazendo visita, fui fazer algumas visitas pra conhecer o bairro mas, já tive uma experiência de abuso sexual, de uma mãe pedindo ajuda, no segundo dia de trabalho. Preciso de um psicólogo, já temos um psicólogo (risos) vem cá, entra aí. E fiz o que eu sei fazer em psicologia: ouvir, escutar, deixar o tempo dela”*.

Ainda sobre o trabalho, pode-se dizer que há uma infinidade de questões a serem levadas em consideração numa intervenção, fato este que confere o caráter de intensa complexidade ao trabalho. Compreender que as intervenções, ainda que individuais, podem ter ecos aos quais não teremos acesso, ou ainda, que vão repercutir numa estrutura, familiar ou social, que se impõe também enquanto realidade de trabalho. Este fato aponta para a necessidade de se pensar para além do campo individual quando se está inserido na política de assistência social, além do *setting* terapêutico clássico, além da individualização dos problemas. Trata-se de ter em vista que a clínica, enquanto cuidado especializado, pode se dar de inúmeras formas. Como nos diz a entrevistada: *“Isso pra mim é clínica. Mesmo uma escuta, numa visita domiciliar, uma escuta de um psicólogo, independente de como ela for, aquilo é clínico, então, não dá dizer que não é clínica não é clínica dentro de um setting terapêutico, bonitinho, quadradinho, e às vezes precisa do setting terapêutico bonitinho, quadradinho, numa primeira intervenção”*. Cabe ter uma atenção individualizada quando necessário, respeitando a singularidade de cada caso. Porém, ter bem claro que o trabalho não se esgota no indivíduo. Por vezes, uma intervenção abrange também a família. Júlia traz um exemplo interessante que pode ilustrar essa questão: *“Então, mesmo lá, no CREAS, entender que não dá pra trabalhar só a criança. É clínico, mas não é clínico, quer dizer, não adianta trabalhar só a criança que sofreu abuso sexual, o irmãozinho dela que tava ali naquela dinâmica, que não sofreu abuso, ele também é uma parte importante. A mãe que tava*

ali, que o tempo todo não percebeu, não foi conivente deliberadamente, mas o que faz essa mãe não observar mudanças significativas no comportamento da criança ao longo de tantos anos? Ou desconfiar do companheiro? Então, entender que existe algo além. Pra essa criança ter sido abusada não é só o agressor que agrediu e a criança que é vítima, coitada, que a gente tem que envolver, tem uma mãe no meio que muitas vezes ela não é nem sensível aos sinais que os filhos trazem pra ela, de mudança”.

Assim, destacamos aqui a necessidade de ter um olhar implicado também com a realidade social, que por tanto tempo ficou à margem das intervenções hegemônicas na psicologia. Faz-se necessário um envolvimento com o campo e também um questionar-se constante, para não correr o risco de, nesse caminho, perder-se nas veredas de uma atuação que não esteja implicada com a circunstância do caso atendido. Júlia destaca o perigo constante, entre permanecer num modelo de psicologia eminentemente clínico individualizado, por um lado, e o risco de estreitar o trabalho à concessão de benefícios e encaminhamentos: *“e aí a gente vê que na prática o modelo clínico ainda prevalece muito, ou um modelo de psicólogo se transformar em assistente social. Então, era uma via ou outra né, a gente via psicólogo indo de par de vaso com o assistente social em visita e indo com ele só, né, sem trabalhar com um outro olhar”.*

Este fato leva-nos a perguntar, mais uma vez, sobre qual seria o trabalho possível do psicólogo no SUAS. Nem clínico, nem assistencial. Talvez a questão crucial desta pesquisa seja entender qual o lugar da psicologia na assistência social, o que nos leva, invariavelmente, a impasses. Se partirmos da concepção de uma realidade que se modifica a todo instante e de um sujeito em constante devir, uma prática possível à psicologia se daria a cada momento, sendo papel do profissional promover o encontro e as possíveis análises que dele emergem: encontro do psicólogo com o usuário, do usuário com a rede de serviços socioassistenciais, enfim, do sujeito da intervenção com suas possibilidades múltiplas. O desafio, nesse caso, seria o de consolidar uma interdisciplinaridade, compreendendo que uma dupla psicossocial não quer dizer nem um trabalho segmentado nem idêntico. O desafio é fazer um trabalho no interstício entre as disciplinas, no hiato que se instaura e permite a troca, a conversa entre os diferentes saberes científicos sobre o caso. Tal troca possibilitaria, por sua vez, um conhecimento um pouco mais completo acerca da realidade a intervir, tendo em vista que se pautaria em olhares distintos. Desafio este que Júlia verbaliza, de certa maneira: *“Então, o que que era ficar nesse meio termo de ter que também responder, encaminhar, encaminhar*

pra um projeto socioeducativo uma criança; porque se ela não estiver em casa com uma mãe alcoólatra vai diminuir a vulnerabilidade dela. Quer dizer, isso também é papel da psicologia né? Não é só serviço de assistente social; até hoje eu me debato com isso, né, de psicólogos que acham assim, que o que é papel é do assistente social, tudo que for papel, que for pra ligar, pra encaminhar uma criança pra um projeto socioeducativo é do assistente social, colocando o assistente social muito no lugar de auxiliar administrativo do psicólogo”.

Assim, caberia ao psicólogo a experimentação de novas formas de intervenção, com vistas a responder si mesmo, à sua classe profissional, aos companheiros de trabalho e aos usuários quais as suas possibilidades de atuação, nesse hiato que a própria situação de trabalho impõe. Aproveitando as questões postas pela entrevistada, em relação à experimentação no trabalho social, pode-se perguntar: “Como psicólogo será que levar uma palestra de reaproveitamento de alimentos pra aquela comunidade não é meu papel de psicólogo?”. Qual seria esse papel? Retomando nossa discussão anterior sobre a questão da experiência, poderíamos repetir: experimente. Por ser um campo novo, há ainda muito que se fazer e poucos caminhos já estabelecidos, tanto documentalmente quanto academicamente. Assim, “*gente tá descobrindo, acho que todo mundo. Não tem nenhum lugar que eu vejo psicólogo tranquilo, tá todo mundo sofrendo em CRAS, em CREAS*”.

Ainda em relação à experimentação no trabalho, podemos dizer de uma aprendizagem constante, que se dá a cada momento, a cada intervenção. Júlia, em sua fala, dá visibilidade também à questão dos parâmetros que um caso pode trazer para momentos futuros: “*e tem situações que eu uso de um caso pra falar: ‘opa, nesse caso aqui...’. De aprender mesmo. Se naquele caso não deu certo, nesse caso vai dar? Daquela vez foi assim, acho que eu deveria tomar um outro posicionamento dessa vez. Tem casos de família, são famílias muito parecidas nas vulnerabilidades, então tem caso que eu acho que... Tem um monte de caso que eu acho que deveria ser de outro jeito, mas acho que isso tudo é muito frágil. Que a cada dez escolhas a única certeza que você tem é que você escolheu uma; nove você deixou pra trás. O que poderia ter sido as nove, se era melhor ou pior, paciência.*”.

Esta discussão leva-nos a pensar na psicologia enquanto um tipo de trabalho imaterial afetivo, que tem por objetivo, como já discutido no capítulo 2 deste trabalho, a produção de estados afetivos, na busca pela potencialização da existência. Nesse

sentido, a atuação da psicologia ocupa-se, seja qual for o lócus, com as relações humanas. Um ponto que nos interessa aqui, em relação ao trabalho imaterial, é a relação com o resultado do trabalho, que na maioria das vezes não é passível de mensuração ou avaliação (pensando nos moldes clássicos de gráficos e resultados observáveis e permanentes). Júlia, ao se referir, por exemplo, ao trabalho de grupo, relata que muitas vezes não tinha acesso aos efeitos que essa intervenção promovia: *“Eu fazia grupo no CRAS com família; com as mães, e foi um aprendizado duro. Eu não tenho habilidade pra trabalhar em grupo, eu sei que é necessário e eu até percebo os resultados, mas é um dia de desgaste, acaba com você. Um monte de demanda de todos os lados, e você tendo que controlar tudo. Seria mais fácil o modelinho palestra; vai lá, explica como é que educa filho e tal. Eu não gostava; eu gostava de grupo livre, pra todo mundo poder falar e debater, nunca chegar: ‘então vocês entenderam que não se pode bater em criança’. Quer dizer, eu não gostava disso, deixava mesmo sem resposta. Mas era aquele caos, e eu sempre achava que não funcionava, (...) E aí no final do grupo, que eu tava me despedindo do CRAS, a gente fez amigo secreto (coisa que elas nunca tinham feito) e pessoas que participaram de dois encontros, ou participavam com uma cara de quem ‘quando que vai acabar logo isso?’, vindo dizer o quanto tinha sido bom pra elas uma coisa que você falou”*. Além da dificuldade de ter acesso ao resultado do trabalho, há a necessidade de adequar-se a formas de trabalhar com as quais talvez o profissional não se identifique, mas que são previstas até mesmo nas documentações que organizam o Serviço. Como lidar com essa diferença? Torna-se necessário pensar na possibilidade de transformar as técnicas postas de antemão em instrumentos de trabalho que façam sentido, tanto para o psicólogo quanto para os usuários.

Ainda em relação aos resultados do trabalho e aos efeitos das intervenções, Júlia afirma que em vários momentos uma decisão que, à primeira vista, apresentava-se como a melhor, culminava em efeitos muitas vezes desastrosos para o usuário: *“Não foi nem um nem dois casos, foram muitos casos que eu olhava – eu acho que eu não errei sozinha. Ou o contrário. Casos que eu vejo hoje, muito trash, que até hoje eu fico assim: ‘gente, eu peguei essa menina quatro anos atrás, ela não devia ter ido pra um abrigo?’ Que a gente apostou que ainda dava pra ficar e hoje a gente vê o resultado”*.

Este depoimento implica em talvez desvincular a psicologia de um lugar de ‘salvação’ tantas vezes assumido pelos profissionais. É preciso muitas vezes sair dessa posição de quem teria a verdade sobre o sujeito e admitir que há sempre algo que

escapa, que foge da nossa pretensão de controle – tantas vezes treinado nos laboratórios e pesquisas científicas. Sobre essa impossibilidade de controle dos resultados, Júlia diz: *“olha, a gente tem que entender que no CREAS, especificamente, se a gente acertar um caso a gente tem que comemorar, porque ali tudo, tudo, tudo, tudo, converge pro erro. Desde o que você disser num relatório até a intervenção que você faz com o abrigo, a intervenção que você faz com a promotora, o caso que você deixa, que você recusa no atendimento, que você diz essa demanda não é para o CREAS; ou então você atende numa única triagem e fala: ‘não é grave o suficiente pra estar aqui, pelo numero de demanda que a gente tem, a gente só atende grave’. Daí daqui a pouco, daqui um mês ela voltou totalmente espancada, roxa. É muito mais erros”*.

E como lidar com esses erros, partindo do pressuposto de que o trabalho social implica envolvimento afetivo, impossível de ser posto de lado? Talvez seria a função do psicólogo trabalhar essa demanda “de salvação” também com os demais profissionais do campo da assistência, trazendo em cena os perigos que se corre ao assumir tal função. Ter em mente que a possibilidade do erro é tão real quanto a do acerto, sendo complicado até mesmo falar em erros e acertos quando lidamos com uma realidade tão marcada por dúvidas, meandros e limites. Além disso, qual a certeza que se pode ter de que uma possível melhora tenha sido fruto da intervenção do psicólogo? A respeito disso, Júlia pontua que: *“Dá pra contar nos dedos o número de casos que você fala assim: ‘esse eu tenho certeza que foi fruto da minha intervenção, posso dizer que eu consegui mesmo’. Pouco, muito pouco”*.

Fato este que mais uma vez põe em cena a dificuldade de mensurar resultados, trazendo questionamentos importantes no que diz respeito ao real alcance das intervenções realizadas. Há, por vezes, a impressão de que se lida com as situações como num jogo de dados, uma aposta. Os efeitos multiplicam-se e, na maioria das vezes, não estão ao alcance de serem facilmente reconhecidos e avaliados. Como nos diz Júlia, mesmo aqueles casos em que há certo acesso a uma ‘melhora’, não há como saber exatamente que isso é fruto de tal ou qual intervenção específica, tanto por conta das relações que são extremamente fluidas, quanto pela questão do trabalho em rede, que coloca o usuário em contato com uma infinidade de outros encontros, os quais, por sua vez, podem gerar efeitos, mudanças, que não necessariamente estão vinculadas à uma intervenção específica de um ou outro serviço. A questão é que não existe forma de prever como, onde ou quando se dará um encontro que gera efeitos e afetos no usuário.

O que compete ao psicólogo, nessa perspectiva, é estar sensível às mudanças que possam ocorrer, auxiliando o usuário no processo de dar passagem aos afetos, devires que possam surgir, suportando talvez os riscos desse ‘não saber’ sobre os desencadeantes das mudanças.

Outro ponto importante que faz relação com o trabalho e que aparece na entrevista é a dimensão afetiva, a qual está intimamente ligada ao trabalho do psicólogo. Dimensão esta que merece ser levada em consideração, tendo em vista as transformações que podem ser precipitadas pelos encontros, fazendo com que se configurem outras formas de lidar com a situação, outras configurações subjetivas. Nesse sentido, Júlia afirma que, de alguma forma, todos os casos a marcaram, mas que alguns marcaram mais: *“tem alguns casos que eu percebo que foram mais, que me marcam mais pelo tanto que na verdade eu aprendi com a família”*. Este fato dá indícios de uma aprendizagem afetiva, feita pelas marcas subjetivas (Rolnik, 1993) do trabalho. Ainda nessa perspectiva, Júlia fala de um tipo de compreensão de certas realidades que só lhe foram possíveis *a posteriori*, depois das marcas produzidas pelo seu trabalho no CRAS. Cita o exemplo de um adolescente que atendeu durante seu aprimoramento que tinha uma questão social envolvida *“(...) e falo que só hoje, tendo trabalhado em CRAS, que eu entendo realmente a pobreza. Então, não é uma realidade distante pra mim, mas era uma coisa que só hoje no CRAS eu consigo entender o que ele falava.”* Além dessa dimensão de aprendizagem afetiva, os afetos aparecem também enquanto marcas que ecoam para além do âmbito do trabalho e invadem a vida privada, como num esmaecimento da tênue linha que divide a vida pessoal da vida profissional. Ganha consistência aí a necessidade de terapia, de discussões de casos com pessoas do círculo de convívio pessoal, um “ficar mal” ou um “ficar pensando” que extrapola os muros da instituição e invadem a vida do trabalhador e que aparece na fala de Júlia quando diz: *“Eu trago, discuto com o meu namorado, pergunto se tô fazendo certo”* ou ainda *“Assim, acho que cada um tem... Eu não tenho muito isso de... Fico mal, sempre fico pensando no que fazer”*. Tais relatos nos permitem perceber o quanto esse tipo de trabalho exige afetivamente do psicólogo, criando marcas, novos ‘mapas’ subjetivos de um corpo que agora está impregnado das vivências que lhe são trazidas pelo contato com esses usuários.

Júlia traz em sua fala, de alguma forma, a questão das relações de poder que se configuram no campo social. Questiona, por exemplo, a visão de certa “tutela” do

pobre, que é um risco para o profissional quando inserido no campo das lutas contra a violência ou os direitos das crianças e adolescentes. Júlia coloca esta questão como uma preocupação que lhe acompanha no contexto do trabalho na Política de Assistência Social: *“essa perspectiva da pobreza, tem muitos dias que eu me preocupo com isso; até que ponto eu tô olhando porque é pobre? Sempre me questiono muito isso. Eu tinha uma vizinha que espancava o filho, que eu ouvia toda noite. E cheguei a fazer denúncia pro conselho tutelar, e eles não vinham. Veio, chegou a olhar, viu um prédio de classe média e falou aí eu tenho que ter mais elemento pra poder entrar, só uma denúncia anônima eu não vou entrar. Lá não, lá se um vizinho ligar e falar qualquer coisa entra escancarando a porta, dando de dedo, não só dando de dedo, sabe, mas o quanto muda a perspectiva”*.

Fato este que nos remete à discussão da função higienista da assistência social, que tantas vezes guia as intervenções. Ainda que exista uma perspectiva de justiça social, por exemplo, muitas vezes o trabalho se resume ao atendimento e regulação da pobreza. Além disso, observa-se frequentemente um discurso hierarquizado praticado por órgãos como o Conselho Tutelar, por exemplo, que impõem condições às famílias baseando-se no seu poder de decidir sobre a vida do usuário. A entrevistada relata: *“Eu percebo principalmente do judiciário, do conselho tutelar – que são órgãos muito fiscalizadores – e que vai e diz assim: ‘olha, se você continuar fazendo isso com seu filho a gente vai tirar de você, o conselho tutelar vai vir aqui’. Isso eu posso dizer que eu nunca fiz. Assim, de ficar na perspectiva ameaçadora, de ‘eu tenho o poder de tirar seu filho de você’”*.

A entrevistada afirma não concordar com tais posturas, sendo que não se utiliza desse discurso de abuso de poder. Invariavelmente, o psicólogo ocupa um lugar de poder, por vontade própria ou não, tendo em vista o lugar de saber-poder que a psicologia possui no imaginário social. A questão que se impõe diante desse lugar de poder, poderia ser buscar alternativas que tornassem essa relação menos verticalizada, valendo-se de intervenções que valorizem também o saber do usuário, que estejam atentas às singularidades da produção de tal ou qual configuração familiar, acompanhando os movimentos que possam surgir nesse caminho de produção conjunta.

Talvez tenhamos aí indícios da importância de ter sensibilidade para compreender as diferenças que se apresentam, uma capacidade de compreender os tempos, as velocidades de cada configuração subjetiva e trabalhar por dar espaço a essas

diferenças, que não deixam de marcar e inquietar, mas que merecem ser trazidas em cena. Tal questão também é percorrida pela entrevistada quando pensa no direito da criança e do adolescente, que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é de prioridade absoluta. Júlia diz *“uma das coisas que me marcam muito até hoje no CRAS e no CREAS é tentar entender até onde vai o direito da mãe e até onde vai o direito da criança”*. Nota-se que Júlia traz à discussão a questão de se ter um olhar crítico em relação às legislações também, por exemplo, e não ser um mero executor. Não estamos diante de uma postura simples e fácil de ser assumir, mas cabe pensar se somente o cumprimento de uma lei que diz que a criança deve ser retirada dos pais como medida de proteção garante que isso vai se configurar em algum benefício. Como a entrevistada relata: *“em várias situações eu via que eu chegava no limite de dizer: ‘não, essa tem que ser abrigada’, e me arrependia depois. Quando você via o caos que provocou naquela criança, quando você via que aquela criança dependia daquela desorganização toda da mãe, e a mãe só conseguia minimamente ou se organizar ou deixar de usar muita droga porque ela tinha o filho, e que afundava de vez”*.

Assim, podemos pensar numa função política da psicologia, tanto nas intervenções – tendo em vista que toda ação é política – quanto nas reivindicações. Mais que ser um cumpridor de regras e leis, caberia ao psicólogo um olhar questionador em relação ao campo de atuação, colocando-se enquanto mais um dos atores sociais que fazem parte da construção dessa política pública. Postura esta assumida por Júlia, que afirma, durante toda a entrevista, ser parte da história da Política de Assistência Social, reconhecendo-se nesse processo de transformação constante e de certa ‘implementação’ ainda em curso. Em relação à classe profissional da psicologia e sua relação com essa faceta política, a entrevistada nos diz: *“eu fico triste com um psicólogo que acha que não tem nada a ver com política, com a construção da política pública, porque ele vai sempre se angustiar, que nada dá certo”*.

Ainda nessa perspectiva política, o psicólogo tem a possibilidade de ser, como nos diz Júlia, uma espécie de “advogado do diabo”, como aquele que contesta as verdades cristalizadas sobre os usuários, sobre as famílias atendidas, no sentido de buscar outros olhares possíveis para a situação. Cita o exemplo dos estudos de caso, nos quais a rede de serviços que atende o caso se reúne para discutir as intervenções. Júlia relata que sob seu ponto de vista, normalmente o estudo de caso acontece quando as intervenções não foram efetivas e há a necessidade de pensar outras alternativas. De

acordo com a entrevistada, muitas vezes os estudos de caso transformam-se em inquisições, tentando buscar culpados para a ‘falha’, sendo que com frequência a culpa recai sobre a família, que ‘não adere ao tratamento’. Nesse sentido, ganha valor um olhar diferenciado, que tente trazer à discussão outras perspectivas sob o fato. E, talvez o psicólogo, por sua formação que privilegia a observação e a escuta, consiga, em certa medida, criar um espaço de distanciamento e compreensão que lhe permita esse tipo de análise.

Podemos pensar em uma atuação ético-política do profissional de psicologia no campo da assistência social, atento às singularidades de cada caso e implicado na construção de intervenções que acolham as diferenças e questionem as realidades e cristalizadas. A entrevista de Júlia traz em cena a questão da necessidade de mergulhar no campo das políticas públicas para que se possa produzir intervenções concretas que tomem em consideração a complexidade das situações. Além disso, o depoimento traz em cena questões discutidas teoricamente em relação ao preparo acadêmico deficitário no que diz respeito à políticas públicas e a questão da experimentação, importante e necessária quando falamos de um campo prático em construção.

ENTREVISTA II

Esta segunda entrevista foi realizada com um psicólogo de 29 anos, brasileiro, residente no interior do Paraná, o qual será denominado Marcos. Foi proposto que ele falasse sobre seu trabalho no CREAS, bem como sobre sua inserção no SUAS e os desafios encontrados no cotidiano de sua atuação. As perguntas propostas partiam da própria dinâmica da conversa realizada, respeitando os eixos já descritos no percurso metodológico desta pesquisa.

- Me fale sobre sua formação e como entrou na área da assistência.
- *Eu acabei entrando na área de políticas públicas, na área social através dos estágios da graduação, embora tenha sido uma experiência bem superficial, porque tinha um período curto só pra cumprir mesmo a obrigatoriedade e fazer um estágio. Então, acabava não se envolvendo muito, não intervindo. Era mais um reconhecimento do espaço que um psicólogo poderia ocupar naquela instituição, um contato com a área social. Então, o primeiro contato foi através da graduação; superficial, e que, de certa forma, não me preparou. E hoje, mesmo com um pouco de experiência que eu já tenho na área e com leituras eu me sinto muito impotente diante de algumas situações; e eu acho que o trabalho em si extrapola em questão da teoria, da prática e até mesmo da formação do psicólogo. Eu acho que o mais especialista da área, quando submetido a algumas situações específicas daquele local, daquela instituição, vai se sentir perdido em algum momento. É a sensação que eu tenho, e isso tem o lado positivo porque gera uma necessidade, um desejo de aprender, estudar, se especializar cada vez mais, mas uma frustração, que parece que sempre tá faltando alguma coisa. Porque cada um que aparece na sua frente ali pra conversar é uma pessoa diferente; e por mais que tenha toda uma teoria, às vezes aquela teoria não supre aquela demanda específica de um indivíduo. Então tem essa... Não sei se eu posso chamar de ambivalência, entre alegria e frustração. Alegria por você ver alguns resultados positivos no trabalho e frustração de ver alguns fracassos seus, do seu público atendido e de toda a estrutura de forma geral, também. De a política ser falha muitas vezes. Tá muito bem detalhada no papel, só que na prática não contempla as questões fundamentais do ser humano. E realmente é um desafio; acho que todo profissional que entra na área social voltada pra políticas sociais, aquele que tá comprometido, sente-se no mínimo desesperado porque você tem uma infinidade de coisas pra fazer só que na maioria do tempo tá de mãos atadas, porque falta recursos, a infraestrutura às vezes é falha, falta mão-de-obra. Porque pensa na minha situação, eu sou um municipalizado e às vezes eu também tenho essas dificuldades por conta da gestão, do prefeito querer manter ou cortar algum gasto, isso gera uma série de dificuldades. Hoje eu tô operando aqui nesse CREAS com um rótulo de uma gestão plena que de fato não é, porque deveria ter um número xis de funcionários que não tem, e tudo isso gera né um problema muito grande, porque às vezes você tem que suprir essa falta, fazer papel de educador social, papel de assistente social. Então, ao mesmo tempo em que falta uma descrição do cargo, o que que é o papel do psicólogos do CREAS, falta também um preenchimento na mão de obra na contratação desses profissionais. Isso num problema gerado pelo município;*

tem outros problemas que é de ordem do Ministério Público. Aqui a gente tem um problema sério porque eles não sabem qual é o papel do CRAS do CREAS; a saúde acaba jogando tudo pro CREAS. E então a gente tá com uma sobrecarga de trabalho enorme hoje, atendendo o Ministério Público em medidas socioeducativas, em situações de violações de direitos que poderiam ser atendidas por outros serviços de psicologia na área da saúde, mas que são entregues todos aqui. Então, o problema é generalizado, do município enquanto uma instituição governamental, da prefeitura e também do Ministério Público; da própria população que às vezes não sabe qual instituição, qual órgão recorrer pra atender os seus problemas. Estava discutindo agora pouco um caso de um bolsa família que a filha e a mãe estavam disputando para quem ia ficar com o cartão porque a guarda já não estava mais com a mãe, estava com a avó. Isso gerou um problema, e eles ficam recorrendo à gente achando que a gente vai decretar e vai falar: “ó o bolsa família vai ficar com você, você vai ter o direito”. Mas não, isso é o Ministério Público que decide, então há uma confusão generalizada. De nós mesmos, e falo enquanto psicólogo. Às vezes eu não sei, na maioria das vezes eu não sei qual é o meu papel; eu acabo me modelando dependendo da demanda. O município não sabe qual é o papel do profissional do psicólogo no CREAS, e o Ministério Público muito menos. Então é desesperador, e eu acho que é muito importante o que você tá fazendo, por que vai dar visibilidade à situação. Muitas vezes a gente fica preocupado de integrar, de trazer a oportunidade de o psicólogo entrar numa instituição como esta, mas não é só isso. A gente tem que saber o porquê que a gente tá entrando lá e o que vai fazer. E eu acho que se olhar, de repente seria da graduação, desde a universidade, que muitas vezes eles não sabem dizer qual é o seu papel, que se mistura com o do assistente social e do educador social, e enfim, aí vai.

- Você falou que seu primeiro contato foi na graduação, mas esse foi seu primeiro emprego?

- Não, não

- E como foi sua trajetória?

- Eu tenho especialização na área organizacional. Então, acabei atuando por muito tempo em empresa privada, na área de recursos humanos. E foi muito difícil eu migrar. Primeiro migrar de um setor privado para o público e migrar de uma relação organizacional onde tudo é contabilizado na produção pra uma situação onde o produto já não é tão material. Na Organização, na empresa, você consegue ver o produto final. Por mais que você tá gerenciando pessoas, no final você conseguiu contratar 50 funcionários, treinar 10, desenvolver as habilidades de 15; é mensurável. Agora aqui você não tem como colocar isso em gráfico, em papel e falar assim: olha, eu tenho um usuário de crack que fuma todo dia; se ele deixar de fumar um dia crack é que ele evoluiu ou não. É difícil. Então, minha dificuldade foi migrar dessa situação do setor privado pro público e também de mensurar o meu trabalho, o que acaba gerando uma frustração, porque às vezes eu me sinto incompetente, às vezes eu falo: ‘cadê? cadê o resultado do meu trabalho? eu não tô vendo.’ E em contrapartida eu também não consigo apresentar pro meu superior, como uma questão de melhoramento de remuneração, e falar fiz isso. Como que eu vou falar ‘eu recuperei dez usuários de cocaína?’ Não tem como eu avaliar porque amanhã eles podem recair. Enfim, é isso que em algumas tendências acadêmicas a gente tá chamando de trabalho imaterial; é o que me afeta demais, porque eu não consigo visualizar o meu trabalho, então, eu sou inclinado a avaliar por aquilo que me afeta: uma fala, uma frase de uma pessoa que eu estou atendendo, um reconhecimento; isso eu tomo como uma valorização. Como

também às vezes me afeta um lado, vou chamar de negativo, no sentido de ver uma pessoa que usava maconha começar a usar cocaína, crack, enfim, uma droga mais pesada. Essas coisas que eu vou chamando de afeto, que vai me afetando, é minha forma de avaliar, que eu vejo se tá sendo legal ou não, e é tentar me manter no trabalho, ou às vezes pensar em sair daqui pedir demissão e procurar outras coisas. Não sei se respondi sua pergunta mais e mais ou menos isso

- Você falou bastante dessa frustração do trabalho, mas você também fala de que ainda de que não está muito certo de qual o papel do psicólogo. Essa frustração vem do que? De não saber qual é o seu papel ou de não poder mensurar?

- *Eu acho que de ambos, mais uma coisa específica: eu não conseguir, ou melhor, eu conseguir descrever o que seria o papel ideal do psicólogo dentro do CREAS e não consegui repassar isso pro órgão gestor pra que isso seja formalizado. E porque que isso acontece? Por uma série de fatores. Pela falta de funcionários... Por mais que eu tenha o papel idealizado, eu já me peguei em algumas situações fazendo papel de assistente social, porque tinha que fazer um estudo social, o assistente social não estava no momento e se eu não fizesse esse estudo social o garoto da medida socioeducativa ia ser encaminhado pra um CENSE, ia ficar apreendido. Como eu já atendia ele eu falei assim: 'poxa esse menino não pode ir apreendido porque vai se perder um trabalho lindo que esta sendo feito com ele', então eu peguei e fui fazer o estudo social. Entrei em contato com a juíza e falei: 'olha o assistente social não está aqui e eu sou psicólogo tudo bem se eu fizer?' Ela falou sem problemas. Então é nesse sentido que tem um ideal, eu tenho idealizado na minha cabeça o que é certo e tenho até escrito, já passei pro Ministério Público, já passei pro órgão gestor, mas na prática, no dia-a-dia, na hora que o bicho tá pegando mesmo não tem como, você vai fugir sempre do idealizado. Então a frustração é a frustração do ser humano de maneira geral; a gente não conseguir colocar em prática o idealizado, seria maravilhoso, e lidar com que é do dia-a-dia.*

- E o que é esse idealizado para você?

- *Idealizado é ficar no meu papel de psicólogo não tendo que fazer o papel de educador social, de assistente social. O que é descrito pela Classificação Brasileira de Ocupação, que tem já descrito o que é; se você pega outros órgãos também já tem bem detalhado isso. Só que eu acho que não é só aqui, é da própria dinâmica do trabalho social que às vezes requer que você faça outras coisas. Isso às vezes é frustrante porque exige você ir além. Eu acho que há uma coisa legal desse ir além porque a gente tá numa sociedade que valoriza esse negócio de se sacrificar em prol do outro, de fazer sempre o melhor. Eu acho que tem esse lado positivo, mas tem o lado negativo que por trás deste outro sempre tem um outro que é nós, que é eu. Às vezes eu me sacrificar pelo outro eu tô matando uma parte de mim. Então, esse sentido de idealizar, isso de ter que saber, é uma frustração profissional; de não ganhar o suficiente, do que você tá fazendo e em cima disto ter que fazer outras coisas. Eu acho que é nesse sentido, financeiro, econômico e emocional, porque acho que todo mundo quer que as coisas circulem de forma satisfatória.*

- Você está há quanto tempo no CREAS?

- *Bom, eu já tô no CREAS há mais de dois anos; eu vivi momentos diferentes. Eu entrei no CREAS quando era uma OSCIP terceirizada pelo município, e nesse período houve o encerramento do contrato e eu já tinha feito o concurso pra contratação de psicólogo.*

Daí fui efetivado em março de 2012. Então, pelo município eu trabalhei um ano; no CREAS de forma geral, dois anos praticamente.

- E nesse tempo, que tipo de ferramenta conceitual, teórica, você utilizou e utiliza no seu trabalho?

- Quando eu entrei no CREAS eu tinha saído da faculdade, tinha terminado minha especialização na verdade, e estava experimentando todos os conceitos, as teorias, pra ver qual eu me identificava, qual que dava certo no meu trabalho. Durante a graduação eu experimentei de tudo. Nos três primeiros anos estudei muito a comportamental, na área do comportamento, porque era uma coisa nova; acho que nossa cultura ainda é muito enraizada com a psicanálise, acho que todo mundo sabe um pouquinho indiretamente, formalmente ou informalmente. Então a análise do comportamento foi uma coisa nova. Daí eu estudei durante esses três primeiros anos da graduação, mas eu não me identifiquei, embora tenha alguns conceitos que eu acho que são aplicáveis. Voltei pra psicanálise e comecei a estudar a fundo, porque antes da graduação de psicologia já tinha feito teologia e estudado o que é psicanálise. Aí eu tive um contato, estudei mais um ano, no quarto ano da graduação. Só que no último ano eu fiz supervisão clínica em humanismo. Então eu passei pela análise do comportamento, psicanálise e humanismo. E daí eu saí da universidade, e o que eu vou fazer com essas três abordagens, esses três campos teóricos que eu tenho na mão? E eu vi que na verdade eram três de uma infinidade de outras que existiam; e na especialização eu tive contato com uma teoria francesa. Eu me deparei com uma teoria do Felix Guattari, do Deleuze que a gente conhece como Esquizoanálise e eu me identifiquei com essa teoria e vi que respondia muito aos problemas que são originados aqui com o público do CREAS. Então, atualmente eu tenho utilizado muito da Esquizoanálise, embora também eu me sinta um bebê na teoria, praticamente há dois anos só que eu estudo e leio esses autores; mas eles me ajudam a repensar minha prática teórica, a repensar a instituição, a repensar as formas de organizações sociais; a repensar tudo. Então, ao mesmo tempo em que é uma teoria, é uma ferramenta de intervenção – não sei se posso chamar assim –, é uma ferramenta de transformação, de mudança. Toda vez que eu leio eu mudo, de certa forma mudo também as pessoas que estão sendo atendidas por mim. Então, é muito dinâmica e eu acho que é muito legal porque é ativo, eu vejo um movimento, tem uma plasticidade. Eu acho que na teoria é diferente do campo psicanalítico, que eu acho que é uma coisa muito distante, eu não conseguiria ver um resultado. Não desmerecendo, mas eu acho que por minha postura também. Eu acho que eu não ajo muito nesse campo, porque eu acho que é uma coisa mais passiva; me ajuda a entender algumas coisas do ser humano, mas em termos práticos a esquizoanálise me ajuda muito.

- Você consegue me dar um exemplo?

- Tem um exemplo que eu acho muito legal, porque o Guattari coloca muito essa questão: o que é o papel do psicólogo, quem é o paciente quem é o psicólogo, quem faz o que, quem ajuda quem. Ano passado eu tive um caso bem interessante. Minha especialidade é mais pra medida socioeducativa e, por falta de uma psicóloga, que seria na parte de violência, de abuso e violações de direito, eu fui atender uma criança. E teve um fato que eu achei muito legal: eu chamei o menino e foi tudo meio que imprevisto, eu não tava preparado pra atender ele, nem queria atender porque eu não gosto de atender criança e que, que aconteceu? A avó ligou e falou: ‘ó eu preciso que você converse com ele agora, ele não tá bem, ele tá surtado aqui’ e aí eu desliguei o telefone e falei: ‘beleza que, que eu faço agora? Nunca atendi criança, não sei como é

que é'. Já entrei naquela pira meio de setting terapêutico, como que eu vou ajeitar as coisas na minha mesa? Como que eu vou colocar os lápis de cor, canetinha pra ele desenhar? Essas coisas que a gente vê na graduação quando a gente tá fazendo estágio em clínica. Aí não deu nem tempo de eu pensar como eu ia organizar minha mesa a avó chegou com o menino e falou: 'ó vê o que, que você faz aí, dá um jeito no menino', como se eu tivesse uma varinha de condão e fizesse mágica. Tá. Aí o moleque começou a correr pra lá e pra cá dentro do CREAS e eu: 'ah, vou deixar esse moleque correr aí, não sei o que fazer com ele mesmo, então deixa ele se divertir'. Aí, na sala aonde eu tava atendendo ele tinha um computador que não ficava na minha mesa, que é específico pra digitar, fazer relatório. Aí ele falou assim: 'ah, eu posso entrar na internet?' Falei: 'beleza entra aí', e ele começou a mexer na internet e falou: 'ah, eu vou pesquisar sobre crash, é um joguinho do Playstation que eu gosto, é o meu jogo preferido'. Aí ele começou a pesquisar e a baixar imagens, figuras dos personagens, aí disse: 'eu posso imprimir?' Ele começou a imprimir um monte de personagens; de repente ele pegou – tinha vários personagens, mas tem três assim que me marcaram – ele pegou três e falou assim: 'tá vendo esses aqui?' falou o nome do personagem, 'esse aqui é o briguento do joguinho e esse aqui é o que minha irmã faz, minha irmã fica jogando eu contra a minha família, ela fica só criando brigas entre a nossa família'. Um moleque de quatro anos pegou e fez isso, aí ele falou: 'ó, tá vendo? Esse aqui é o Crash, sou eu. Eu também eu sei que eu sou arteiro, eu sou destruidor, pego coisa e destruo mesmo, mas eu destruo porque eu quero poder consertar depois, eu quero poder arrumar'. Aí ele foi apresentando e caracterizando. Mas aí teve a hora que ele falou: 'tá vendo esse aqui ó? Esse aqui é o cara', não me lembro o nome, 'esse aqui é o guardião do tempo, e esse aqui é você, porque desde a hora que eu cheguei aqui você fica me controlando, dizendo tem hora pra isso, tem hora pra aquilo, tem hora pra aquele outro'. E aquilo foi um insight muito legal da minha parte, porque eu disse: 'realmente é isso que eu faço'. De certa forma é o que o psicólogo faz, porque são cinquenta minutos de atendimento, tem hora pra entrar, tem hora pra sair. E, voltando à questão da teoria, naquela hora veio a teoria do Guattari. Primeiro eu quis construir um setting terapêutico, um espaço de terapia, e pensando no CREAS isso não existe. Onde começa e onde termina meu consultório? Começa na minha sala e termina na rua, numa visita, como a gente foi agora. Ela começa aqui e passa pelas ruas; de certa forma ela é rizomática, é um emaranhado de coisas e você não consegue dizer aonde começa e aonde termina, usando o termo do Deleuze, aonde e tudo junto e misturado, digamos assim. E comecei a pensar também na questão do papel, porque aquele moleque de quatro anos tinha uma compreensão da dinâmica familiar muito maior do que eu talvez depois de anos e anos de atendimento poderia ter com aquela família. Isso que eu acho legal, essa possibilidade de brincar com esses papéis, de me sentir às vezes também paciente; porque aquele menino teve um papel curador pra mim, foi terapêutico pra mim, foi legal me ver daquela forma e pensar: 'poxa como eu sou chato às vezes, como eu fico pegando no pé com a questão do tempo', e isso também me remete à própria queixa da dinâmica da instituição, como talvez eu tô me queixando e reclamando de frustrações minhas, mas que de repente faz parte do todo e que às vezes eu colaboro também pra manutenção desta dinâmica. É nesse sentido. Eu com a esquizoanálise me permito ajudar ou não ajudar, ouvir ou não ouvir às vezes. A esquizoanálise permite que eu seja eu mesmo, não precisa se esconder atrás de um crachá escrito psicólogo, se esconder atrás de um diploma, de um papel. Isso é muito legal, muito bom.

- Você teve uma trajetória de sair da empresa privada para o trabalho público. Como foi seu primeiro mês de trabalho no CREAS?

- Foi difícil porque eu não tinha ali os melindres das coisas, eu não sabia como conversar às vezes, porque o serviço público é diferente. Vou falar do serviço privado primeiro. Se você pede alguma coisa o pessoal faz, porque sabe que de certa forma se não fizer isso vai chegar ao superior e vai comprometer todo um resultado, não só no lado coercitivo da coisa; porque eles sabem, porque é nossa meta, vamos ganhar, vamos faturar. Agora, no setor público tem uma coisa assim que é legal mas é ruim, porque há uma valorização da individualidade em relação ao coletivo. Isso afirma a subjetividade, o jeito de ser daquela pessoa, só que prejudica todo o desempenho coletivo. Por exemplo, se você vai pedir um relatório, um documento no setor público, a pessoa, se ela tiver de bom humor ela vai fazer na hora, agora se ela não tiver ela vai falar: 'ah, beleza, quando der eu faço' e fica lá na gaveta. E por mais que você reclame ao superior uma situação como esta, parece que até o próprio superior fala: 'ah, tá bom, quando der eu vejo isso aí'. Então é todo um ciclo vicioso dessa burocratização do serviço público. Que tá se quebrando com a inserção de algumas ferramentas da gestão administrativa, gestão de qualidade e todos esses nomes do mundo business que tem aí, mas ainda tem um negócio que impede. Então, o que eu senti foi isso: como lidar, como chegar e conversar assim com uma pessoa, falar assim 'ó, dá uma ajudinha aí e tal', sendo que no setor privado você pedia e a coisa acontecia. A minha dificuldade foi isso, em saber lidar, ter esse jogo de cintura com o pessoal. E o próprio controle da vida, total, que eu não percebi quando eu tava em uma empresa privada. Por mais que tenha um afetamento na sua vida privada, do seu trabalho, parece que no setor público isso não existe. Não existe mais ali uma fronteira ali entre privado e público; a partir do momento em que você é um servidor público sua vida é seu trabalho e seu trabalho é sua vida. Tudo que você faz repercute no seu trabalho. Se você não é um bom cidadão, também não é um bom profissional, e se você não é um profissional também não é um bom cidadão. Não existe mais aquela barreira que divide; tudo que você faz, se você sai, vai pra uma festa e de repente bebe um pouco a mais, você não é o jovem de vinte e nove anos que foi pra uma balada se divertir, você e o psicólogo do CREAS que tá enchendo a cara na balada, que tá drogado, que há toda uma generalização talvez por ser uma cidade pequena, que é o caso daqui, mas eles não separam.

- Você sofreu com algo nesse sentido?

- Demais. Só que não atualmente, fazem alguns meses que eu não bebo mais e que eu não vou pra balada. O ano passado tava muito difícil porque eu assumi a coordenação do CREAS, porque a pessoa que estava na coordenação saiu e propôs pra eu ficar e eu acabei aceitando e o que aconteceu? Eu tenho uma carga horária de vinte horas semanais de trabalho e não foi excluída minha atividade de psicólogo. Atribuíram o trabalho de coordenador e de psicólogo, então imagina: o que eu já não conseguia fazer em vinte horas eu tinha que passar a fazer o dobro, porque tinha todo o trabalho de coordenador. Então eu sofri muito com isso, até que eu abri mão da coordenação. Eu cheguei a ficar afastado quinze dias do trabalho, consultei uma psiquiatra, ela me deu um atestado e falou assim: 'se afasta porque você não tá bem'. Fui até diagnosticado com depressão e realmente eu acho que eu tava muito deprê e tava mal. Aí o que aconteceu pra mim conseguir da conta de pelo menos permanecer no meu trabalho? Vou abrir mão da coordenação, o que eu tinha de banco de horas eu comecei a pegar: não tava bem, peguei atestado, o que eu poderia me ausentar do trabalho de forma justificada eu fiz, coisa que eu não fazia antes. Eu me doava totalmente ao

trabalho; naquele período eu não tava conseguindo fazer e talvez só recentemente eu tenha conseguido voltar a fazer, e sempre com muito cuidado pra não me sacrificar mais do que devia, o que é uma tendência minha e talvez do psicólogo, de querer às vezes ajudar e achar que ajudar é salvar o mundo. Não é generalizado, mas eu sei que eu acabo fazendo. Então eu fiquei muito mal, fiquei muito mal a ponto de perder as esperanças. De falar assim: 'Pra que tudo isso? Pra que um trabalho como este? Pra que continuar mais? Pra que viver?', talvez.

- E você atribui isso ao trabalho?

- Ao trabalho. Embora que, se eu falar pra você... Já fiz de tudo na vida e se eu falar pra você, isso aqui é o que eu mais gosto de fazer. Mas ao mesmo tempo é o que mais me machuca, e me machuca muito, em todos os sentidos. De ver um problema de uma pessoa que eu atendo e não poder fazer nada, de ver o meu problema e às vezes não poder fazer nada e não saber quem possa fazer isso por mim, de ver os problemas do mundo às vezes, filtrado e canalizado ali para aquele setor do seu trabalho. Querendo ou não a gente acaba pegando; no meu trabalho aqui eu pego curva de rio mesmo, tudo para aqui. Então às vezes paro pra pensar a respeito, se vale a pena se dedicar a um trabalho como este, se vale a pena, se vale a pena uma vida como esta.

- E que tipo de possibilidades você vê?

- Então, eu parei de sonhar. Quando a gente sai da universidade a gente sai muito idealista, muito utópico, muito: 'vamos fazer, vai ser assim. Hoje se eu falar pra você, o que é possível? É o possível. O possível é o possível; e se contentar com o possível. E o possível é fazer o que dá pra ser feito, e às vezes se pode fazer muito pouco, mas esse pouco dependendo da situação da pessoa que você tá atendendo é muito. Então o possível é fazer um dia de cada vez, cada situação a cada situação. Eu digo pra você que eu não tenho uma meta, um planejamento, falar assim: 'ó o que eu tenho que fazer, pra resolver'. Às vezes uma conversa, um oi, uma visita é o suficiente. Então hoje eu tento viver sem muitas expectativas, principalmente no meu trabalho. Porque eu acho que a expectativa é o maior frustrador que tem, porque entra uma pessoa que você acha que vai sair de um jeito, tipo uma linha de produção; e isso não acontece. Isso machuca.

- O que te machuca é não conseguir fazer as pessoas chegarem a um ideal, talvez?

- É, talvez. É não poder fazer muito e não poder fazer nada às vezes. Talvez fazer algo já seja fazer alguma coisa, é fazer nada às vezes. Eu vou citar um caso, de um menino que tá com um problema generalizado nos rins, o médico já avisou pra ele que ele não vai viver muito tempo se não fizer a cirurgia e que ele também não adere ao serviço e que de certa forma ele tá se matando, tá se suicidando aos poucos. Eu pego uma situação como esta e quando eu vou pra casa e coloco minha cabeça no travesseiro e falo 'e daí o que, que eu posso fazer?' não se pode fazer! Porque é ele que tem que querer, ele que tem que desejar. O problema é a gente desejar pelo outro, talvez isso é o problema maior. Então, é mais ou menos isso, é saber que você é impotente. Eu acho que essa é a grande questão, pensando no meu ponto de vista; é imaginar que você sai de uma graduação achando que você tem potência pra fazer alguma coisa e às vezes quando você vai pra prática você vê que não tem potência pra quase nada e essa pouquinha potência que tem às vezes é o suficiente. É bem contraditório, talvez por isso é difícil de entender e difícil de lidar da minha parte, porque é pouco mas é muito, mas às vezes esse muito também é pouco em algumas situações. Então, nesse sentido o trabalho tem me ajudado muito. E talvez esse campo teórico da esquizoanálise, de eu

aceitar, conhecer minhas limitações, minhas impotências e também afirmar minha potência e continuar lutando de uma forma mais delicada, mais silenciosa. Existe uma luta até mesmo na inércia, e às vezes a gente tem que saber a hora de parar um pouco, saber até onde a gente pode ir. Não tenho certeza se é o Deleuze, se é o Guattari, que fala que desacelerar é colocar um limite no caos; e às vezes a gente tem que tirar o pé do acelerador, o que é difícil numa cultura onde a gente é convidado e cobrado a produzir ao mesmo tempo.

- E dos casos que você atendeu? Você quer falar alguma coisa? Teve algum caso que te afetou, que te marcou?

- *É. Às vezes se torna físico, mas geralmente são emoções. Não sei, têm tantos, tantos, cada um marca de uma forma. Eu acho que quando você tá no CREAS você tem que ser uma pessoa disposta a fazer tatuagens emocionais, porque você sai com muitas marcas, todo marcado o corpo. É... Tô tentando lembrar aqui algum caso. Da própria irmã desse menino aí, que eu falei que tem problema no rim; ele tem uma irmã mais nova que tá cumprindo medida socioeducativa aqui, que ela também não atendia aos serviços e todo mundo morria de medo porque ela anda armada, porque ela tem doze anos e já gerencia o tráfico, tem todo um estereótipo em cima dela, que todo mundo tinha medo e todo mundo falava: 'não adianta que essa aí não vem pra cá'. Então, de certa forma quando eu entrei, quando a gente entra com essa coisa assim: 'ah, eu acho que eu posso', e de certa forma isso é legal porque me encorajou a ir até lá conversar com ela – coisa que ninguém fazia porque tinham medo – e eu fui, conversei com ela e ela aderiu ao serviço. Foi uma coisa incrível a relação que eu tenho hoje com ela. Às vezes eu vou fazer minha caminhada pela cidade e encontro com ela e a gente senta e conversa; é uma coisa muito legal, me afeta de uma forma positiva, porque eu consigo estabelecer uma relação com uma pessoa que tem um rótulo de ser uma criminosa, mas que eu consigo me conectar ali, me relacionar com outra pessoa totalmente diferente dessa que é marginalizada pela sociedade, e isso eu acho muito legal. Eu acho que hoje a coisa mais positiva que eu tenho no CREAS é o relacionamento que eu desenvolvi com os meninos que eu atendo, que é uma coisa muito saudável pra mim e eu acredito que pra eles. Recorrendo ao conceito do Spinoza – que fala de encontros que compõem e decompõem – isso é um que me compõe e eu acho que, de certa forma, o que compõem eles também. Então, são encontros bons assim que eu tenho, que são vários. Eu acho que se eu for citar todos vai demorar um bom tempo, mas é nisso que eu me afeito, nessas relações que eu estabeleço com eles. É meu ponto de possível.*

- Você quer falar mais alguma coisa?

- *Não. Eu acho que fica o meu clamor desesperado por um olhar diferenciado pra essa área. É uma área nova que o psicólogo vem ocupando e eu acho que de certa forma a gente fica à mercê do Estado, do município, do poder judiciário; e a gente fica às vezes até órfão do próprio Conselho da ordem, que muitas vezes você não tem respaldo. Tem cobrança de todos os lados e pouco respaldo. Quando você não responde um pedido do Ministério Público rapidamente, a juíza já fala que se você não responder vai te processar, vai abrir um inquérito. Tem tantos deveres; e os direitos? Aonde fica aí o Conselho Regional pra falar assim: 'ó, fica tranquilo aí psicólogo, você não precisa responder. Aqui o estatuto garante que você tem um prazo, que isso aqui não é da sua atribuição'; e eu acho que falta um pouco de respaldo. Eu sinto, conversando com outros colegas de profissão que estão na mesma área, que eles tão adoecendo. Eu acho que passei por isso; fiquei muito mal, fiquei doente, agora que tô me recuperando, mas é um trabalho que te adocece e é triste ver que isso acontece e pouca atenção se dá.*

Então, que esse trabalho seu tenha um caráter também preventivo, nesse sentido de alertar também à própria classe profissional de se ater a coisas que vão privilegiar a saúde deles. Uma das frases que eu já ouvi aqui e acho importantíssimo: se nós somos cuidadores, nos colocamos à disposição dos outros pra cuidar, cuidar, cuidar, quem que vai cuidar da gente? Eu acho que às vezes me sinto órfão nesse sentido. Quem que tá cuidando de mim? Porque se eu mesmo não cuidar de mim eu não tenho outra pessoa e isso às vezes fica difícil. É uma série de coisas, de às vezes você não ter um serviço ali, por exemplo, na minha cidade todos os psicólogos que tem aqui no município são meus amigos, como é que eu vou ter uma terapia, uma supervisão com eles? Então não é possível isso e também não dá pra mim ir até Londrina e pagar um. Então é uma série de coisas que eu acho que se não for vista rapidamente a gente vai sofrer muito. Eu pelo menos tenho sofrido.

ANÁLISE DA ENTREVISTA II

*“Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”
(Mãos Dadas - Carlos Drummond de Andrade)*

A entrevista de Marcos nos traz questões bastante importantes, principalmente em relação aos efeitos do trabalho em sua vida pessoal. Traz em cena a questão de um corpo bastante afetado pelas circunstâncias profissionais, marcado pela violência dos encontros com as situações aviltantes vivenciadas no cotidiano de seu trabalho no CREAS. Dimensão afetiva esta que merece atenção especial, tendo em vista que o profissional de psicologia, muitas vezes, é visto como aquele que “tudo suporta”. Pode-se dizer que tal expectativa é pautada na ilusão da neutralidade e do afastamento afetivo as quais, sob o ponto de vista teórico aqui assumido, são impossíveis de se consolidarem pois, como já discutido no capítulo 2 desse trabalho, o psicólogo poderia ser denominado “profissional do encontro”, levando-se em consideração que qualquer intervenção psicológica só é possível por meio do envolvimento afetivo.

Em relação à questão de sua formação profissional, Marcos afirma que teve um contato inicial breve por conta dos estágios do período da graduação. No entanto, relata que mesmo essa breve preparação advinda dos estágios não o preparou, pois a realidade de trabalho, nesse caso, sempre a escapa e a extrapola. Assim, ele afirma: *“E hoje, mesmo com um pouco de experiência que eu já tenho na área e com leituras eu me sinto muito impotente diante de algumas situações; e eu acho que o trabalho em si extrapola em questão da teoria, da prática e até mesmo da formação do psicólogo. Eu acho que o mais especialista da área, quando submetido a algumas situações específicas daquele local, daquela instituição, vai se sentir perdido em algum momento”*.

Esse fragmento faz pensar na questão do trabalho imaterial afetivo, no qual existe uma grande flexibilização das aptidões (NEGRI; HARDT, 2005) e maneiras de intervir, abrindo possibilidades de modificação das normativas prescritas, principalmente quando a ‘matéria prima’ do trabalho consiste no trato com pessoas, que

são sempre singulares, e, portanto, demandam intervenções singulares. Neste sentido, há certa exigência advinda do trabalho que implica em criar novas estratégias de atuação diante das inúmeras situações vivenciadas. Como nos diz Marcos: *“Porque cada um que aparece na sua frente ali pra conversar é uma pessoa diferente; e por mais que tenha toda uma teoria, às vezes aquela teoria não supre aquela demanda específica de um indivíduo”*.

Caberia abrir aqui um espaço de questionamento acerca dos efeitos dessa demanda inventiva que, a primeira vista, nos parece intrínseca ao trabalho imaterial afetivo. Marcos relata uma ambivalência de efeitos: *“É a sensação que eu tenho, e isso tem o lado positivo porque gera uma necessidade, um desejo de aprender, estudar, se especializar cada vez mais, mas uma frustração, que parece que sempre tá faltando alguma coisa”*. Poder-se-ia falar, portanto, de uma ambivalência afetiva. Ou, melhor dizendo, polivalência afetiva, pois não seria possível reduzir a infinidade de afetos que atravessam o profissional em apenas dois polos contrários. Ainda reportando-se a essa multiplicidade afetiva que atravessa o sujeito, o entrevistado relata: *“Já fiz de tudo na vida e se eu falar pra você, isso aqui é o que eu mais gosto de fazer. Mas ao mesmo tempo é o que mais me machuca, e me machuca muito, em todos os sentidos”*. Trabalho e vida aparecem como campo de forças díspares por vezes irreconciliáveis.

Deparamo-nos aqui com um trabalhador atravessado por uma infinidade de situações cotidianas que produzem marcas afetivas, menos ou mais intensas, tanto no usuário atendido quanto no profissional. Tais marcas, para Rolnik (1993, p. 5) são feitas no corpo *“ao acaso das composições que vão se tecendo”*. Como afirma Marcos: *“cada um [caso] marca de uma forma. Eu acho que quando você tá no CREAS você tem que ser uma pessoa disposta a fazer tatuagens emocionais, porque você sai com muitas marcas, todo marcado o corpo”*. Nesse sentido, podemos afirmar que estamos diante de uma modalidade de trabalho que a todo o momento gera marcas afetivas e, conseqüentemente, transformações no trabalhador. A cada marca, uma aprendizagem, uma dor, uma nova configuração, a depender da maneira como o trabalho é vivido.

Outros efeitos do trabalho imaterial podem ser aqui invocados, a partir da entrevista, como, por exemplo, a dificuldade de mensurar resultados: *“aqui você não tem como colocar isso em gráfico, em papel e falar assim: olha, eu tenho um usuário de crack que fuma todo dia; se ele deixar de fumar um dia crack é que ele evoluiu ou não. É difícil. Então, minha dificuldade foi migrar dessa situação do setor privado pro*

público e também de mensurar o meu trabalho, o que acaba gerando uma frustração, porque às vezes eu me sinto incompetente, às vezes eu falo: ‘cadê? cadê o resultado do meu trabalho? eu não tô vendo.’”

Atrelada à dificuldade de mensurar os resultados, está a dificuldade de sistematizá-los. Esta dificuldade acaba sendo bastante presente nesse tipo de trabalho, tendo em vista que a sistematização e a criação de indicadores auxiliam no aprimoramento da política pública, bem como na reordenação de recursos financeiros para os setores que têm mais necessidade. O entrevistado relata: *“E em contrapartida eu também não consigo apresentar pro meu superior, como uma questão de melhoramento de remuneração, e falar, fiz isso. Como que eu vou falar ‘eu recuperei dez usuários de cocaína?’ Não tem como eu avaliar porque amanhã eles podem recair”*

Como mensurar um trabalho que é feito unicamente de relações, produto não palpável e não passível de controle? Tal questão permeia toda a entrevista de Marcos, que se pergunta a respeito das formas de avaliar seu trabalho: *“é o que me afeta demais, porque eu não consigo visualizar o meu trabalho, então, eu sou inclinado a avaliar por aquilo que me afeta: uma fala, uma frase de uma pessoa que eu estou atendendo, um reconhecimento; isso eu tomo como uma valorização. Como também às vezes me afeta um lado, vou chamar de negativo, no sentido de ver uma pessoa que usava maconha começar a usar cocaína, crack, enfim, uma droga mais pesada. Essas coisas que eu vou chamando de afeto, que vai me afetando, é minha forma de avaliar, que eu vejo se tá sendo legal ou não, e é tentar me manter no trabalho, ou às vezes pensar em sair daqui pedir demissão e procurar outras coisas”*.

Pode-se perceber que essa dificuldade em medir e avaliar o alcance das intervenções é questão que incomoda grandemente o entrevistado, levando-o, como dito acima, a pensar até mesmo na mudança de campo de trabalho; fato que se torna extremamente importante quando levamos em consideração sua afirmação de que o trabalho social é o que mais gosta de fazer. Impactos do trabalho imaterial afetivo e mais especificamente, do trabalho social, que, em larga escala desafia o profissional com seu dinamismo constante e veloz. Além disso, a própria expectativa idealizada de ‘modificar as pessoas’ e ‘transformá-las em cidadão melhores’, tantas vezes apregoada nos trabalhos sociais, pode acabar se tornando uma fonte de dificuldade e frustração: *“porque eu acho que a expectativa é o maior frustrador que tem, porque entra uma pessoa que você acha que vai sair de um jeito, tipo uma linha de produção, e isso não*

acontece. Isso machuca”. Livrar-se, portanto, dessa expectativa amplamente difundida de ‘correção’ da vida pode ser um dos caminhos para uma atuação menos frustrante e mais potente, quando a preocupação maior se torna dar passagem às diferenças e possibilitar espaços de análise e potencialização da vida.

Vemos, portanto, um intenso sofrimento manifestado na fala de Marcos em relação ao seu trabalho. Partindo do pressuposto de uma configuração social na qual o trabalho ocupa lugar privilegiado na vida do indivíduo e tendo em vista que é por meio dele que se garante a subsistência, surge uma preocupação em relação a tantos efeitos manifestados no trabalho social, o qual, além das características acima citadas, guarda, no imaginário social, um lugar de sacrifício, e, muitas vezes, de postura politizada, implicando num envolvimento afetivo bastante pronunciado.

Marcos traz em cena questões bastante relevantes nesse sentido, tratando da sobrecarga de trabalho, do envolvimento afetivo intenso, do desabamento das fronteiras entre vida pessoal e trabalho: *“O ano passado tava muito difícil porque eu assumi a coordenação do CREAS, porque a pessoa que estava na coordenação saiu e propôs pra eu ficar e eu acabei aceitando e o que aconteceu? Eu tenho uma carga horária de vinte horas semanais de trabalho e não foi excluída minha atividade de psicólogo. Atribuíram o trabalho de coordenador e de psicólogo, então imagina: o que eu já não conseguia fazer em vinte horas eu tinha que passar a fazer o dobro, porque tinha todo o trabalho de coordenador. Então eu sofri muito com isso, até que eu abri mão da coordenação. Eu cheguei a ficar afastado quinze dias do trabalho, consultei uma psiquiatra, ela me deu um atestado e falou assim: ‘se afasta porque você não tá bem’. Fui até diagnosticado com depressão (...). Então eu fiquei muito mal, fiquei muito mal a ponto de perder as esperanças. De falar assim: ‘Pra que tudo isso? Pra que um trabalho como este? Pra que continuar mais? Pra que viver?’ , talvez.”*

Marcos relata um esgotamento físico e psíquico advindo de seu envolvimento com o trabalho. Tendo em vista a necessidade do envolvimento afetivo para ‘alcançar’ o outro em suas questões e promover o encontro, pode-se perceber a intensa dificuldade de separar o que faz parte das situações experienciadas no contexto de trabalho e as situações da vida pessoal, tendo em vista que muitas vezes as intervenções no cotidiano de trabalho demandam, além dos pressupostos teóricos, as experiências pessoais. Além disso, a assistência social envolve o contato com situações limítrofes que afetam de tal

forma o profissional a ponto de fazer perdurar tais efeitos para além das horas de trabalho.

Com efeito, Marcos relata em sua entrevista um episódio depressivo e de um desencantamento da vida, o qual ele relaciona eminentemente com o trabalho, com as situações vivenciadas, com os impasses e impossibilidades. E aqui, retomamos uma pergunta invocada nas discussões teóricas desse trabalho: como analisar e intervir em situações que colocam no limite do próprio sujeito e, por extensão, do profissional? E, poderíamos acrescentar, como lidar com a realidade dura do trabalho que a todo instante demanda do profissional certa capacidade de tornar-se “imune” afetivamente, sem com isso perder a sensibilidade para com o outro? A respeito disso, o entrevistado traz alguns esboços de resposta para um trabalho possível: *“e realmente eu acho que eu tava muito deprê e tava mal. Aí o que aconteceu pra mim conseguir da conta de pelo menos permanecer no meu trabalho? Vou abrir mão da coordenação, o que eu tinha de banco de horas eu comecei a pegar: não tava bem, peguei atestado, o que eu poderia me ausentar do trabalho de forma justificada eu fiz, coisa que eu não fazia antes. Eu me doava totalmente ao trabalho; naquele período eu não tava conseguindo fazer e talvez só recentemente eu tenha conseguido voltar a fazer, e sempre com muito cuidado pra não me sacrificar mais do que devia, o que é uma tendência minha e talvez do psicólogo, de querer às vezes ajudar e achar que ajudar é salvar o mundo. Não é generalizado, mas eu sei que eu acabo fazendo”*. Nota-se que uma primeira saída foi buscar estratégias de ‘desligamento’ do trabalho e livrar-se da necessidade de sacrificar-se pelo trabalho, bem como desprender-se da demanda ‘de salvação’ que acomete tantas vezes o profissional de psicologia. Marcos vai aos poucos compreendendo que o envolver-se implica, por outro lado, a capacidade de distanciar-se, sob a pena de tornar as intervenções esvaziadas de sentidos e tomadas pela frustração.

E em outro momento da entrevista, relata as possibilidades diante dos impasses do trabalho, afirmando que: *“Então, eu parei de sonhar. (...) Hoje se eu falar pra você, o que é possível? É o possível. O possível é o possível; e se contentar com o possível. E o possível é fazer o que dá pra ser feito, e às vezes se pode fazer muito pouco, mas esse muito pouco dependendo da situação da pessoa que você tá atendendo é muito. Então o possível é fazer um dia de cada vez, cada situação a cada situação. Eu digo pra você que eu não tenho uma meta, um planejamento, falar assim: ‘ó o que eu tenho que fazer pra resolver. Às vezes uma conversa, um oi, uma visita é o suficiente”*. Diante das

dificuldades, Marcos passa a atentar-se às ‘micro mudanças’, às sutilezas do trabalho, percebendo cada pequeno movimento de transformação que, muitas vezes, é a possibilidade que se apresenta no momento.

Como ponto ‘positivo’ de seu trabalho e do envolvimento afetivo que este demanda, o entrevistado afirma: *“Eu acho que hoje a coisa mais positiva que eu tenho no CREAS é o relacionamento que eu desenvolvi com os meninos que eu atendo, que é uma coisa muito saudável pra mim e eu acredito que pra eles. (...) São encontros bons assim que eu tenho, que são vários. Eu acho que se eu for citar todos vai demorar um bom tempo, mas é nisso que eu me apego, nessas relações que eu estabeleço com eles. É meu ponto de possível”*. Mais uma vez entra em cena, de certa forma, a questão da impossibilidade de uma neutralidade nesse tipo de trabalho, tendo em vista que, muitas vezes, os próprios encontros com os usuários acabam por se tornar pontos de apoio, condição para criar intervenções e para re-significar do trabalho. Marcos sai do lugar instituído daquele que tem a “receita” das mudanças e colocar-se ao lado, vai ‘de mãos dadas’, fazendo alusão à epígrafe que inicia esta análise. Talvez nisso resida a potência do trabalho do psicólogo em espaços limítrofes de atuação, uma espécie de implosão dos lugares cristalizados nos quais os psicólogos são por vezes colocados, tendo em vista que eles podem se transformar em armadilhas que dificultam as intervenções.

Ainda pensando sobre a superação dos lugares pré-estabelecidos, Marcos traz em cena a questão do *setting* terapêutico, do espaço de trabalho do profissional psi na Assistência Social: *“Onde começa e onde termina meu consultório? Começa na minha sala e termina na rua, numa visita, como a gente foi agora. Ela começa aqui e passa pelas ruas; de certa forma ela é rizomática, é um emaranhado de coisas e você não consegue dizer aonde começa e aonde termina, usando o termo do Deleuze, aonde e tudo junto e misturado, digamos assim”*. Como já discutido teoricamente, o campo da Assistência Social implica na criação de novas formas de atendimento que não somente o *setting* da clínica tradicional. E isso não somente pelo fato de os documentos da PNAS colocarem como normativa que não se deve fazer atendimentos clínicos, mas pela própria dinâmica do campo, que exige a criação de outras formas de pensar os atendimentos, tendo em vista a singularidade da população atendida, que tantas vezes se viu descolada de seu direito de frequentar os espaços públicos institucionais e criam relações diferentes com esses espaços. Em certas ocasiões, é necessário sair dos muros institucionais e encontrar as pessoas nas ruas, nas praças, em suas casas. E isso constitui

em intervenção, em atendimento psicossocial, tanto quanto um atendimento individualizado numa sala dentro do CRAS ou CREAS.

Marcos relata também inúmeras dificuldades que aqui denominamos institucionais, que dizem respeito à mão-de-obra insuficiente, às dificuldades de relação entre os profissionais do SUAS e outros atores da rede de atendimentos que não compreendem qual a função da Política de Assistência. O entrevistado diz *“E realmente é um desafio; acho que todo profissional que entra na área social voltada pra políticas sociais, aquele que tá comprometido, sente-se no mínimo desesperado porque você tem uma infinidade de coisas pra fazer só que na maioria do tempo tá de mãos atadas, porque falta recursos, a infraestrutura às vezes é falha, falta mão-de-obra”*.

Assim, além das questões próprias do trabalho, outra dificuldade, não menos importante, se interpõe ao psicólogo: a de construir um espaço de trabalho legitimado, tendo em vista que a Política de Assistência, por sua herança histórica advinda da filantropia e do assistencialismo, muitas vezes fica submetida a infraestruturas improvisadas, mantendo apenas a equipe mínima de trabalho, exigindo dos técnicos um ‘desdobrar-se’ em várias de funções, com uma sobrecarga de trabalho que, na maioria das vezes, está além da capacidade prevista em lei, restando pouco tempo hábil para a construção de intervenções que realmente alcancem à população. Nota-se, pelo relato de Marcos, que a intervenção acaba por se tornar emergencial e circunstancial, tendo em vista a quantidade de casos atendidos em relação ao número de técnicos, agravando ainda mais a realidade descrita no que diz respeito aos resultados do trabalho. Marcos fala de uma falta de investimento no setor, o que muitas vezes compromete o trabalho.

Outra questão que ele pontua é a da relação com o Ministério Público e Poder Judiciário que, por falta de conhecimento acerca de qual seja o papel do psicólogo ou por falta de equipe própria, acaba por exigir intervenções que não seriam da competência do psicólogo do SUAS, como, por exemplo, fazer perícias de casos e violência sexual, estudos de caso ou até mesmo atendimento clínico. Assim ele relata: *“Aqui a gente tem um problema sério porque eles não sabem qual é o papel do CRAS do CREAS; a saúde acaba jogando tudo pro CREAS. E então a gente tá com uma sobrecarga de trabalho enorme hoje, atendendo o Ministério Público em medidas socioeducativas, em situações de violações de direitos que poderiam ser atendidas por outros serviços de psicologia na área da saúde mas que são entregues todos aqui. Então, o problema é generalizado, do município enquanto uma instituição*

governamental, da prefeitura e também do Ministério Público; da própria população que às vezes não sabe qual instituição, qual órgão recorrer pra atender os seus problemas”.

No entanto, Marcos afirma que esse não saber sobre o papel do psicólogo na Política de Assistência não é problema somente do Ministério Público ou população em geral, mas passa, invariavelmente, por certo desconhecimento por parte dos próprios psicólogos que desconhecem qual sua função enquanto técnicos do SUAS; fato este que o entrevistado coloca como questão primordial a ser repensada pelos profissionais: *“muitas vezes a gente fica preocupado de integrar, de trazer a oportunidade de o psicólogo entrar numa instituição como esta, mas não e só isso. A gente tem que saber o porquê que a gente tá entrando lá e o que vai fazer. E eu acho que se olhar, de repente seria da graduação, desde a universidade, que muitas vezes eles não sabem dizer qual é o seu papel, que se mistura com o do assistente social e do educador social, e enfim, aí vai”.* Novamente, é mencionada na entrevista a necessidade de uma formação mais abrangente nos bancos das universidades, que preparem os futuros profissionais para estes novos campos em expansão. Preparação esta que demanda transitar entre diferentes temáticas que estão envolvidas quando se fala em políticas públicas, como, por exemplo, economia, história, violência e movimentos sociais, que poderiam auxiliar na compreensão desse espaço profissional ocupado pela psicologia e, conseqüentemente, na formulação de intervenções e orientações.

Em relação a essa questão dos papéis, Marcos afirma existir certa confusão entre os papéis do assistente social, do psicólogo, do pedagogo e do educador social, sendo que muitas vezes se vê fazendo coisas que, à primeira vista, não seriam trabalho de psicólogo, seja por falta de funcionários, seja por questões da dinamicidade do cotidiano que impõe situações que não podem esperar o outro dia. Assim, ele afirma que, embora saiba qual o papel do psicólogo, já se viu muitas vezes fazendo o papel do assistente social, como, por exemplo, um estudo de caso. Afirma ainda que *“na prática, no dia-a-dia, na hora que o bicho tá pegando mesmo não tem como, você vai fugir sempre do idealizado”.* E idealizado, para ele é *“ficar no meu papel de psicólogo não tendo que fazer o papel de educador social, de assistente social”.* No entanto, reconhece que o trabalho social possui essa característica, de um deslizamento das fronteiras entre os saberes técnicos, com vistas a uma atuação, pois, *“é da própria dinâmica do trabalho social que às vezes requer que você faça outras coisas. Isso às vezes é frustrante porque*

exige você ir além". Esse ir além, em sua fala, assume estatuto de sacrifício em prol do outro, fazer sempre o melhor, o que teria seu lado negativo: *"que por trás deste outro sempre tem um outro que é nós, que é eu. Às vezes eu me sacrificar pelo outro eu tô matando uma parte de mim"*.

Por fim, Marcos fala de uma postura política da psicologia, que está intimamente atrelada à questão de sua prática cotidiana, tendo em vista que toda intervenção, toda escolha teórico-metodológica traz em si um posicionamento político: de uma visão de mundo, de ser humano e de sociedade. De acordo com o entrevistado, uma militância passaria também pelo silêncio, pelas micro mudanças do dia-a-dia, assumindo as possibilidades e impossibilidades pessoais e da política pública em que se atua. Assim, torna-se importante *"conhecer minhas limitações, minhas impotências e também afirmar minha potência e continuar lutando de uma forma mais delicada, mais silenciosa. Existe uma luta até mesmo na inércia, e às vezes a gente tem que saber a hora de parar um pouco, saber até onde a gente pode ir. Não tenho certeza se é o Deleuze, se é o Guattari, que fala que desacelerar é colocar um limite no caos; e às vezes a gente tem que tirar o pé do acelerador"*.

Nesse sentido, o entrevistado mostra a importância de ter em vista esta dimensão política da atuação psi, por vezes esquecida ou não levada em consideração. Estar atento às implicações e ecos do trabalho, que estão para além do controle sobre os resultados do trabalho, mas que geram efeitos no campo social, invariavelmente.

A entrevista de Marcos traz em cena os impasses e percalços do trabalho do psicólogo no campo da assistência social, dimensões estas que não aparecem nos documentos do CFP ou da PNAS, mas que têm relação direta com o serviço que é oferecido. Dar visibilidade aos impasses do trabalho é tarefa importante quando se pensa tanto na qualidade do trabalho quanto na vida dos profissionais que estão imersos neste campo de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais interessante na vida e no trabalho é o que permite tornar-se algo de diferente do que se era ao início. Se você soubesse ao começar um livro o que se ia dizer no final, você crê que teria coragem de escrevê-lo? Isso que vale para a escrita e para uma relação amorosa, vale também para a vida. O jogo vale a pena na medida em que não se sabe como vai terminar (FOUCAULT, 2004, p. 51).

A proposta de traçar as considerações finais deste trabalho assume o estatuto de ensaio. Em primeira instância, pelo caráter sempre provisório do trabalho científico e, em segunda, pela infinidade de caminhos que se podem trilhar com vistas a concluir uma pesquisa. Parte-se aqui do ponto de vista de que uma pesquisa não se encerra ao ponto final de suas conclusões, mas pelo contrário, mantem-se pulsante enquanto reverberarem na vida os ecos advindos dos encontros com uma questão científica que produziu incômodos e assombros. Como nos diz Rolnik, nossos pontos de vista se fazem a partir das marcas, “daquilo em nós que se produz nas incessantes conexões que vamos fazendo” (ROLNIK, 1993, p.3); marcas estas que permanecem reverberando e transformando a existência do pesquisador. Portanto, traçar as conclusões deste trabalho, nada mais é que, de certa forma, cartografar parte dos afetos e efeitos das conexões do corpo desta pesquisadora com os textos lidos, as entrevistas realizadas, as supervisões individuais e grupais, as questões respondidas e aquelas que foram suscitadas pelo próprio movimento da pesquisa.

Um primeiro ponto a ser considerado é a questão dos diversos impasses que encontramos nesse campo de atuação profissional: da função de garantir o acesso aos direitos sociais à função policalesca e ortopédica da assistência social. As discussões atuais realizadas pela área de psicologia no Brasil têm se direcionado ao papel desta nas políticas sociais, partindo da crítica da função adaptativa realizada pelas áreas clássicas da profissão (como a clínica, por exemplo) e enfatizando a necessidade de se pensar para além das áreas hegemônicas já consolidadas, priorizando, assim, a construção de novas formas de se “fazer psicologia”, bem como validando espaços de inserção que anteriormente não eram vistos como campo para a psicologia.

No entanto, percebe-se que esta postura adaptativa (por vezes onipotente e normatizante) permeia as ações da psicologia também no campo das políticas públicas e se manifesta nas intervenções com vistas a tentar “salvar as pessoas”, “adequá-las”

socialmente, ensinando a cuidar dos filhos, enfim, notamos os traçados de uma espécie de “tutela do outro”, que tende a diminuir sua autonomia e possibilidade de cuidar-se, prescrevendo os “bons” caminhos para uma transformação de sua realidade social.

Neste sentido, como já anteriormente discutido, há a sensação de se estar caminhando sob uma corda bamba, pois as mesmas legislações e normas que dão subsídios para a garantia de direitos e proteção social abrem brechas para que se justifiquem intervenções extremamente invasivas e policiais, muitas vezes prejudicando futuras intervenções da psicologia em detrimento à necessidade de dar respostas a órgãos institucionais considerados superiores e que adotam a função de vigilância e controle. Não é possível saber de antemão se existem possibilidades de saída desse impasse. No entanto, estar ciente deste lugar que é ocupado e qual papel nele se assume pode ser, já, um passo no sentido de uma diferenciação. Saber que o campo é complexo e tentar transformá-lo, nas ações cotidianas, talvez seja uma via possível.

O caminho metodológico escolhido para este trabalho teve como um dos pontos centrais as entrevistas com psicólogos inseridos na área. As entrevistas realizadas nesta pesquisa nos trazem pontos importantes no que diz respeito à inserção dos psicólogos no SUAS e, principalmente, dá visibilidade a alguns efeitos desse tipo de atividade na vida desses trabalhadores que merecem atenção. A primeira entrevista traz em cena, de forma bastante interessante, o posicionamento político da entrevistada enquanto estratégia de trabalho, os efeitos do trabalho na vida, que, em larga escala, atravessam as portas da instituição e continuam a produzir efeitos na vida. Encontramos nessa entrevista a questão do aprender para o trabalho que se dá no cotidiano, a psicologia e a demanda de salvação do outro que está de certa forma relacionada à sensação de onipotência que inúmeras vezes ilude e atormenta o profissional de psicologia, que se coloca como aquele que “possui o saber” que vai mudar a pessoa, transformá-la e reintegrá-la ao convívio social considerado sadio.

A segunda entrevista, por sua vez, deixa explícita a questão da violência dos encontros vivenciados pelo profissional que acaba por adoecer em função de sua atividade, bem como as dificuldades de situar e mensurar os resultados do trabalho, a importância de dar atenção aos pequenos movimentos de mudança nos usuários, a questão do papel e do lugar do psicólogo no SUAS, que, de acordo com o entrevistado, ainda está pouco consolidado. Por fim, traz em cena algumas dificuldades advindas das

relações institucionais, tanto internas quanto com outros órgãos públicos de atendimento.

Tais entrevistas tiveram como efeito a emergência de novos questionamentos em relação às possibilidades do trabalho da Psicologia na PNAS. Ainda que na maior parte do tempo vejamos como uma grande oportunidade de ampliação do campo de atuação para os psicólogos, é necessário ter em vista as inúmeras dificuldades advindas do trabalho com uma população que se encontra na maior parte do tempo no limite da pobreza e/ou da violência. Tarefa esta que acaba por exigir extrema implicação afetiva do profissional ali envolvido.

Assim, ficam questões: neste trabalho que se concretiza no próprio limite da vida e da lei, quais as possibilidades de intervenção? Quais os lugares da psicologia? Sabemos que a atuação do psicólogo não se confunde com o papel do assistente social, mas também não se confunde com um atendimento clínico. Mais uma vez aparece a corda bamba, e mais uma vez a necessidade de fazer-se equilibrista. E quais ferramentas conceituais podem ser acionadas e criadas para analisar esse contexto? Afinal: o que pode o psicólogo nesse contexto?

Outra questão a ser apreciada é: como “sustentar” um corpo vivo e mutante, que experimenta afetos e sofre variações em função deles? Questionam-se aqui os efeitos do trabalho social na vida do profissional do psicólogo aí envolvido. Ao mesmo tempo em que é um espaço de atuação que vem se legitimando dia após dia, ainda ficam inúmeras questões em relação à possibilidade da psicologia aí inserida. Talvez seja sua função criar possíveis espaços para o encontro com as singularidades, diante de uma realidade social que busca majoritariamente enquadrar, classificar e silenciar as diferenças, as produções de devir dos sujeitos. Função esta que demanda posicionamento ético e político, quando a proposta é pensar a partir de conceitos como devir, afetos, experiência.

O poeta Charles Bukowski escreveu em um de seus poemas que “com certeza deve haver um caminho sobre o qual ainda não pensamos” (BUKOWSKI, 2011, p. 61), frase esta que cabe bem para encerrar este trabalho. Diante das inúmeras dificuldades vivenciadas pelo psicólogo atuante neste tipo de política pública, ficam latente inquietações e incômodos que levam a questionar o real alcance das intervenções e o real lugar que tem sido ocupado. Ousa-se aqui dizer que é necessário criar, a cada intervenção, novos caminhos; caminhos sobre os quais ainda não se pensou; caminhos

ainda não inventados ou experimentados, correndo o risco, se não se tentar, de ter como resultado da inserção da psicologia do SUAS um contingente de profissionais adoecidos e desconectados de sua potência de vida, por conta de todo o sofrimento e violência afetiva aí vivenciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. B. *A arte dos afetos em Deleuze e Espinosa*. ALEGRAR, n° 07, ISSN 18085148, setembro, 2007. Disponível em: http://www.alegrar.com.br/revista07/images/revista07/deleuze_spinoza_azevedo_alegrar7.pdf. Acesso em: 13/01/2013.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. *Lei nº 8.742/1993*. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Brasília: Senado, 1993.

_____. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004

_____. *SUAS: Sistema Único de Assistência Social*. Produzido e organizado por Luziele Tapajós, José Ferreira da Cruz, Simone Aparecida Albuquerque - Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

_____. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS: NOB-RH/SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: reimpressão. 2009.

BUKOWSKI, C. O Estouro. *O amor é um cão dos diabos*. Porto Alegre, RS: L&M Editores, 2011.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS* / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2007. (re-impressão 2008)

CFP - Conselho Federal de Psicologia. *Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto* / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

_____. *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo* / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 1998.

CRUZ, Lilian R.; GUARESCHI, Neuza M. F. *A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia*. In: Políticas Públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. CRUZ, L. R, GUARESCHI, N. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Espinosa: Filosofia Prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. *Spinoza. Cours Vincennes - 24/01/1978*. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>. Acesso em: 11/11/2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FIGUEIREDO, L. C. *Sob o signo da multiplicidade*. In: Cadernos de Subjetividade , Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. - v. 1, n. 1 (1993).

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Verdade, Poder e Si*. In: Coletânea Michel Foucault – Por uma vida não fascista. Org: Coletivo Sabotagem, 2004. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/337824/Foucault-Michel-Por-uma-vida-nao-facista>. Acesso em: 07/09/2012.

GORZ, A. *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 6ª Ed., 2000.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 10 ed. São Paulo: Editora Cortez. 1995

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 24ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.

MANSANO, S. R. Dimensões afetivas atualizadas no trabalho do Assistente Social. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 12, n.2, p. 33-49, jan./ju. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7541>. Acesso em: 10/12/2012.

PELBART, Peter Pál. *A Nau do Tempo Rei: Sete Ensaio Sobre o Tempo da Loucura*. Ed. Imago. Rio de Janeiro, 1993.

_____. *A vertigem por um fio: Políticas da Subjetividade Contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000

ROLNIK, S. *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*. 1992. Disponível em <[www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/ ... /homemetica.pdf](http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/.../homemetica.pdf)> Acesso em : 20/06/2011

_____. *Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

_____. *Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico*. Cadernos de Subjetividade, v.1 n.2: 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduated de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, set./fev. 1993. Disponível em: [http://www.pucsp.br /nucleo de subjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf](http://www.pucsp.br/nucleo de subjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf). Acesso em: 06/12/2012.

SARAVIA, E. *Introdução à teoria da política Pública*. In: Políticas Públicas: coletânea. FERAREZI, E., SARAVIA, E. (org.) Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/252234-POLITICAS-PUBLICAS-COLETANEAS-VOLUME-I/#page=29>. Acesso em: 11/09/2012.

SILVEIRA, Jucimeri I. *Gestão do Trabalho: Concepção e Significado para o SUAS*. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária*. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SPINOZA, B. *Ética*. Tradução de Lívio Xavier. Editora Atena: São Paulo, 1960.

TAVARES, Gisele C. *O financiamento e os fundos de Assistência Social no SUAS*. In: BRASIL. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n.2 (2005): Suplemento – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

ANEXO 1

Roteiro condutor das entrevistas

1. Formação acadêmica e profissional
2. Inserção no campo da Assistência Social
3. Efeitos do trabalho na vida do entrevistado
4. Ferramentas teórico-metodológicas utilizadas no cotidiano